

MINUTA 16

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO (SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA)**

**SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO- PE- SEAC**

**Nº 90853/2025**

**1. INTRODUÇÃO**

1.1 – O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, pelo critério de julgamento *maior desconto global*, para a realização, sob o regime de *Empreitada por Preço Unitário*, dos serviços comuns de engenharia devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência ou Projeto Básico e/ou, quando for o caso, no Projeto Executivo, na Descrição dos Serviços, no Escopo dos Serviços ou no Memorial Descritivo, na forma da lei.

1.2 – A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – **Lei de Responsabilidade Fiscal**, pelo **Código de Defesa do Consumidor**, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – **CAF**, instituído pela Lei nº 207/80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/90, pelo Regulamento Geral do Código supra citado – **RGCAF**, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/81, e suas alterações, pela **Lei Municipal nº 2.816/1999**, pela **Lei Municipal nº 4.352/06** e pelos **Decretos Municipais nº 17.907/99, 21.083/02, 21.253/02, 21.682/02, 27.078/06, 27.715/07, 31.349/09, 33.971/11, 46.195/2019, 49.415/2021, 51.078/2022, 51.260/2022, 51.628/2022, 51.629/2022, 51.631/2022, 51.632/2022, 51.634/2022 e 51.635/2022**, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.3 – A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Portal de Compras do Governo Federal, disponibilizado e processado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, mantido pelo Governo Federal, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.

1.3.1 – O Edital será disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, bem como no Portal de Compras da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (E-Compras-Rio), no endereço eletrônico <http://ecomprasrio.rio.rj.gov.br>.

1.4 – As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.5 – A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o art. 387 do RGCAF c/c o art.71, inciso II e §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico [licitaseac@gmail.com](mailto:licitaseac@gmail.com)

1.6.1 – O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

1.7 – Os interessados poderão formular impugnações até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: [licitaseac@gmail.com](mailto:licitaseac@gmail.com)

1.7.1 – Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

1.8 – A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão pública de abertura da licitação será realizada nos prazos indicados no item 3.1, conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

## **2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO**

2.1 – Autorização da Subsecretária Executiva (conforme art. 252 do CAF), constante do Processo Administrativo nº COM-PRO-2025/00434 de 27/11/2025, publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO de 01/12/2025.

## **3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO**

3.1 – No dia 16 de julho de 2026, às 10:00h, o Pregoeiro iniciará a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO – PE - SEAC Nº 90853/2025, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal de Compras do Governo Federal).

3.2 – No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

## **4. OBJETO**

4.1 – O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços comuns de engenharia de SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA APOIO À SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA - SEAC - RIO PARA

IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA E FUNDIÁRIA NA COMUNIDADE URBANIZADA VILA JOANIZA A CARGO DA PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, sob regime de *Empreitada por Preço Global*, conforme as especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I)

4.2 São consideradas parcelas de maior relevância técnica:

1. Levantamento Topográfico, planialtimétrico e cadastral em áreas de favelas
2. Serviços de elaboração de Cadastro Técnico Imobiliário e Aplicação de Cadastro de Qualificação ao morador para fins de Regularização Urbanística e Fundiária
3. Auto de Demarcação Urbanística: elaboração de Planta e Memorial Descritivo da área a ser regularizada

4.3. Por ocasião da eventual contratação será obrigatória a subcontratação de uma parcela de 30% (*trinta por cento*) conforme art. 7º, I, do Decreto Municipal nº 31.349/2009 do objeto contratado com microempresas e empresas de pequeno porte.

4.3.1. A subcontratação da referida parcela não será obrigatória quando a licitante contratada for:

- I – microempresa ou empresa de pequeno porte;
- II – consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte;
- III – consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

4.3.2. É admitida a subcontratação parcial do objeto, na seguinte condição:

4.3.2.1. A subcontratação fica limitada ao serviço de topografia, desde que não apresente prejuízos das responsabilidades contratuais, devendo ser analisada e autorizada pela Coordenação de Regularização Urbanística e Fundiária – AC/SUBIC/CRUF.

4.3.2.2. A empresa contratada deverá apresentar a capacidade técnica da subcontratada, conforme especificado no Art. 122 da Lei 14.133 / 2021

## **5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1 – Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta de dotação orçamentária própria:

5.2 – O demonstrativo contendo o orçamento estimado, sob a forma de Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, encontra-se no Anexo II, totalizando a importância de R\$ 6.081.662,25 (seis milhões, oitenta e um mil, seiscentos e sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos) O orçamento estimado tem por base a Tabela de Preços do Sistema de Custos para Obras e Serviços de Engenharia - SCO-RIO referente ao mês de julho/2025, nos termos do Decreto Rio nº 15.307/96.

## **6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

6.1 – O critério de julgamento da presente licitação é o maior desconto *global* sobre *planilha orçamentária/tabela referencial de preços*.

## **7. PRAZOS**

7.1 – O Contrato terá eficácia a partir da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Pública e vigorará por 720 (setecentos e vinte dias) dias, contados da data da referida publicação ou do memorando de início, se posterior, em perfeita obediência ao Cronograma Físico-Financeiro (Anexo II).

7.1.1 – O prazo para o início dos serviços será de 07 (sete) dias contados do recebimento do memorando de início.

7.2 – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2.1 – O período de conservação por conta da CONTRATADA será de 180 (cento e oitenta) dias a contar do aceite provisório, na forma do art. 462 do RGCAF, sem prejuízo da garantia legal.

7.2.2 – O prazo de garantia convencional por conta da CONTRATADA será de 60 (sessenta) dias do  *aceite*, na forma do Termo de Referência, sem prejuízo da garantia legal de adequação dos serviços.

7.3 – As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da licitação.

7.4 – Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura do termo de contrato ou retirada do instrumento equivalente, às licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

## **8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

8.1 – Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja previamente credenciado junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e junto ao Sistema Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP - Brasil.

8.2 – Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

8.3 – A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar inicialmente o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistente qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos bens que cotar.

8.4 – A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no Pregão Eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

8.5 – Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada Pregão Eletrônico.

8.6 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

8.7 – Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações posteriores.

8.8 – Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.

8.9 – Será permitida a participação em consórcio, sujeita às seguintes regras:

(a) as empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante a SEAC, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea (d). Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação.

(b) apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico–financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico–financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no Consórcio,

para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico–financeira. Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico–financeira;

(c) as empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

(d) as empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

(e) o consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato.

8.10 – As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à análise da SEAC, para aferição da manutenção das condições de habilitação ou verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

8.10.1 – A substituição e o ingresso de consorciado deverá ser expressa e previamente autorizada pela SEAC e será condicionada à comprovação de que a empresa substituta/ingressante preenche os requisitos exigidos para habilitação jurídica e de regularidades fiscal, social e trabalhista, além da comprovação de que o consórcio mantém, no mínimo, os quantitativos originários para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico–financeira apresentados à ocasião do certame.

8.11 – Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da



Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.

8.12 – Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.

8.13 – Não será permitida a participação de licitantes que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

8.13.1 - Não será permitida a participação de licitantes quando caracterizar nepotismo, conflito de interesses, tráfico de influência ou qualquer das vedações contidas no Decreto Rio nº 51.260/2022.

8.14 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.15 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

8.16 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

8.16.1 – A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

8.17 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

## **9. CREDENCIAMENTO**

9.1 – Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Fornecedor”, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

9.1.1 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – Sistema de Compras do Governo Federal.

9.1.2 – O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

9.1.2.1 – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados nos itens 9.1.1 e 9.1.2 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.1.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão.

9.1.4 – É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou a SEAC promotor da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.1.5 – A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

## **10. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

10.1 – Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública prevista no item 3.1.

10.1.1 – A etapa de que trata o item 10.1 será encerrada com a abertura da sessão pública.

10.1.2 – As propostas de preço serão ofertadas com base no valor *global* do objeto licitado.

10.2 – Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

10.3 – No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

10.3.1 – está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

10.3.2 – não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

10.3.3 – não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

10.3.4 – cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.3.5 – O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4. A falsidade das declarações de que tratam os itens 10.3.1/10.3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e neste Edital.

10.5 – As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas inseridas no sistema, até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário previstos no item 3.1.

10.5.1 – A proposta do licitante melhor classificado somente será disponibilizada para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10.5.2 – Encerrada a etapa de lances e negociação, o Pregoeiro examinará a proposta do licitante mais bem classificado quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado, a sua exequibilidade e adequação do objeto e, depois, solicitará a apresentação da Proposta Final, a Planilha de Custos e Formação de Preços quando solicitada no Edital e seus anexos e Documentos de Habilitação descritos no item 13, no prazo de 02 (duas horas), contados da convocação feita pelo Pregoeiro no sistema eletrônico.

10.5.3 - O prazo estabelecido no item 10.5.2 pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes do findo o prazo.

10.5.4 – Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante

melhor classificado após o encerramento do envio de lances, em formato digital, nos termos do item 12.4.2.

10.5.5 – O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

10.5.6 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 13.5, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.5.7 – Não será estabelecida nesta etapa do certame ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização de procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

10.6 – No preço proposto serão computadas todas as despesas para a execução do contrato, incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

10.6.1 – As propostas de preços apresentadas por cooperativas de trabalho ou por contribuintes individuais deverão incluir os valores devidos a título de contribuição previdenciária, no montante dos percentuais consignados no **Decreto Rio nº 18.835/00**.

10.7 – O valor total da proposta, acrescido dos valores devidos a título de contribuição previdenciária, na forma do item anterior, será considerado apenas para efeito de comparação com o valor das propostas apresentadas pelas demais licitantes, no momento do seu julgamento.

10.7.1 – O valor devido título de contraprestação pela execução dos serviços será obtido mediante a dedução do valor total da proposta do montante do valor devido a título de contribuição previdenciária, o qual deverá ser recolhido à entidade competente, na forma da legislação.

10.7.2 – Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.

10.8 – Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todo o objeto contratado.

10.9 – A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, quando solicitada a fazê-lo pelo Pregoeiro.

10.10 – As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. a SEAC em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

10.11 – Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.12 – A licitante que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pelo Decreto Municipal nº 31.349/2009 e pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, deverá manifestar, em campo próprio do sistema

eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu art. 3º, sob as penas da lei, em especial do art. 299 do Código Penal.

10.12.1 – A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

10.12.2 – A apresentação de declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte implicará a sua inabilitação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

10.13 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico de todos os campos pertinentes.

## **11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

11.1 – A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.1.1 – Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

11.1.2 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

11.2 – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

11.3 – Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que contiverem vícios insanáveis;

- c) que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- e) que apresentarem desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do Edital;
- f) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- g) que por ação da licitante ofertante contenha elementos que permitam a sua identificação;
- h) que não tenha indicado a marca dos produtos cotados;
- i) cujo objeto esteja desacompanhado da documentação técnica/certificação exigida no Termo de Referência.

11.3.1 – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

11.3.2 – Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global fixado neste edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.3.3 – Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme o § 4º do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3.4 – A inexequibilidade de que trata o subitem anterior só será considerada após diligência do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, que averiguarão se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado, demonstrando a exequibilidade de sua proposta.

11.4 – Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.



11.5 – Após a análise das propostas de preço será divulgada nova grade ordenatória pelo sistema contendo a relação com as propostas classificadas e aquelas desclassificadas mediante decisão motivada do Pregoeiro.

11.6 – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa de lances.

11.7 – A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico para os autores das propostas classificadas.

11.8 – Para a etapa de lances neste Pregão Eletrônico será adotado o modo de disputa *aberto e fechado*.

11.9 – Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

11.10 – As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação pertinentes.

11.10.1 – O licitante somente poderá oferecer *maior percentual de desconto* ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

11.10.2 – Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.10.3 – Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

11.10.4 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas no item 21 deste edital.

11.11 – A etapa de envio de lances na sessão pública durará 15 (quinze) minutos.

11.11.1 – Encerrado o prazo previsto no item 11.11, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de 10 minutos , a recepção de lances será automaticamente encerrada.

11.11.2 – Encerrado o prazo previsto no item 11.11.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de melhor valor e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) **inferior**, àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

11.11.3 – Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 11.11.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

11.11.4 – Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 11.11.2 e 11.11.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

11.11.5 – Na ausência de lance final e fechado, nos termos dos itens 11.11.2 e 11.11.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 11.11.4.

11.11.6 – Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do item 11.11.5.

11.12 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.12.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.12.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.12.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.13 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11.14 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

11.15 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.16 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

11.17 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **12. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA**

12.1 – Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do maior desconto *global*, sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de lances do Pregão Eletrônico, tenha apresentado lance(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) *para cada item* na estimativa de valores (Anexo II).

12.1.1 – Caso não venham a ser ofertados lances, será considerada vencedora a licitante que, ao final da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, tenha apresentado proposta(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) *para cada item* na estimativa de valores (Anexo II).

12.2 – Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte em relação àquelas empresas que não detenham essa condição.

12.3 – Caso esteja configurado empate em primeiro lugar, após a observância do direito de preferência disposto no item 12.2 ou inexistindo proposta de microempresas ou empresas de pequeno porte em situação de empate, será realizada disputa final entre os licitantes empatados, que poderão apresentar novo lance fechado.

12.3.1 – Na hipótese de o disposto no item 12.3 não ser suficiente para solucionar o empate, serão observados, quanto às propostas em situação de empate, os demais critérios e preferências previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.3 – Caso esteja configurado empate em primeiro lugar, após a observância do direito de preferência disposto no item 12.2, será realizada disputa final entre os licitantes empatados, que poderão apresentar novo lance fechado.

12.3.1 – Na hipótese de o disposto no item 12.3 não ser suficiente para solucionar o empate, serão observados, quanto às propostas em situação de empate, os demais critérios e preferências previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.4 – Após o encerramento das etapas anteriores, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante mais bem classificada para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas em edital.

12.4.1 – A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.4.2 — Haverá um prazo de 02 horas (duas horas), contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, para corrigir documentos enviados anteriormente que apresentem erros e falhas ou acrescentar documentos ausentes identificados pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio, além dos documentos complementares conforme o item 10.5.4. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes do findo o prazo.

12.5 – O Pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de *maior desconto*, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação acerca da aceitação da proposta ou do lance de *maior desconto*.

12.6 – A SEAC poderá requisitar, a qualquer momento, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, demonstração(ões) do(s) serviço(s) objeto da presente licitação, na forma do Termo de Referência.

12.6.1 – Durante a licitação, em caso de divergência entre as referidas demonstrações e as especificações deste Edital e/ou do Termo de Referência, as propostas serão desclassificadas.

12.6.2 – Na hipótese de não realização ou de rejeição da demonstração apresentada pelo primeiro colocado, serão convocados os licitantes subsequentes na ordem de classificação provisória.

12.7 – Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Pregoeiro poderá fixar às licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas, corrigida das causas de sua desclassificação.

12.8 – Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de *maior desconto*, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

a) O Pregoeiro deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensa de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea.

b) O Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de menor valor/maior desconto, por meio de consulta *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 13 deste edital;

c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 13 deste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;

c.1) Essa verificação será registrada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

d) A(s) licitante(s) deverá(ão) remeter sua documentação de habilitação em arquivo único compactado, nos termos do item 10.1. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos serão enviados em formato digital, via Portal de Compras do Governo Federal, observado o item 12.4.2.

e) O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências com vistas ao saneamento que trata o item 13.5 A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

f) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

12.9 – Se a oferta não for aceitável, permanecendo acima do máximo estipulado para a contratação no item 5.2, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

12.9.1 – Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, essa deverá ser encaminhada exclusivamente

via sistema, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, nos termos do item 12.4.2.

12.9.2 – Na hipótese do art. 61, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Pregoeiro, após negociar com os demais licitantes, na ordem de classificação, decidirá sobre a aceitabilidade das propostas e, em caso positivo, observará quanto à verificação e comprovação da habilitação, o procedimento previsto no item 12.8.

12.10 – Na hipótese de inabilitação de todas as licitantes, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, corrigida das causas de suas inabilitações.

12.11 – Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

12.12 - Erros no preenchimento da Planilha da Formação de Preços, quando solicitada no Edital e seus anexos não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

12.13 - Caso o Termo de Referência exija a apresentação de demonstrações, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-las, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.

12.14 - Por meio de mensagem no sistema, serão divulgados o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das demonstrações, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

12.15 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



12.16 - No caso de não haver entrega da demonstração ou ocorrer atraso, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, a proposta do licitante será desclassificada.

12.17 - Se a(s) demonstração(ões) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) demonstração(ões) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12.18 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

12.19 - Somente haverá a necessidade de apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

12.19.1 - A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.20 - Constatada a regularidade dos atos praticados pelo Pregoeiro, a autoridade competente adjudicará o item/o grupo da licitação à licitante vencedora e homologará.

### **13. HABILITAÇÃO**

13.1 – O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no item 12.9 deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

- (A) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- (B) Documentação relativa à habilitação econômico–financeira;
- (C) Documentação relativa à habilitação fiscal;
- (D) Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;
- (E) Documentação relativa à qualificação técnica.

13.1.1 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento previsto no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.1.2 – Além da documentação de habilitação, as licitantes deverão apresentar declaração dos itens/grupos para os quais oferecerá proposta.

13.2 – Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

13.3 – Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

13.4 – A documentação exigida para atender as alíneas (A) à (E) poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor deste Município, desde que dentro do prazo de validade e em sistemas semelhantes mantidos pelo Município, à exceção dos seguintes documentos: anexos e os documentos que não estejam no SICAF e no Certificado de Cadastro de Fornecedor deste Município

13.5 – O Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

13.5.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 13.5 a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

13.6. A licitante que não se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte, consórcio composto em sua totalidade por microempresas ou empresas de pequeno porte, ou consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação, deverá apresentar juntamente com a respectiva documentação de habilitação, relação indicando as microempresas ou empresas de pequeno porte que irá subcontratar, devidamente qualificadas, e descrevendo os serviços a serem executados e seus respectivos valores.

13.6.1. A licitante deverá apresentar juntamente com a respectiva documentação de habilitação, os documentos especificados nos itens 13.1.C e 13.1.D relativos às microempresas ou empresas de pequeno porte que irá subcontratar.

#### **(A) – HABILITAÇÃO JURÍDICA**

(A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;

(A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

(A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

(A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

(A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(A.8) Declaração formal de que atende às disposições do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/2001, na forma do Anexo VI.

#### **(B) – HABILITAÇÃO ECONÔMICO–FINANCEIRA**

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar:

(B.1.a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 01. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

(B.1.b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 01. Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

(B.1.c) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 01. Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

$$IE = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

(B.1.1) – A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

(B.1.2) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

(B.1.2.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

(B.1.2.2) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

(B.1.2.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de

Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.1.2.2.2) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos no item B.1 limitar-se-ão ao último exercício.

(B.2) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez) (*dez por cento*), *nos termos do § 4º do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021*] do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

(B.2.1) Será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 10% sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira, conforme o § 1º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021

(B.3) Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante. Para as licitantes sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões do 2º Ofício de Registro de Distribuição.

(B.3.1) A Pessoa Física ou Microempreendedor Individual – MEI deverá apresentar também as certidões emitidas pelos 1º e 2º Ofícios de Interdições e Tutelas.

(B.3.2) As licitantes sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

(B.3.3) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial, caso seja comprovado, por meio de certidão de objeto e pé, expedida há

menos de 30 dias, a concessão de recuperação judicial, na forma do art. 58 da Lei Federal nº 11.101/2005, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação estabelecidos nesse edital.

(B.3.4) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, por meio de certidão de objeto e pé, expedida há menos de 30 dias, a homologação da recuperação extrajudicial, na forma do art. 162 ou do § 5º do art. 164 da Lei Federal nº 11.101/2005, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação estabelecidos nesse edital.

(B.4) O MEI (Microempreendedor Individual) para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI). Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Microempreendedor Individual.

(B.5) Exige-se dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Anexo IX do Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_.

#### **(C) – HABILITAÇÃO FISCAL**

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria–Geral da Fazenda Nacional –PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

(C.3.c.1) No caso de licitante domiciliada no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, além dos documentos listados no item acima, certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua sede, deverá apresentar declaração própria, atestando essa circunstância.

(C.4) No caso de licitante domiciliada em outro município, mas que possua filial ou escritório no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, em relação à filial ou ao escritório, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e da certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou,



se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua filial ou escritório, deverá apresentar declaração própria atestando essa circunstância.

(C.5) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF–FGTS.

(C.6) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

(C.6.a) Caso a documentação apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

(C.6.b) O prazo acima será prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, ressalvadas as hipóteses de urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho.

(C.6.c) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

(C.7) No caso de licitante em recuperação judicial, devidamente comprovada nos termos do item 13 (B.3.3), a documentação indicada nos itens 13 (C.3), (C.4) e (C.5) poderá ser substituída por comprovação de decisão judicial em vigor, que determine a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, observado o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal, nos termos do art. 52 da Lei Federal nº 11.101/2005.

#### **(D) – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA**

(D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, na forma

do Anexo VII, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei, consoante o disposto no Decreto Rio nº 23.445/2003.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

(D.3) Certidões emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, e aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas, obtida no endereço eletrônico <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/> ou outro que venha substituí-lo.

#### (E) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(E.1) Prova de registro da licitante na entidade de fiscalização profissional competente, se couber.

- a) Registro da empresa no CAU no Ramo de Arquitetura e Urbanismo ou no CREA no ramo da Engenharia Civil.
- b) Comprovação do Licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, em assentamentos precários, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto do Licitação

(E.2) Prova de aptidão da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, conforme definido no item referente à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA do termo de referência, por meio de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrados, quando for o caso, perante o órgão técnico competente.

- a) Comprovação do Licitante de que tenha executado serviços, em semelhantes características e em montante mínimo de 40% do quantitativo que se pretende contratar.

(E.3) Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

(E.4) Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

(E.5) Os atestados ou certidões recebidos estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos arts. 169, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337–F do Código Penal.

(E.6) Declaração formal da licitante de que assume o compromisso de utilização exclusiva de produtos e subprodutos de madeira que tenham procedência legal, sob as penas da lei, na forma do Anexo VIII, quando for o caso.

(E.7) Prova de inscrição no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – ou comprovante de que a licitante não está obrigada a se inscrever no referido cadastro.

(E.8) Prova, feita por intermédio da apresentação, em original, do ATESTADO DE VISITA fornecido e assinado pelo servidor do órgão fiscalizador, ou declaração da licitante, na forma do Anexo X, de que o seu Responsável Técnico ou outro profissional de qualificação correlata visitou o local da entrega dos bens, na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ às \_\_\_\_ h, e tomou conhecimento das condições para execução do objeto desta licitação, quando for o caso. O ATESTADO DE VISITA pode ser substituído por declaração em que o licitante ateste que conhece o local e as condições de realização do objeto do contrato, conforme o § 2º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Informações sobre datas e horários da realização de cada Visita Técnica serão disponibilizadas às empresas por meio do e-mail informado no ato da retirada do Edital ou em mensagem eletrônica enviada para o e-mail [licitaseac@gmail.com](mailto:licitaseac@gmail.com)

(E.10) Para os aspectos técnicos específicos relativos a Levantamento Topográfico, planialtimétrico e cadastral em áreas de favelas, Serviços de elaboração de Cadastro Técnico Imobiliário e Aplicação de Cadastro de Qualificação ao morador para fins de Regularização Urbanística e Fundiária e Auto de Demarcação Urbanística: elaboração de Planta e Memorial (parcela de maior relevância), à qualificação técnica pode ser demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, em relação a 25% do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado, na forma do § 9º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **14. MEDIÇÕES**

14.1 – As medições dos serviços obedecerão ao Cronograma Físico-Financeiro (Anexo II), que será ajustado em função de inícios ou reinícios de etapas do serviço em dias diferentes do primeiro dia útil de cada mês.

14.2 – A cada alteração contratual, por acréscimo ou redução do objeto, valor ou prazo do Contrato, observado o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, será acordado novo Cronograma, atendido o interesse a SEAC

14.3 – As medições serão processadas independentemente da solicitação da CONTRATADA. A primeira medição será realizada em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da ordem de início, e as subsequentes a cada período de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do encerramento da medição anterior. O último dia de uma medição coincidirá obrigatoriamente com o último dia útil do mês calendário da sua realização. Poderão ser realizadas medições intermediárias cujo último dia não coincida com o último dia útil do mês calendário de sua realização, a critério do CONTRATANTE.

14.4 – O processamento das medições obedecerá à seguinte sistemática:

(a) Todos os itens constantes da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo II), originariamente ou em virtude de alterações contratuais, serão apontados em impresso próprio, assinado pela Fiscalização.

(b) O preço unitário dos itens não contemplados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo II), incluídos em virtude de alterações contratuais, observados os limites legais, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PU_{II} = \frac{PLO}{PEO} \times PUE_{II}$$

Onde:

PU<sub>II</sub> = Preço unitário do item incluído, referido ao mês base do orçamento;

PEO = Preço (SCO-RIO) do serviço, referido ao mês base do orçamento;

PLO = Preço da licitante para o serviço, referido ao mês base do orçamento;

PUE<sub>II</sub> = Preço unitário (SCO-RIO), do item incluído, referido ao mês base do orçamento.

14.5 – Não serão considerados nas medições quaisquer serviços executados, mas não discriminados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo II), ou em suas eventuais alterações no curso do Contrato.

14.6 – Para obtenção do valor de cada medição, será observado o seguinte procedimento:

(a) as quantidades medidas serão multiplicadas pelos respectivos preços unitários;

(b) o valor de cada medição corresponderá ao somatório dos produtos finais obtidos nos termos da alínea anterior;

(c) para efeito de faturamento, o valor de cada medição deverá considerar o percentual de redução ou acréscimo proposto pela CONTRATADA.

14.7 – Na medição final ou na medição única será anexado um cadastro técnico dos serviços realizados, com todas as plantas, detalhes e especificações.

## **15. RECURSOS**

15.1 – Divulgada a vencedora, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar motivadamente a intenção de interpor recurso, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões em campo próprio do sistema, no prazo concedido na sessão pública.

15.2 – A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

15.3 – As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

15.4 – A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.

15.5 – A não apresentação das razões escritas mencionadas acima acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões apresentadas na sessão pública.

15.6 – Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

15.7 – O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.8 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

15.9 – Os recursos relativos às sanções administrativas estão previstos na minuta de contrato (Anexo III).

## **16. CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO**

16.1 – As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

16.2 – Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

16.2.1 – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

16.3 – A desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

16.3.1 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o/a Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e

quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico \_\_\_\_\_ (utilizado para divulgação).

## **17. GARANTIA**

17.1 – A ADJUDICATÁRIA prestará garantia de 2% (dois por cento) do valor total do Contrato, até o momento da sua assinatura ou da retirada do instrumento equivalente, em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

[OBS: Caberá ao órgão licitante avaliar se a garantia será exigida, com a justificativa para eventual dispensa – “Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.” Percentual fixado em conformidade com o art. 290 do CAF (Lei nº 207/1980)]

17.1.1 – No caso de seguro–garantia, a prestação da garantia pelo contratado será efetuada em um mês contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

17.1.2 – Em relação ao seguro–garantia, o instrumento deverá contemplar a possibilidade de sua renovação no período compreendido entre a data de assinatura do Contrato e a data de encerramento da sua execução e incluir a cobertura dos valores relativos a multas eventualmente aplicadas.

17.1.3 – No caso de fiança bancária, deverá ser observado o padrão estabelecido pelo Decreto Rio nº 26.244/2006. [*O padrão deve ser adequado conforme o órgão ou entidade licitante*].

17.2 – A SEAC utilizará a garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a essa, inclusive, para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações.

17.3 – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão descontados da garantia caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três)



dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

17.4 – Em caso de extinção decorrente de ato praticado pela CONTRATADA, a garantia será executada pelo CONTRATANTE, na forma do inciso III, do art. 139 da Lei 14.133/2021. Quando a garantia for insuficiente, o CONTRATANTE promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada.

17.5 – Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pela SEAC o que ocorrer por último, sob pena de extinção administrativa do Contrato.

17.6 – Caso o valor do Contrato seja alterado, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA deverá complementar o valor da garantia para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

17.7 – Sempre que houver reajuste ou alteração do valor do Contrato, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas no RGCAF.

17.8 – Os reforços do valor da garantia poderão ser igualmente prestados em uma das modalidades previstas no art. 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.9 – A garantia contratual somente será restituída após o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, nos termos do art. 465 do RGCAF, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da CONTRATADA.

## **18. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO**

18.1 – Constatada a regularidade dos atos praticados e decididos os recursos eventualmente interpostos, a autoridade competente da SEAC adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

18.2 – Integra o presente Edital, sob a forma de Anexo III, a minuta do Contrato cujas disposições disciplinarão as relações entre a SEAC e a ADJUDICATÁRIA.

18.3 – Uma vez homologado o resultado da licitação pela ordenadora de despesa da SEAC, será a licitante vencedora convocada, com antecedência mínima de dois dias úteis, pela SEAC, para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente, ciente de que deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido da respectiva procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade e do cartão do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.

18.3.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela SEAC.

18.3.2 – Em atendimento ao art. 7º do Decreto Municipal nº 49.415, de 17 de setembro de 2021, o fornecedor ou colaborador externo, vencedor de processo seletivo, que pretenda manter relação jurídica de qualquer natureza com o Município do Rio de Janeiro ou com qualquer de suas entidades da Administração Indireta, deverá cumprir o Protocolo de Avaliação de Integridade e Transparência – PAIT, mediante o preenchimento do Questionário Eletrônico de Integridade e Transparência, requisito indispensável para celebração de qualquer instrumento jurídico com este Ente ou com uma de suas entidades.

18.3.3 – Nas contratações de grande vulto, o licitante vencedor deverá comprovar a implantação de programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, na forma do § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.4 – Deixando a ADJUDICATÁRIA de assinar o Contrato ou de retirar o instrumento equivalente no prazo assinalado, poderá o Pregoeiro, independentemente da aplicação das sanções administrativas à faltosa, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

18.5 – A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

18.6 – A CONTRATADA será responsável, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços e materiais empregados que são objeto desta licitação, em conformidade com as especificações do termo de referência e/ou dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela SEAC.

18.6.1 A ocorrência de desconformidade implicará a substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas no Termo de Referência que integra este Edital, sem ônus para a SEAC e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

18.7 – A CONTRATADA será também responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução do objeto contratado, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

18.8 – No momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar, quando couber, relação nominal de seus empregados, com a devida documentação comprobatória, demonstrando cumprir o disposto nas políticas de inclusão estabelecidas na legislação em vigor.

18.9 – Nos casos em que a assinatura do contrato importar na exclusão do regime do SIMPLES Nacional, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar cópia da comunicação encaminhada à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, informando acerca da assinatura do contrato, no prazo previsto no art. 30, da Lei Complementar Federal nº 123/06.

18.10 – O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos serviços prestados.

18.11 – A Fiscalização da execução do objeto contratado caberá à SEAC.

18.12 - Em conformidade com o artigo 18 do Decreto Rio nº 51.629 de 9 de novembro de 2022 e eventuais alterações posteriores, a gestão contratual do(s) instrumento(s) originado(s) pelo presente certame deverá ser realizada por pelo menos 1 agente público designado e a fiscalização deve ser realizada por pelo menos 2 (dois) agentes públicos designados.

## **19. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

19.1 – Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as etapas estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro (Anexo II), observada a obrigatoriedade da reserva do percentual de 10% (dez por cento) do valor do Contrato ou da Nota de Empenho para a última etapa, e obedecido o sistema de medições estabelecido neste Edital.

19.1.1 – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na SEAC.

19.2 – Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº

14.133/2021. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo do documento de cobrança na SEAC e obedecido o disposto na legislação.

19.3 – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período–base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando–se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

19.3.1 – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços efetivamente executados e aceitos no período–base mencionado no item anterior sem que a SEAC esteja obrigado(a) a pagar o valor total do Contrato.

19.4 – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

19.5 – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na SEAC e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

19.6 – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na SEAC.

19.7 – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

19.8 – Os pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão efetuados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte responsáveis pela sua execução.

## **20. REAJUSTE**

20.1 – Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 24 meses contados da data do orçamento estimado (Consolidação da Pesquisa de Preços), julho de 2025, observada a Lei Federal no 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

20.2 – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA–E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

### **Onde:**

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA–E mensal relativo ao mês do orçamento estimado;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

20.3 – Caso o índice previsto neste Edital seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

20.4 – A CONTRATADA não terá direito ao reajuste do preço das etapas do serviço que, comprovadamente, sofrerem atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também das que forem executadas fora do prazo, sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação, de acordo com o estabelecido no art. 518 do RGCAF.

## **21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1 – A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 18.4, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 21.2.

21.2 – Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o(a) SEAC poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF:

- (a) — **Advertência;**
- (b) — **Multa;**
- (c) — **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (d) — **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

21.3 – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

21.3.1 – 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela/etapa em atraso do Contrato, nos primeiros 15 (quinze) dias de atraso na execução dos serviços.

21.3.2 - 0,3% (três décimos por cento) até 0,4% (quatro décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela/etapa em atraso do Contrato, a partir do 16º (décimo sexto) dia útil de atraso na execução dos serviços.

21.3.3 - Após o 15º (décimo quinto) dia útil de atraso na execução do serviço, a Administração poderá optar pela extinção unilateral da avença e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato.

21.3.4 – 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de recusa em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente.

21.3.5 – 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo

de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a extinção do Contrato e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato.

21.3.6 – 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

21.3.7 – As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.3.8 – Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**TABELA 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**TABELA 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução dos serviços;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização,	02



	por serviço e por dia;	
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

21.4 – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

21.5 – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de extinção unilateral do Contrato.

21.6 – As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

21.7 - O valor das multas vencidas e não pagas deverá ser compensado com as quantias devidas à CONTRATADA e/ou executada a garantia.

21.8 - Quando do vencimento da penúltima e/ou da última fatura do contrato, o valor de eventual multa ainda pendente de recurso ou não vencida deverá ser retido das quantias devidas à CONTRATADA.

21.9 – A aplicação das sanções previstas no item 21.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.10 – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

## **22. FORO**

22.1 – Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

## **23. DISPOSIÇÕES FINAIS**

23.1 – Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

23.2 – Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no \_\_\_\_\_ [órgão ou entidade licitante].

23.3 – As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.

23.4 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro .

23.5 – Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Quadro Estimativo de Valores e Cronograma Físico - Financeiro
Anexo III	Minuta de Contrato
Anexo IV	Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa
Anexo V	Declaração de Inexistência de Nepotismo
Anexo VI	Declaração ref. ao art. 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/2001 e ao art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo VII	Declaração ref. ao Decreto Municipal nº 23.445/2003
Anexo VIII	Declaração ref. ao Decreto Municipal nº 27.715/2007
Anexo IX	Declaração para fins de habilitação econômico-financeira, do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo X	Declaração de visita
Anexo XI	Declaração ME/EPP
Anexo XII	Modelo de proposta
Anexo XIII	Indicação da localização das instalações
Anexo XIV	Declaração de cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho
Anexo XV	Declaração de cumprimento de reserva de cargo do art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo XVI	Declaração de Regularidade Trabalhista

23.6 – Este Edital contém \_\_ (\_\_\_\_) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

PREGOEIRO

(Nome, cargo, matrícula e lotação)



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**

## **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

---



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Especial de Ação Comunitária**  
**Subsecretaria de Intervenções Comunitárias e Regularização**  
**Coordenação de Regularização Urbanística e Fundiária**  
**Campo de São Cristóvão, Nº 268 – 4 º andar**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

**SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA APOIO À SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA - SEAC-RIO PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA E FUNDIÁRIA NA COMUNIDADE URBANIZADA VILA JOANIZA A CARGO DA PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.**

### **ÍNDICE GERAL:**

- 1. APRESENTAÇÃO**
- 2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS – JUSIFICATIVA**
- 3. DESCRIÇÃO E TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**
- 4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA**
- 5. OBJETO**
- 6. EXECUÇÃO DO OBJETO**
  - 6.1- CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**
  - 6.2- LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**
  - 6.3- INÍCIO DOS TRABALHOS / EQUIPAMENTOS**
  - 6.4- GESTÃO DO CONTRATO**
  - 6.5- EQUIPE TÉCNICA**
  - 6.6- FISCALIZAÇÃO**
  - 6.7- GESTOR DO CONTRATO**
  - 6.8 - OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA**
  - 6.9 - MEDIÇÕES / PAGAMENTOS**
- 7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**
- 8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 9. ESCOPO DOS SERVIÇOS**
- 10. PRODUTOS E FORMA DE APRESENTAÇÃO**
- 11. LEGISLAÇÃO APLICADA**
- 12. PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA**

### **ANEXOS**

- 1- ORTOFOTO COM DELIMITAÇÃO DA COMUNIDADE**
- 2- CRONOGRAMA FÍSICO**
- 3- MODELOS DE FORMULÁRIOS E DOCUMENTOS**
  - 3.1- CADASTRO DE QUALIFICAÇÃO**
  - 3.2- CADASTRO FÍSICO**
  - 3.3- LEVANTAMENTO FÍSICO**
  - 3.4- FORMULÁRIO DE HABITE-SE**
- 4- ORÇAMENTO**
  - 4.1-ORÇAMENTO SISCOB**
  - 4.2- PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS**
- 5- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**



## **1. APRESENTAÇÃO**

O presente Termo de Referência, que possui como base o Estudo Técnico Preliminar apresentado, tem por objetivo a definição dos serviços a serem contratados pela Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC-RIO, com a finalidade de implementar o projeto de Regularização Urbanística e Fundiária, na comunidade **Vila Joaniza**, com acesso pela Estrada das Canárias, 700, Bairro Galeão, XX R.A. - Ilha do Governador - Rio de Janeiro, Área de Planejamento 3 da Cidade do Rio de Janeiro, apresentada no item 4 e delimitada em ortofoto, em anexo, deste Termo de Referência.

## **2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS - JUSTIFICATIVA (Fundamentação e descrição da necessidade de contratação)**

A Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC, através da Coordenação de Regularização Urbanística e Fundiária - AC/SUBIC/CRUF, tem como atribuição a regularização urbanística e fundiária de núcleos urbanos informais consolidados, que compreende ações de caráter físico, urbanístico, jurídico e social, tratando-se de uma intervenção integrada, com o objetivo de garantir àquela população a permanência em seus locais de moradia, com a melhoria da qualidade de vida, a legalização da ocupação e a garantia da segurança jurídica da posse para as famílias ocupantes desses núcleos.

**O projeto de regularização urbanística** subsidiará a oficialização dos logradouros públicos e a regulação, através de legislação própria, dos padrões de urbanização, parcelamento da terra e uso e ocupação do solo, condizente com a tipicidade local e capaz de gerar um sistema efetivo de controle urbanístico.

Busca-se, assim contribuir para ampliar os direitos de cidadania dos moradores, instituir regras para melhorar as condições de habitabilidade, caracterizar a distinção entre espaços públicos e privados, evitar o uso inadequado de áreas de risco e proteger o meio ambiente.

**O projeto de regularização fundiária** prevê ações jurídicas, administrativas e técnicas necessárias à obtenção, por parte dos moradores, da Concessão do Direto Real de Uso ou da Concessão de Uso Especial para fins de Moradia, ou do Termo de Compra e Venda, ou do Título de Legitimação da Posse, ou do Termo de Legitimação Fundiária.

Os trabalhos terão como um de seus objetivos permitir a legalização futura da edificação através da produção de documentos com vistas à concessão do habite-se e do endereço oficializado, a qual dependerá da participação e concordância do morador, já que a concessão de habite-se envolve a responsabilidade civil sobre o imóvel já edificado.



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Especial de Ação Comunitária**  
**Subsecretaria de Intervenções Comunitárias e Regularização**  
**Coordenação de Regularização Urbanística e Fundiária**  
Campo de São Cristóvão, Nº 268 – 4º andar

Para tanto, além dos trabalhos técnicos específicos de regularização, o trabalho técnico social promove a participação comunitária com atividades de sensibilização social e de esclarecimentos. Serão abordadas as questões da regularização da edificação e do domínio, orientando o morador quanto às possibilidades e caminhos para a regularização.

A Metodologia de trabalho desenvolvida pela Secretaria Especial de Ação Comunitária, através da Coordenação de Regularização Urbanística e Fundiária, busca atender aos requisitos determinados pelo Manual de Instruções – Projetos Prioritários de Investimentos – PPI e Urbanização de Assentamentos Precários – UAP, do Ministério do Desenvolvimento Regional, referente ao Plano de Regularização Fundiária da modalidade Estudos, Planos e Projetos de Urbanização de Assentamentos Precários, estando ainda, de acordo com os procedimentos previstos na Lei Federal 10.257 – Estatuto da Cidade e pela Lei Federal Nº 13.465/2017 – Lei da REURB.

Desta forma, os itens contidos neste Termo de Referência, elaborado para contratação dos serviços de Regularização Urbanística e Fundiária, abrangem trabalhos com custo financeiro, incluindo-se nesse contexto as atividades necessárias para a realização plena de cada serviço, tais como: **levantamento fundiário registral; elaboração, atualização ou complementação de levantamento topográfico; elaboração de projetos para regularização urbanística e fundiária**, envolvendo plantas, memorial descritivo e cadastro físico de lotes e domicílios; **atividades de mobilização comunitária** (específicas do trabalho de regularização); **elaboração de cadastro socioeconômico**; coleta de documentos; medidas administrativas e legais necessárias aos instrumentos de regularização fundiária; bem como a elaboração de títulos.

Ressalta-se que a atuação em Regularização Urbanística e Fundiária se dá em um universo diverso, em territórios marcados por irregularidades de diversas tipologias, como favelas, loteamentos clandestinos e irregulares; conjuntos habitacionais etc... e tendo em vista a complexidade das ações, que demanda uma equipe multidisciplinar, com atores das áreas social, jurídica e urbanística, para a atuação da Secretaria Especial de Ação Comunitária – SEAC, no desenvolvimento do projeto de regularização urbanística e fundiária para diversas áreas do Município concomitantemente, torna-se necessária a contratação de empresa, com expertise na área, para o desenvolvimento dos projetos sob a orientação e fiscalização dos técnicos, funcionários da Coordenação de Regularização Urbanística e Fundiária – AC/SUBIC/CRUF.



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Especial de Ação Comunitária**  
**Subsecretaria de Intervenções Comunitárias e Regularização**  
**Coordenação de Regularização Urbanística e Fundiária**  
Campo de São Cristóvão, Nº 268 – 4º andar

A execução dos serviços deverá obedecer às normas, resoluções e instruções da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, de acordo com as atividades abaixo relacionadas:

ITEM DE SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
1. PLANO E METODOLOGIA DE TRABALHO	ha	41
2.1 TOPOGRAFIA (SE19100256(A))	ha	31
2.2 TOPOGRAFIA (SE19102050(A))	m²	100.000
3. ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO	dom.	4.408
4. SETORIZAÇÃO	dom.	4.408
5. AUTO DE DEMARCAÇÃO	ha	41
6. SELAGEM	dom.	4.408
7. PROJETO DE REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA E FUNDIÁRIA	ha	41
8. CADASTRO TÉCNICO IMOBILIÁRIO	dom.	4.408
9. FOTOS DOS IMÓVEIS E DOCUMENTOS (10 / UNID.HAB.)	dom.	4.408
10. PL. SUBSÍDIOS E PAA/PAL	ha	41
11. DIGITALIZAÇÃO DE CAD. QUALIFIC E ARQUIVO	dom.	4.408
12. GEORREFER/ BCO. DADOS	dom.	4.408
13. PLANTAS P/REC. LOGRADOUROS E LEGISLAÇÃO	ha	41
14. INSTRUMENTO JURÍDICO DE TITULAÇÃO	dom.	4.408

A Secretaria Especial de Ação Comunitária – SEAC, por meio da Coordenação de Regularização Urbanística e Fundiária – CRUF, espera como resultado tornar efetivos os processos de regularização fundiária de assentamentos urbanos, prioritariamente nos casos em que esteja configurado o interesse social.

Além de transformar a perspectiva de vida da comunidade e das famílias beneficiadas, o projeto de regularização deverá interferir diretamente na gestão dos territórios, tendo em vista que os referidos assentamentos regularizados passarão a integrar o planejamento do Município do Rio de Janeiro.

### **3. DESCRIÇÃO E TIPO DA SOLUÇÃO A CONTRATAR**

O projeto de regularização urbanística e fundiária prevê ações jurídicas e administrativas, necessárias a expedição de documentação dos domicílios das áreas regularizadas, por um dos seguintes instrumentos, previstos na Lei 13.465/2017 – REURB: Termo de Concessão do Direto Real de Uso, Termo de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, Termo de Compra e Venda, Título de Legitimação da Posse, ou Termo de Legitimação Fundiária.

Deve-se proceder à prestação de Serviços de Engenharia e Arquitetura para realização de levantamentos, elaboração de plantas técnicas e documentos necessários à implantação de projeto de regularização urbanística e fundiária, de acordo com a característica da área acima citada e de seus habitantes, incluindo nesse contexto as





atividades necessárias para a realização plena de cada serviço, especificados a seguir: levantamento fundiário registral; elaboração, atualização ou complementação de levantamento topográfico; elaboração de projetos para regularização fundiária, envolvendo plantas, minuta de certidão, memorial descritivo e cadastro físico de lotes e domicílios, PAAs e PALs; plantas técnicas e documentos necessários à implantação do projeto de regularização urbanística, com elaboração de plantas, preenchimento de formulários específicos, fornecendo subsídios para o reconhecimento dos logradouros, a legislação de uso e ocupação do solo e para a legalização das edificações com vistas à concessão de habite-se; atividades de mobilização comunitária (específicas dos trabalhos contidos neste Termo de Referência); elaboração de cadastro socioeconômico; coleta de documentos; medidas administrativas e legais necessárias aos instrumentos de regularização fundiária; bem como a elaboração de títulos.

Tem-se por objetivo possibilitar aos ocupantes a regularização de seus terrenos, bem como garantir o recolhimento e a organização dos documentos possessórios para os moradores aptos à regularização por um dos instrumentos da REURB, art. 15 e seus incisos, da Lei 13.465/2017.

Além dos trabalhos técnicos específicos de regularização, a empresa deverá executar o trabalho técnico social, objetivando promover a participação comunitária com atividades de sensibilização social e de esclarecimentos, de forma transdisciplinar e coordenada, com uma equipe composta por técnicos sociais, advogados e urbanistas.

A execução de todo trabalho deverá obedecer ao estabelecido no Termo de Referência, bem como às cláusulas contratuais. Adicionalmente, deverão ser observadas as normas, resoluções e instruções da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e demais dispositivos legais vigentes.

#### **4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA**

A área de abrangência dos serviços de regularização urbanística e fundiária objeto deste Termo de Referência compreende a comunidade da Vila Joaniza, com 4.408 domicílios (contagem realizada, conforme consta no SABREN) e a dimensão de 409.145 m<sup>2</sup> (41 ha), (delimitação sobre ortofoto), com acesso pela Estrada das Canárias, 700, Bairro Galeão, XX R.A. - Ilha do Governador – AP 3 - Rio de Janeiro. Foi declarada AEIS pela Lei 3868 de 02/12/2004 e urbanizada pelo Programa Morar Carioca.

#### **5. OBJETO**

O objeto do presente Termo de Referência é a execução de serviços técnicos de engenharia e arquitetura, de natureza comum, para apoio à SEAC-RIO para a regularização



urbanística e fundiária na comunidade **Vila Joaniza**, a cargo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

## **6. EXECUÇÃO DO OBJETO – Requisitos da Contratação**

### **6.1- CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

A regularização fundiária é compreendida como uma solução integrada, que consiste **em um conjunto de serviços e medidas encadeadas, executados pela mesma empresa**, de forma a facilitar sua gestão e o acesso à área de intervenção, de acordo com o informado no Estudo Técnico Preliminar e conforme previsto no art. 40 § 3º, da Lei nº 14.133, que define que “Os serviços, objeto da contratação, são correlatos e integrados, devendo ser geridos e executados pela mesma empresa, de modo a facilitar a gestão dos mesmos”.

Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como Serviços de Engenharia de Natureza Comum, conforme informado no Estudo Técnico Preliminar, apresentado anteriormente, e seguem os índices de preços do SCO-RIO – Sistema de Custo de Obras do Município do Rio de Janeiro, podendo ser utilizado, complementarmente, outro sistema público de preços.

**A licitação deverá ser realizada sob a modalidade Pregão eletrônico do tipo Maior Desconto Global, sob regime de empreitada por preço unitário, modo de disputa aberto e fechado.**

**O prazo de vigência da contratação é de 720 (setecentos e vinte dias), contados a partir da assinatura do Memorando de Início, prorrogáveis, na forma da Legislação da Lei Federal Nº 14.133/2021.**

Os recursos a serem utilizados serão disponibilizados através do Programa Novo PAC e a empresa contratada deverá atender às especificações dos serviços, respeitando às normas técnicas vigentes, atendendo às condições pré-estipuladas no edital, na proposta de trabalho e no contrato. O serviço é enquadrado como não continuado tendo em vista que não se trata de demanda permanente.

Será permitida a participação da licitação de empresas em consórcio, desde que respeitadas as normas previstas no Art. 15 da Lei 14.133/2001.

Não será permitido a participação de Cooperativas no processo licitatório, tendo em vista que os serviços objeto desta contratação são caracterizados como Serviços de Engenharia de Natureza Comum, que exigem a alocação de profissionais específicos para acompanhamento e execução contínua sob a direção e fiscalização da Administração, o que se assemelha a um vínculo empregatício, incompatível com o regime de cooperação.



A empresa participante do processo licitatório deverá apresentar certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente (CAU, CREA, ART), que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade equivalente ou superior, na forma do § 3º do art. 88 desta Lei.

A contratada deverá apresentar as certidões e atestados de responsabilidade técnica, emitidos pelo conselho profissional competente e qualificação de cada membro da equipe técnica para fins de contratação.

Não será permitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa pertencente ao mesmo grupo econômico da licitante.

#### **6.1.1- SUSTENTABILIDADE**

A Regularização Urbanística e Fundiária não impacta o ambiente, tendo em vista que o trabalho técnico desenvolvido não interfere nos aspectos físicos do local, é aplicada em territórios próprios à ocupação, urbanizados ou em processo de urbanização e com projetos aprovados nos órgãos de licenciamento ambiental.

#### **6.1.2- SUBCONTRATAÇÃO**

É admitida a subcontratação parcial do objeto, na seguinte condição:

- A subcontratação fica limitada ao serviço de topografia, desde que não apresente prejuízos das responsabilidades contratuais, devendo ser analisada e autorizada pela Coordenação de Regularização Urbanística e Fundiária – AC/SUBIC/CRUF.
- A empresa contratada deverá apresentar a capacidade técnica da subcontratada, conforme especificado no Art. 122 da Lei 14.133 / 2021.

As regras aplicáveis para subcontratação serão especificadas e detalhadas no contrato.

#### **6.1.3- GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

- Será exigida a garantia da contratação, conforme Artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2001, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato;
- Em caso de opção pelo seguro garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo até a data de assinatura do contrato;
- A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em 10 dias úteis após a assinatura do contrato;
- O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei Nº 8.078 / 1990; O Edital oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.



#### **6.1.4- VISTORIA**

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

#### **6.2 – LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**6.2.1-** A execução do objeto seguirá a dinâmica apresentada no cronograma de execução dos serviços, em anexo.

**6.2.2-** A prestação dos serviços será realizada na comunidade Vila Joaniza, em escritório técnico a implantar, nas dependências da empresa sediada na cidade e nas dependências da SEAC, quando necessário.

**6.2.3-** A Equipe Técnica terá jornada diária de trabalho de 08:00 às 17:00 horas e, quando solicitado pela fiscalização nos finais de semana, respeitadas as legislações específicas de cada categoria.

#### **6.3- INÍCIO DOS TRABALHOS / EQUIPAMENTOS**

A Secretaria Especial de Ação Comunitária deverá prover à empresa contratada acesso às informações e arquivos documentais relacionados à área de projeto, para que a mesma possa executar os serviços especificados no referido contrato de trabalho.

A contratada deverá iniciar os trabalhos após a publicação do “Memorando de Início”, num prazo de até 5 (cinco) dias úteis, ou até 7 (sete) dias corridos.

Todos os equipamentos a serem utilizados nos serviços deverão ser apresentados sempre em perfeitas condições operacionais, e seu deslocamento até o local da execução dos serviços é responsabilidade da empresa contratada.

A contratada deverá disponibilizar veículo de serviço, motor 1.0 a gasolina, de 69 CV (67,6 HP), com ar condicionado, direção hidráulica, licenciamento, seguro, adesivos na carroceria, rádio AM/FM digital, caixa de ferramentas e acessórios, incluído combustível e motorista.

#### **6.4- GESTÃO DO CONTRATO**

**6.4.1-** O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas e normas da Lei 14.133/2021.

**6.4.2-** Em caso de impedimento, ordem de paralização ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante apresentação das justificativas e circunstâncias por escrito. (Art. 115, § 5º da Lei 14.133/2021).

**6.4.3-** As comunicações entre a SEAC e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre



que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.4-** A SEAC poderá convocar representante da empresa para a adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.4.5-** A contratada deverá iniciar os trabalhos após a publicação do “Memorando de Início”, devendo apresentar-se na Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC, para reunião inicial com a fiscalização, e orientações para execução dos serviços.

## **6.5- EQUIPE TÉCNICA**

A equipe técnica a ser alocada para o desenvolvimento dos serviços deverá ser previamente submetida ao crivo da fiscalização do contrato, ficando esta autorizada a determinar o imediato afastamento de qualquer profissional que esteja prejudicando o andamento ou a boa qualidade dos trabalhos.

Durante todo o desenvolvimento dos serviços de que trata o presente Termo de Referência, a empresa contratada e sua equipe técnica deverão agir em consonância com as diretrizes da SEAC e das empresas contratadas por esta Pasta para os serviços de apoio ao gerenciamento e supervisão das intervenções.

A Equipe Técnica deverá ser composta de: coordenador de serviços técnicos especializados de consultoria de engenharia e arquitetura, arquiteto pleno de serviços técnicos especializados de consultoria de engenharia e arquitetura, desenhistas cadistas, técnicos de edificações, auxiliares de cadastro, cadastradores, digitadores, assistentes sociais, agentes comunitários e advogados. Tais profissionais serão alocados para os serviços a serem realizados na área contemplada neste TR de acordo com o número total de horas apresentado na composição de custos de cada um dos serviços.

A empresa contratada deverá manter uma equipe de profissionais das áreas social, jurídica e urbanística alocada no campo. A supervisão dos serviços de levantamento físico e cadastro físico, assim como de cadastro de qualificação deverá ficar a cargo do arquiteto e do assistente social, respectivamente, os quais atenderão às demandas solicitadas pela fiscalização.

## **6.6- FISCALIZAÇÃO**

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme Art.117º, caput, da Lei 14.133/2021. Serão designados pela Secretaria Especial de Ação Comunitária 3 (três) servidores para a fiscalização do contrato, mais 1 fiscal substituto, de acordo com os requisitos estabelecidos no Art. 7º da Lei 14.133/2021, que deverão atestar a realização dos serviços e respectivas despesas, conforme RGCAF, além de orientar a empresa nas situações não previstas no



Termo de Referência, conforme determinado no Art. 117 da Lei 14.133/2021.

A fiscalização receberá o objeto do contrato para proceder a avaliação e verificação da execução dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, devendo a contratada reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, em todo ou em parte, o objeto em que se verificarem incorreções, podendo a fiscalização não atestar os serviços, até que sejam sanadas todas as pendências apontadas.

Os serviços a serem desenvolvidos deverão ser abordados de forma conjunta ao longo do desenvolvimento do projeto pela Contratada e pela fiscalização da AC/SUBIC/CRUF, devendo atender às especificações dos serviços e às condições pré-estipuladas no edital, na proposta de trabalho e no contrato, respeitando às normas técnicas vigentes.

Reserva-se a fiscalização o direito de impugnar o andamento dos serviços, desde que não satisfaçam o que está contido nestas especificações, obrigando-se a contratada a fornecer por sua conta o que for impugnado, refazendo tudo de acordo com as especificações e diretrizes de serviços. Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, por qualquer elemento ou ato da contratada, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimentos das cláusulas e condições destas Especificações e do Contrato.

A empresa contratada deverá adotar todas as medidas necessárias a facilitar o acesso da fiscalização ao local de serviços, possibilitando o livre exercício de suas funções.

**6.6.1-** Os fiscais deverão acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, assegurando os melhores resultados para a Administração. (Lei Nº 14.135 / 2021, Art 117 caput);

**6.6.2-** Os fiscais designados deverão anotar todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato, e emitir, se for o caso, notificações para possíveis correções. (Lei Nº 14.133 / 2021, Art. 117, e Decreto nº 11.246 / 2022, Art. 22, II);

**6.6.3-** Os fiscais deverão informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias. (Decreto Nº 11.246 / 2022, Art. 22, IV);

**6.6.4-** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato, conforme cronograma de execução, em anexo, os fiscais do contrato deverão comunicar o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Nº 11.246 / 2022, Art. 22, V);

**6.6.5-** Os fiscais deverão comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato, com vistas a sua renovação ou prorrogação contratual. (Decreto Nº 11.246 / 2022, Art. 22, VII).





## **6.7- GESTOR DO CONTRATO**

**6.7.1-** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem sua competência. (Decreto Nº 11.246 / 2022, Art. 21, II);

**6.7.2-** O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesas e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Nº 11.246 / 2022, Art. 21, III);

**6.7.3-** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicações de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o Art. 158 da Lei 14.133 / 2021, ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Nº 11.246 / 2022, Art. 21, X);

**6.7.4-** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais conduta a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Nº 11.246 / 2022, Art. 21, VI);

**6.7.5-** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **6.8- OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA**

A empresa contratada desenvolverá todas as atividades necessárias aos levantamentos e elaboração de documentos técnicos referentes ao projeto de regularização urbanística e fundiária que lhe forem atribuídas. Participará desde a fase de planejamento em todas as atividades necessárias ao apoio do projeto de regularização urbanística e fundiária e observará as orientações de ordem tática e estratégica da SEAC na condução e implantação do projeto, devendo obrigatoriamente:

**6.8.1 –** Prestar serviços de Engenharia e Arquitetura para realização de levantamentos, elaboração de plantas técnicas e documentos necessários à implantação de projeto de regularização urbanística e fundiária, de acordo com as características da área citada e de seus habitantes, incluindo-se nesse contexto as atividades necessárias para a realização plena de cada serviço, tais como: levantamento fundiário registral; elaboração ou atualização ou complementação de levantamento topográfico; elaboração de projetos para regularização fundiária, envolvendo plantas, minuta de certidão, memorial descritivo e cadastro físico de



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Especial de Ação Comunitária**  
**Subsecretaria de Intervenções Comunitárias e Regularização**  
**Coordenação de Regularização Urbanística e Fundiária**  
Campo de São Cristóvão, Nº 268 – 4 º andar

lotes e domicílios, PAAs e PALs; plantas técnicas e documentos necessários à implantação do projeto de regularização urbanística, com elaboração de plantas, preenchimento de formulários específicos, fornecendo subsídios para o reconhecimento dos logradouros, a legislação de uso e ocupação do solo e para a legalização das edificações com vistas à concessão de habite-se; atividades de mobilização comunitária (específicas dos trabalhos contidos neste Termo de Referência); elaboração de cadastro socioeconômico; coleta de documentos; medidas administrativas e legais necessárias aos instrumentos de regularização fundiária; bem como a elaboração de títulos.

**6.8.2** – Instalar e manter na área objeto deste Termo ou nas suas imediações (até 500 m) um escritório técnico local, com mobiliário e equipamentos em quantidade e qualidade adequadas à realização dos serviços, onde serão desenvolvidos os serviços de regularização, especialmente aqueles relacionados aos levantamentos e cadastros, bem como às atividades de comunicação, sensibilização e divulgação. Este escritório deverá permanecer durante todo o período do contrato, em local de fácil acesso, a ser aprovado pela fiscalização.

**6.8.3** – Emitir relatório mensal qualitativo e quantitativo das atividades desenvolvidas, relativas a cada etapa do projeto, acompanhado de plantas, bem como pesquisas especificamente solicitadas pela CRUF.

**6.8.4** – Conferir à SEAC todos os créditos institucionais e direitos autorais do projeto e seus respectivos resultados.

**6.8.5** – Fornecer dados, durante todo o período contratual, que servirão de base para a alimentação do Sistema de Informações Habitacionais – SIHAB e do SIURB - Sistema de informações Urbanas da SMH - Secretaria Municipal de Habitação.

**6.8.6** – Devolver, no final do contrato ou quando solicitado pela contratante, todo o material produzido ao longo do projeto, sendo defeso, a divulgação de quaisquer informações e/ou materiais utilizados a quem quer que seja, uma vez que tais dados são sigilosos e de uso exclusivo da SEAC.

**6.8.7** – Responsabilizar-se pela capacitação dos profissionais referenciados no presente documento, sendo que a SEAC decidirá quanto à manutenção ou substituição desses profissionais.

**6.8.8** – Responsabilizar-se pela elaboração e confecção dos projetos gráficos, ilustrações, fotografias, fotolito, artes-finais e impressão do material a ser distribuído na área objeto deste Termo de Referência, com a prévia aprovação da fiscalização para a posterior reprodução dos materiais didáticos e de divulgação visando à plena execução do serviço das atividades de comunicação, sensibilização e divulgação, como pastas, folders, cartazes, banners e outros julgados necessários, em número suficiente para o atendimento do projeto.





**6.8.9** – Responsabilizar-se pela produção de materiais de identificação do projeto, com a execução de camisetas, bonés, bolsas, crachás, etc., a serem utilizados pela equipe do escritório técnico. Estes materiais deverão receber aprovação prévia da fiscalização e conter a logomarca da PCRJ/SEAC e do Governo Federal/SPU nas áreas pertinentes.

**Nota: Os materiais de identificação do projeto deverão ser produzidos em até 60 (sessenta) dias a partir da data de início dos serviços constante no Memorando de Início do Contrato.**

**6.8.10** – Responsabilizar-se pela execução de Placas de Identificação do Projeto, a serem instaladas na(s) área(s) de intervenção, de acordo com as convenções do Decreto Nº 26.242 de 07/03/2006 para a placa da Prefeitura e a reprodução fiel do modelo do Ministério do Desenvolvimento Regional, disponível na página oficial da internet do Ministério. As placas deverão ser instaladas também no escritório local, devendo ser fornecidas com pintura e suporte de madeira. A empresa deve prover também o transporte e colocação das mesmas.

**6.8.11** – Viabilizar o acesso à área e a locomoção das equipes nas atividades relacionadas ao projeto, inclusive da fiscalização, em veículos abastecidos com combustível, com ar condicionado e motorista, com possibilidade de utilização nos fins de semana e/ou horários noturnos, de acordo com a solicitação da fiscalização.

**6.6.12** – Viabilizar a comunicação entre as equipes de trabalho, através de telefonia móvel e/ou conexão direta (rádio).

**6.8.13** – Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre os serviços contratados, bem como cumprir rigorosamente todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

**6.8.14** – Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas de higiene e segurança do trabalho, cabendo àquela fornecer-lhes equipamentos, uniformes e crachás de identificação contendo o nome, a função e a denominação da empresa, cuidando para que se mantenham limpos e asseados, quer no aspecto do vestuário, quer de higiene pessoal, seguindo as normas do Ministério do Trabalho.

**6.8.15** – Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços.

**6.8.16** – Observar e fazer cumprir os todos os dispositivos da Lei Geral de Proteção de Dados, relativo aos cadastros de beneficiários do projeto e ao banco de dados desenvolvido.

**6.8.17-** Deverá disponibilizar equipamentos para o levantamento de campo como tablets e Trena Laser Digital de Alta Precisão – Profissional.



## **6.9 – MEDIÇÕES / PAGAMENTOS**

A empresa deverá apresentar relatório com os produtos executados, em cada etapa e durante todo o período de execução do contrato, seguindo o cronograma especificado no Contrato para as medições e pagamentos das etapas de serviços.

As medições autorizadas pela fiscalização deverão estar em consonância com o Decreto Municipal 34.012/11.

**6.9.1-** No caso de a empresa contratada não produzir os resultados acordados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade exigida as atividades, conforme o cronograma de execução, em anexo (item 15 do presente Termo de referência), será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada;

**6.9.2-** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais do contrato, mediante termos detalhados, quando será verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I da Lei 14.133 / 2021 e Art. 22, X e Art. 23, VII, do Decreto Nº 11.246 / 2022).

**6.9.3-** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**6.9.4-** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**6.9.4.1-** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

**6.9.4.2-** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**6.9.4.3-** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

**6.9.4.4-** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência sem prejuízo da aplicação das penalidades.



**6.9.5-** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**6.9.5.1-** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

**6.9.5.2-** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à empresa contratada, por escrito, as respectivas correções;

**6.9.5.3-** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**6.9.6-** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**6.9.7-** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**6.9.8-** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

## **7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor estimado do contrato é de: R\$ R\$ 6.781.966,35 (Seis milhões, setecentos e oitenta e um mil, novecentos e sessenta e seis reais e trinta e cinco centavos).

A Planilha orçamentária, item 4, deste Termo de Referência, em anexo, apresenta todos os quantitativos, unidades de medida e valores correspondentes a esta contratação.

## **8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A necessidade da contratação está alinhada com o Planejamento Orçamentário e respaldada no Plano Plurianual – PPA 2026-2029, na abrangência do Programa de Trabalho a ser definida na Reserva Orçamentária.



## **9. ESCOPO DOS SERVIÇOS**

### **9.1- Plano e Metodologia de Trabalho com diagnóstico da área**

A empresa contratada deverá apresentar caracterização da área, a partir de visitas e consulta a dados secundários, envolvendo aspectos físicos e sociais, tais como: uso e ocupação do solo, áreas de risco, áreas de preservação ambiental, equipamentos públicos comunitários, infraestrutura existente, perfil sócioeconômico do assentamento e organizações comunitárias existentes no local, além de projetos de parcelamento existentes, de estruturas viárias e outros projetos ou programas implantados.

A partir da caracterização, a empresa deverá apresentar o Plano e a Metodologia de Trabalho, especialmente aqueles realizados no campo, como os levantamentos e cadastros, assim como o trabalho técnico social com as atividades de comunicação, sensibilização e divulgação, que serão desenvolvidos no local. Deverá ser apresentada a concepção metodológica com a descrição e o dimensionamento das atividades, produtos e período de execução.

Fundamentada na análise da base cadastral e nas vistorias realizadas na área para identificação preliminar de áreas de risco, áreas de preservação ambiental, infraestrutura e outros aspectos, deverá ser apresentada uma proposta de levantamento topográfico, com vistas ao necessário detalhamento de situações físicas e de domínio indefinidas ou que requeiram um maior número de informações, a fim de dirimir dúvidas referentes à área de intervenção, com levantamentos em campo e posterior atualização em planta. Deverá realizar a revisão/atualização do perímetro da Área de Especial Interesse Social – AEIS, e apresentar planta com novo perímetro da AEIS com Memorial, se necessária a modificação.

O Plano deverá conter ainda um cronograma detalhado com todas as etapas do trabalho, qualificando-as e quantificando-as, bem como modelos de formulários, relatórios, identificação do projeto etc., além dos currículos dos profissionais contratados.

**Nota:** 1) As equipes da empresa que atuarão no trabalho técnico social, de engenharia e jurídico deverão participar das assembleias e de todos os eventos promovidos pela SEAC na área, que envolvam a participação dos moradores.

**Nota:** 2) Só poderá haver substituição de pessoal por profissionais de igual ou superior qualificação e, após aprovação do MRJ.

### **9.2- Topografia**

Deverão ser apresentados o plano e a metodologia específicos para este serviço, que farão parte do Plano de Trabalho (conforme item **9.1**).



Os serviços de topografia irão subsidiar os trabalhos de campo, e a base atualizada pela topografia identificará as quadras, lotes e unidades a serem beneficiadas. A topografia deverá contemplar ruas, becos e vielas de acesso aos lotes/edificações (de testada a testada), quadras, lotes e edificações, com a indicação de cotas de soleira, curvas de nível e áreas com restrições à ocupação.

Para fins de solicitação de demarcação de faixa *non aedificandi* e faixa marginal de proteção de rios, é necessário que o levantamento topográfico inclua a medição e localização, quando houver, de calhas superficiais ou linhas de drenagem naturais, valas, canais, córregos e rios, assim como a indicação da largura de sua calha, cotas de bordo e de fundo, marcação do eixo da calha e da direção do fluxo das águas.

Também deverá ser feito o cadastro de toda a rede de drenagem existente na área, com o greide, cotas de fundo, distância entre pv's, etc.

A(s) planta(s) geral(ais) de topografia apresentará(ão) os lotes com medidas, confrontações e sua inserção na quadra e identificação das edificações em planta com o número de pavimentos, os acessos externos, escadas, áreas livres e áreas de uso comum quando for o caso. Todas as ruas, becos e vielas deverão constar no levantamento, com suas larguras cotadas e denominações utilizadas pela comunidade, reconhecidas ou não reconhecidas pela SMPU – Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Deverão ser levantados e constar em planta e em relatório, a tipologia, uso e número de pavimentos dos imóveis identificados pela codificação quadra/ lote/ unidade, de acordo com a planta de venda ou PAL aprovado do local. Todas as cotas dos levantamentos deverão ser georreferenciadas. A fiscalização disponibilizará as plantas com a demarcação da área a ser topografada.

### **9.3- Atividades de comunicação, sensibilização e divulgação**

As atividades de comunicação, sensibilização e divulgação tem como objetivo fundamental a informação, o acompanhamento e esclarecimentos necessários à adesão da população da área ao Projeto de Regularização Urbanística e Fundiária, sendo este item o alicerce de todo o trabalho.

Deverão ser apresentados o plano e a metodologia específicos para este serviço, que farão parte do Plano de Trabalho (conforme item 9.1). Para a realização deste serviço, deverão ser programadas etapas, tais como: identificação e articulação com lideranças e representantes locais, bem como com instituições públicas e privadas que atuam na comunidade e no seu entorno; reunião com as lideranças; assembleia inicial para os trabalhos de campo; assembleias setoriais por quadras; plantões sociais e jurídicos; visitas domiciliares;



análise e acompanhamento dos trabalhos de campo; mapeamento das pendências encontradas nos cadastros de qualificação; mapa de adesão ao projeto de regularização fundiária e oficinas de titulação. Deverá ainda ser previsto um encontro mensal com as lideranças locais e institucionais para informar o desenvolvimento do trabalho.

Deverão ser utilizadas técnicas de comunicação verbal através de rádios comunitárias e carros de som, com esclarecimentos e divulgações de eventos e ações relacionadas às etapas do processo de regularização urbanística e fundiária, com a produção de texto e mídia dirigidos ao público de assentamentos populares a serem beneficiados com a regularização da área, de modo a abranger o maior número possível de moradores. Para que os moradores participem em todas as atividades propostas se faz necessária a sensibilização/mobilização durante as etapas da regularização. Assim, a divulgação dos eventos deverá ser parte primordial nas Atividades de comunicação, sensibilização e divulgação, sendo realizada através de cartazes, carro de som, comunicação porta a porta feita pela equipe social da empresa, além de parceria com as lideranças.

Os beneficiários receberão as devidas orientações no escritório local a ser destinado pela empresa na área, onde serão apontados os documentos e procedimentos necessários para a formalização da regularização fundiária de seus imóveis.

As atividades de comunicação, sensibilização e divulgação deverão ser realizadas também em espaços públicos, de uso coletivo na comunidade, tais como: praças, ruas, creches, escolas, igrejas e outros.

Deverá ser elaborado e reproduzido o material didático e de divulgação em quantidade necessária à execução da etapa das atividades de comunicação, sensibilização e divulgação estabelecidas mensalmente, visando à adesão dos moradores nas respectivas etapas da regularização urbanística e fundiária da área, apontando os documentos e procedimentos necessários à realização e finalização do processo.

**Obs.:** A reprodução do material de divulgação deverá ser feita de modo a atender à totalidade de domicílios.

#### **9.4- Setorização da área e Monitoramento do trabalho de regularização**

Deverá ser apresentada pela empresa contratada a metodologia de setorização da área objeto deste Termo de Referência para o planejamento dos trabalhos de campo. Através da setorização pretende-se ter uma identificação dos fatores locais, físicos e sociais de um modo mais aproximado, buscando assim um maior envolvimento da população residente com as etapas do processo de regularização e também um maior conhecimento das equipes que atuarão na área. A setorização deverá ser apresentada em relatório, contendo as plantas da





área com a devida identificação dos setores e a previsão de prazos e atividades a serem realizadas.

A partir da setorização e da codificação quadra-lote-unidade será realizado um monitoramento contínuo do trabalho, visando o acompanhamento da adesão dos moradores ao processo e das pendências e resoluções referentes ao trabalho de campo.

#### **9.5- Auto de Demarcação**

Elaboração de planta e memorial descritivo da área a ser regularizada, nos quais constem suas medidas perimetrais, área total, confrontantes, coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites, pelo SIRGAS 2000 ou outro sistema que venha a ser adotado, bem como o número de matrícula ou transcrição e a indicação do proprietário constante no Registro de Imóveis, se houver, das áreas atingidas pelo Auto de Demarcação Urbanística e de seus confrontantes.

Deverá ainda ser elaborada planta de sobreposição da área demarcada com a situação das áreas constantes no registro de imóveis e a planta das áreas remanescentes com seus respectivos memoriais; e serem apresentadas certidões das matrículas ou transcrições das áreas a serem regularizadas, emitidas pelo registro de imóveis, ou, diante de sua inexistência, das circunscrições imobiliárias anteriormente competentes.

Além disso, a empresa deverá produzir também uma planta com as vias de circulação existentes ou projetadas e outras áreas destinadas a uso público situadas na área a ser regularizada, bem como a identificação de todas as edificações existentes na área e de sua localização em lotes, atendendo a lei 13.465/2017 e o Código de Normas Extra Judiciais da CGJ do Rio de Janeiro.

A empresa deverá elaborar, conforme formato de publicação do Diário Oficial do Estado, minutas de Editais de Notificação ao(s) proprietário(s) da(s) área(s) incluída(s) no Auto de Demarcação e aos seus confrontantes. Estas minutas deverão conter também um resumo do Auto de Demarcação Urbanística com a descrição que permita a identificação da área a ser demarcada.

No caso de haver exigências do Registro de Imóveis ou impugnação à averbação do Auto de Demarcação Urbanística, a empresa deverá elaborar as modificações necessárias de acordo com a orientação da fiscalização.

#### **9.6- Selagem e capacitação das equipes de campo**

A empresa contratada em conjunto com a fiscalização da SEAC promoverá reuniões de capacitação das equipes responsáveis pelos trabalhos de levantamentos e cadastros



físicos, incluindo treinamento no local. O espaço onde serão realizadas as reuniões, bem como equipamentos e material de apoio, serão de responsabilidade da empresa.

Após a capacitação, será iniciada a selagem, que consiste numa identificação preliminar em campo de lotes e unidades de uso habitacional e outros, utilizando-se a base cartográfica existente e a codificação quadra/lote/unidade. Esta codificação será utilizada nos formulários e cadastros a serem realizados posteriormente à selagem.

Com a selagem finalizada, deverá ser apresentado um quantitativo de unidades de cada área, por quadra, a fim de subsidiar o desenvolvimento e o acompanhamento dos trabalhos de campo.

### **9.7- Projeto de Regularização Urbanística e Fundiária**

A empresa deverá elaborar o Projeto de Regularização Urbanística e Fundiária, contemplando a área a ser regularizada e, quando for o caso, as edificações a serem relocadas; bem como as vias de circulação existentes ou projetadas e outras áreas destinadas a uso público.

Deverão ser marcadas a(s) gleba(s) devidamente cotadas com as metragens constantes na(s) certidões de Registro de Imóveis, as faixas “*non aedificandi*” (FNA’s), as Faixas Marginais de Proteção - FMP, além dos projetos de alinhamento existentes para as vias que fazem parte da área a ser regularizada e as do seu entorno, as adutoras e outras restrições à ocupação, as situações de risco, as vias existentes e sua nomenclatura oficial (com o decreto e a data de reconhecimento) e/ou a não oficial utilizada pela comunidade, bem como as legislações edilícia e urbanística existentes para o local. Também deverão ser demarcadas as áreas de preservação ambiental e as áreas definidas para reflorestamento.

Constatada a existência de FNA’s na área, a empresa contratada deverá obter junto aos órgãos competentes plantas visadas com as demarcações das mesmas.

Este projeto servirá de subsídio para a elaboração do PAA/PAL, Projeto Aprovado de Alinhamento e Projeto Aprovado de Loteamento da área a ser regularizada, assim como para o uso e ocupação do solo e o reconhecimento de logradouros. Caso haja necessidade, serão apontadas medidas para a adequação da infraestrutura básica, bem como de situações de risco.

A empresa deverá apresentar plantas a serem utilizadas para a divulgação e discussão do projeto junto com a comunidade. A fiscalização definirá a forma de apresentação da referida planta (como escala, formatação, tipo de material, etc.).

Cabe à contratada a elaboração do Projeto Aprovado de Alinhamento e Projeto Aprovado de Loteamento da área a ser regularizada – **PAA/PAL**.





### **9.8- Cadastro técnico imobiliário**

A empresa deverá apresentar cadastro técnico imobiliário compreendendo o cadastro físico do lote e das unidades habitacionais, a aplicação de cadastro de qualificação ao morador para fins de Regularização Urbanística e Fundiária e relatório dos documentos, bem como o preenchimento de fichas cadastrais, conforme modelos em anexo.

A contratada também deverá elaborar plantas dos lotes e das unidades habitacionais individualizadas em meio digital, a partir do levantamento topográfico, reproduzindo todos os seus dados e cotas e complementando as informações quanto a sua situação, quantificação dos pontos de água potável, caixa d'água, condições de acesso, iluminação e ventilação, número de banheiros e outras situações especiais. Elaboração de memorial descritivo do lote e da unidade com a identificação do titular e de seus confrontantes. No caso das plantas de usucapião, deverão ser identificados os confrontantes de fato e de direito, bem como o respectivo proprietário.

As plantas deverão identificar a existência de faixas "*non aedificandi*" (FNA's), como as faixas marginais de proteção, além de projetos de alinhamento, adutoras e outras restrições à ocupação.

Com os dados recolhidos no cadastro físico, a empresa contratada irá preencher os formulários de Habite-se das unidades aptas para tal, recolhendo inclusive as assinaturas dos moradores pertinentes a este formulário.

A empresa deverá preencher fichas cadastrais de qualificação com a devida identificação do imóvel e sua correlação com o beneficiário a ser titulado. Deverão ser colhidas as informações de identificação dos moradores, grau de parentesco, escolaridade, trabalho e renda, tempo de moradia e situações especiais. Os dados serão coletados no local da moradia ou comércio. No caso de não encontrar o morador, os cadastradores voltarão quantas vezes se fizer necessário, inclusive domingo, e finalmente, encaminharão carta registrada informando do trabalho de cadastro e número de telefone para contato.

Nesta etapa do trabalho deverá ser reforçada junto ao morador a importância de sua participação no processo de titulação de seu imóvel, esclarecendo quais os documentos e procedimentos necessários. Deverão ser feitos relatórios mensais compilando as informações documentais dos moradores a serem titulados, apontando possíveis dificuldades, dúvidas e impedimentos, como também possibilidades de resolução e/ou encaminhamentos a outros órgãos a fim de solucionar questões pendentes. Tais relatórios deverão ser apresentados em papel e em meio digital, em ACCESS ou EXCELL.



### **9.9- Levantamento fotográfico**

O Levantamento Fotográfico deverá ser realizado durante o serviço de cadastramento. Deverão ser fotografados os acessos dos imóveis levantados e a documentação dos beneficiários necessária à instrução do processo de Regularização Urbanística e Fundiária.

Todas as unidades deverão ser fotografadas, devendo ser apresentadas no mínimo 04 (quatro) fotos – com fácil leitura, que permitam a identificação da fachada, do número de pavimentos e da porta de acesso da unidade.

Para fins de reconhecimento de logradouros, a contratada deverá fotografar início e fim de todas as vias a serem reconhecidas. Estas fotos farão parte do memorial a ser entregue no produto de Reconhecimento de Logradouros.

**Obs.:** Serão fotografadas ainda todas e quaisquer situações de dúvida existentes na área objeto da regularização, tais como: áreas informais utilizadas como “públicas” pela comunidade, locais onde houve invasão do espaço “público”, áreas de litígio entre moradores, edificações que ocupem mais de um lote e outras situações de dúvida. Nestes casos, serão apresentadas tantas fotos quanto forem necessárias para esclarecer as situações de dúvida e as mesmas deverão estar localizadas na planta de subsídios. Estas fotos ajudarão na elaboração do Projeto Aprovado de Alinhamento e Projeto Aprovado de Loteamento (PAA/PAL).

As fotos das unidades e documentos (duas de cada) deverão ser impressas e reunidas ao cadastro de qualificação.

O item deverá ser medido pela apresentação de relatório encadernado no formato A4 com as fotos identificadas pelo número da quadra/lote e unidade, no tamanho 10x15, além do mesmo em meio digital na extensão DOC, conforme orientação da SEAC.

### **9.10- Projetos Aprovado de Alinhamento e de Loteamento - PAA/PAL**

A empresa fica responsável pela elaboração:

- a)** Das plantas de subsídios para os projetos de legalização de alinhamento e loteamento (PAAs/ PALs), de uso e ocupação do solo e de reconhecimento de logradouros;
- b)** Da planta e do PAA/ PAL onde deverão estar definidos os espaços públicos e privados, devidamente cotados e denominados. Deverão ser utilizadas as informações contidas na planta de subsídios e nas plantas gerais de topografia já com o levantamento físico dos lotes e edificações incluídos.

No caso de PAA (Projeto de Alinhamento), a(s) planta(s) não deverão apresentar os lotes, suas numerações e medidas, devendo constar somente as quadras e os logradouros públicos.



Para os PAAs/ PALs deverão ainda ser realizados o Memorial descritivo do loteamento e a Minuta de Certidão.

A SEAC orientará qual o projeto adequado para a área objeto do Termo de Referência, que poderá contemplar projetos diferenciados, segundo a situação fundiária.

A elaboração destas plantas deverá atender a Resolução Conjunta SMU/SEAC n.º 735 de 10 de agosto de 2007.

#### **9.11- Envio dos cadastros de qualificação e físico do lote e das unidades habitacionais**

A empresa deverá disponibilizar tablets para o preenchimento dos formulários (fichas cadastrais de qualificação e do cadastro físico do lote e das unidades habitacionais), com a assinatura do(s) beneficiário(s). Os cadastros de qualificação serão enviados diretamente para o Siurb, sendo medidos por cada unidade cadastrada. Os cadastros físicos deverão ser digitalizados e os arquivos digitais identificados com a utilização da codificação quadra/lote e unidade, devendo ser entregues na extensão DWG e organizados conforme orientação da SEAC.

A empresa deverá inserir no relatório mensal a lista dos cadastros de qualificação enviados ao Siurb, para conferência a ser realizada pela fiscalização e posterior medição do produto.

#### **9.12- Georreferenciamento e alimentação de banco de dados de informações habitacionais.**

A contratada providenciará o georreferenciamento das informações coletadas nos Cadastros Técnicos e dos relatórios de atendimentos, nas bases cartográficas produzidas no Projeto de Regularização Urbanística e Fundiária utilizando Sistema de Informações Geográficas (SIG) em AutoCAD Map ou ArcGIS.

A empresa deverá desenvolver/preencher um banco de dados no Sistema de Informações Urbanas – SIURB ou em EXCEL ou ACCESS, conforme orientação da SEAC, conectados à base cartográfica em shapes utilizando a codificação Área/Quadra/Lote/Unidade como chave em comum para o relacionamento das informações inseridas no banco de dados.

Este banco de dados deverá permitir o preenchimento dos relatórios, formulários de Habite-se e Títulos, constantes deste TR de maneira automatizada e também deverão alimentar o Sistema de Informações Urbanas – SIURB, de responsabilidade da SEAC, na camada que diz respeito à Regularização Urbanística e Fundiária.



### **9.13- Plantas para o reconhecimento de logradouros e uso / ocupação do solo**

A empresa deverá elaborar:

- a) Planta de Reconhecimento de Logradouros:** A identificação e mapeamento de todas as vias de acesso aos lotes e edificações, com seus nomes, dimensões atuais e suas distâncias até o logradouro reconhecido mais próximo, objetivando a oficialização das ruas, travessas e becos com vistas à edição de decreto municipal dando nome aos logradouros, permitindo a sua inscrição no cadastro de logradouros do município.
- b) Planta de Uso e Ocupação:** mapeamento do uso e ocupação do solo, com vistas a subsidiar a elaboração e publicação de decreto municipal oficializando a legislação urbanística e edificação da AEIS.

### **9.14- Reprodução do instrumento jurídico de titulação**

A empresa deverá adotar, para as áreas de domínio público e privado, a reprodução do instrumento jurídico de titulação mais apropriado, indicado pela Coordenação de Regularização Urbanística e Fundiária, conforme instrumentos da REURB, art. 15 e seus incisos, exemplos: Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), à Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (CUEM) ou o Termo de Legitimação Fundiária (Lei Federal 13.465/2017), conforme minuta apresentada pela Secretaria Especial de Ação Comunitária.

O instrumento jurídico escolhido deverá ser preenchido, pela empresa, com a descrição dos lotes e com os dados dos respectivos beneficiários

#### **Adoção das medidas introduzidas pela Lei Federal nº 13.465/2017**

A empresa contratada fica obrigada a obedecer aos novos trâmites exigidos, especialmente no que diz respeito à notificação e chamada do titular do domínio da ocupação e de seus confrontantes, bem como publicação de editais e cumprimento de demais exigências da Lei.

## **10. PRODUTOS E FORMA DE APRESENTAÇÃO REFERENTES AOS SERVIÇOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA E FUNDIÁRIA**

Todas as plantas deverão ser fornecidas em meio digital, com arquivos em DWG e seus respectivos arquivos de impressão (PLT) armazenadas em mídia compatível (CD/DVD), e também impressas em quantas cópias forem necessárias, no máximo dez de cada, em papel sulfite, de A0 alongado a A4. Os jogos de plantas deverão ser catalogados e acondicionados em pastas, arquivos, “boxes”, etc, de modo a possibilitar sua retirada e permitir seu fácil manuseio.

**Nota:** Os arquivos DWG deverão conter camadas de informações – *layers* – de forma a



permitir, em qualquer instante, a recuperação combinada ou isolada dessas informações. Deverão ainda ser fornecidos arquivos de setagem de penas (CTB), arquivos de impressão em PDF e referências externas (XREFs) necessárias, bem como a lista de pranchas com as dimensões dos arquivos.

#### **10.1 - Plano e Metodologia de Trabalho com diagnóstico da área – 41 ha**

##### **Apresentação:**

**a)** Relatório contendo o diagnóstico da área, a partir de dados primários e secundários, envolvendo aspectos físicos e sociais, bem como as planta(s) com as informações relativas ao diagnóstico, fornecida(s) na escala 1:1000 ou conforme orientação da SEAC. O Relatório deverá ser encadernado, no formato A4, com os documentos acondicionados de modo a possibilitar sua retirada, e mais duas cópias, além do mesmo em meio digital na extensão DOC.

Plano e Metodologia de Trabalho, incluindo os serviços de campo, como os levantamentos, os cadastros, a formatação dos relatórios e planilhas que irão alimentar o banco de dados, bem como atividades de comunicação, sensibilização, divulgação e a topografia, que contarão com a presença da equipe contratada no local, subsidiando a elaboração dos projetos de regularização urbanística e fundiária. Deverá ser apresentada a concepção metodológica com a descrição e o dimensionamento das atividades, produtos e período de execução em relatório encadernado, no formato A4, com os documentos acondicionados de modo a possibilitar sua retirada, e mais duas cópias, além do mesmo em meio digital na extensão DOC.

**b)** Relatório de avaliação da metodologia adotada com recomendações para trabalhos futuros.

**Prazo: 60 dias**

**Obs:** Medição conforme cronograma (início no 1º mês de contrato). Os desembolsos corresponderão aos seguintes produtos:

1. Relatórios com caracterização da área, acompanhado das plantas correspondentes aos aspectos físicos e fundiários e do plano e metodologia de trabalho; (etapa 1)
2. Relatório de avaliação. (etapa 24)

#### **10.2 - Topografia – 409.145 m² - 41 ha (31 ha do SE19100256(A)) e (100.000 m² do SE19102050(A)).**

##### **Apresentação:**

Levantamento topográfico, planialtimétrico e cadastral, executado de acordo com as especificações da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, considerando cotas de soleira e



sanitários, medição de lotes, posteamento e demais elementos naturais existentes, conforme item especificado no quadro quantitativo e a memória de cálculo de topografia constante da planilha de resumo de serviços.

Deverá ser apresentado o plano de topografia para o início do trabalho, de acordo com as especificações do item 9.2.

**Prazo: 90 dias**

**Obs:** Medição conforme cronograma (início no 2º mês do contrato). Os desembolsos corresponderão aos seguintes produtos relativos às áreas topografadas:

1. Plantas gerais dos levantamentos na escala 1:1000 ou conforme orientação da SEAC, acompanhadas pelas memórias de campo dos trabalhos (cadernetas, etc.) que deverão ser preenchidas a tinta e dos arquivos DWG;
2. Plantas gerais dos levantamentos na escala 1:1000 ou conforme orientação da SEAC, acompanhadas pelas memórias de campo dos trabalhos (cadernetas, etc.) que deverão ser preenchidas a tinta e dos arquivos DWG;
3. Plantas gerais dos levantamentos na escala 1:1000 ou conforme orientação da SEAC, acompanhadas pelas memórias de campo dos trabalhos (cadernetas, etc.) que deverão ser preenchidas a tinta e dos arquivos DWG;

### **10.3 - Atividades de comunicação, sensibilização e divulgação – 4.408 domicílios**

**Apresentação:**

Apresentação de bonecas / modelos de todo material de divulgação e uniforme a ser utilizado durante o trabalho de Regularização Urbanística e Fundiária.

- Identificação e articulação com lideranças, representantes das comissões e instituições públicas e privadas que atuam na comunidade para conhecimento da realidade local e articulação de ações.
- Reuniões com as lideranças, representante das comissões e Instituições públicas ou privadas. Apresentação da proposta de trabalho com a setorização da área, objetivando colaboração das lideranças na divulgação da Assembleia Inicial. Estabelecimento de canal permanente de comunicação e colaboração.
- Assembleia Inicial – Apresentação da proposta de trabalho, da equipe da Empresa, histórico da ocupação, mapa da setorização e calendário de entrada na área.
- Assembleias setorizadas por quadras - Apresentação da proposta de trabalho, propiciando esclarecimentos sobre as diversas etapas do desenvolvimento do cadastro físico e de qualificação, prestando informações sobre as atividades propostas, bem como motivando a participação e adesão da comunidade.





**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Especial de Ação Comunitária**  
**Subsecretaria de Intervenções Comunitárias e Regularização**  
**Coordenação de Regularização Urbanística e Fundiária**  
Campo de São Cristóvão, Nº 268 – 4º andar

- Plantão Social / Jurídico - Plantão de atendimento em escritório no local para esclarecimentos e orientações aos moradores, bem como o recebimento dos documentos necessários à titulação, com a disponibilização de *folders* contendo as informações.
- Visitas Domiciliares a serem realizadas por Técnico Social/Agentes Comunitários como mais uma prática sistemática de interlocução com o morador, objetivando orientar, mobilizar, verificar problemas e propor soluções, buscando encaminhar as demandas aos órgãos competentes da Prefeitura.
- Encontros mensais com lideranças - Reuniões mensais com as lideranças locais e institucionais para informar o desenvolvimento do trabalho.
- Oficinas Setoriais – As oficinas versarão sobre Reconhecimento de logradouros, Uso e Ocupação do solo, Instrumento jurídico de titulação e apresentação dos Trabalhos. Deverão ser utilizadas técnicas e instrumentos que visem estimular o protagonismo dos participantes no processo de reflexão e apreensão de conteúdos, ampliando seus conhecimentos.
- Assembleia Final – Apresentação e avaliação das ações implantadas.

As atividades deverão ser desenvolvidas por Técnicos Sociais e Agentes Comunitários de referência para o acompanhamento das ações nos setores, tendo como perspectiva a sensibilização dos moradores para adesão ao processo de Trabalho de Regularização Urbanística e Fundiária. Deverão ter a aprovação prévia da fiscalização os instrumentos e as técnicas a serem utilizadas na divulgação e na dinâmica de execução deste serviço, bem como os materiais didáticos e de divulgação, como pastas, *folders*, cartazes, *banners* e outros julgados necessários, em número suficiente para o atendimento do projeto.

**Prazo: 720 dias**

**Obs:** Medição conforme cronograma (início no **1º mês** do contrato). Os desembolsos corresponderão aos seguintes produtos:

1. Identificação e articulação com as lideranças e representantes locais e instituições públicas e privadas que atuam na área e no entorno/Elaboração do material didático e de divulgação/Reunião com as lideranças e representantes locais e instituições públicas e privadas que atuam na área e no entorno/ Relatórios das atividades realizadas;
2. Reprodução de material didático e de divulgação / Realização de Assembleia Inicial / Realização de Assembleias setoriais por quadra/ Relatórios das atividades realizadas qualitativamente e quantitativamente;
3. Relatórios das atividades realizadas qualitativamente e quantitativamente/ Plantões sociais e jurídicos/ Evento mensal com lideranças locais e institucionais para informar sobre o andamento do trabalho/ Oficinas setoriais / Reprodução de material didático e de divulgação;
4. Relatórios das atividades realizadas qualitativamente e quantitativamente/ Plantões



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Especial de Ação Comunitária**  
**Subsecretaria de Intervenções Comunitárias e Regularização**  
**Coordenação de Regularização Urbanística e Fundiária**  
Campo de São Cristóvão, Nº 268 – 4º andar

sociais e jurídicos/ Evento mensal com lideranças locais e institucionais para informar sobre o andamento do trabalho/ Oficinas setoriais / Reprodução de material didático e de divulgação;

**5.** Relatórios das atividades realizadas qualitativamente e quantitativamente/ Plantões sociais e jurídicos/ Evento mensal com lideranças locais e institucionais para informar sobre o andamento do trabalho/ Oficinas setoriais / Reprodução de material didático e de divulgação;

**6.** Relatórios das atividades realizadas qualitativamente e quantitativamente/ Plantões sociais e jurídicos/ Evento mensal com lideranças locais e institucionais para informar sobre o andamento do trabalho/ Oficinas setoriais / Reprodução de material didático e de divulgação;

**7.** Relatórios das atividades realizadas qualitativamente e quantitativamente/ Plantões sociais e jurídicos/ Evento mensal com lideranças locais e institucionais para informar sobre o andamento do trabalho/ Oficinas setoriais / Reprodução de material didático e de divulgação;

**8.** Relatórios das atividades realizadas qualitativamente e quantitativamente / Plantões sociais e jurídicos/ Evento mensal com lideranças locais e institucionais para informar sobre o andamento do trabalho/ Oficinas setoriais / Reprodução de material didático e de divulgação;

**9.** Relatórios das atividades realizadas qualitativamente e quantitativamente / Plantões sociais e jurídicos/ Evento mensal com lideranças locais e institucionais para informar sobre o andamento do trabalho/ Oficinas setoriais / Reprodução de material didático e de divulgação;

**10.** Relatórios das atividades realizadas qualitativamente e quantitativamente / Plantões sociais e jurídicos/ Evento mensal com lideranças locais e institucionais para informar sobre o andamento do trabalho/ Oficinas setoriais / Reprodução de material didático e de divulgação;

**11.** Relatórios das atividades realizadas qualitativamente e quantitativamente / Plantões sociais e jurídicos/ Evento mensal com lideranças locais e institucionais para informar sobre o andamento do trabalho/ Oficinas setoriais / Reprodução de material didático e divulgação;

**12.** Relatórios das atividades realizadas qualitativamente e quantitativamente / Plantões sociais e jurídicos/ Evento mensal com lideranças locais e institucionais para informar sobre o andamento do trabalho/ Oficinas setoriais / Reprodução de material didático e de divulgação.

**13.** Relatórios das atividades realizadas qualitativamente e quantitativamente / Plantões sociais e jurídicos/ Evento mensal com lideranças locais e institucionais para informar sobre o andamento do trabalho/ Oficinas setoriais / Reprodução de material didático e de divulgação.

**14.** Relatórios das atividades realizadas qualitativamente e quantitativamente / Plantões sociais e jurídicos/ Evento mensal com lideranças locais e institucionais para informar sobre o andamento do trabalho/ Oficinas setoriais / Reprodução de material didático e de divulgação.

**15.** Relatórios das atividades realizadas qualitativamente e quantitativamente / Plantões sociais e jurídicos/ Evento mensal com lideranças locais e institucionais para informar sobre o andamento do trabalho/ Oficinas setoriais / Reprodução de material didático e de divulgação.





**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Especial de Ação Comunitária**  
**Subsecretaria de Intervenções Comunitárias e Regularização**  
**Coordenação de Regularização Urbanística e Fundiária**  
Campo de São Cristóvão, Nº 268 – 4º andar

16. Relatórios das atividades realizadas qualitativamente e quantitativamente / Plantões sociais e jurídicos/ Evento mensal com lideranças locais e institucionais para informar sobre o andamento do trabalho/ Oficinas setoriais / Reprodução de material didático e de divulgação.
17. Relatórios das atividades realizadas qualitativamente e quantitativamente / Plantões sociais e jurídicos/ Evento mensal com lideranças locais e institucionais para informar sobre o andamento do trabalho/ Oficinas setoriais / Reprodução de material didático e de divulgação.
18. Relatórios das atividades realizadas qualitativamente e quantitativamente / Plantões sociais e jurídicos/ Evento mensal com lideranças locais e institucionais para informar sobre o andamento do trabalho/ Oficinas setoriais / Reprodução de material didático e de divulgação.
19. Relatórios das atividades realizadas qualitativamente e quantitativamente / Plantões sociais e jurídicos/ Evento mensal com lideranças locais e institucionais para informar sobre o andamento do trabalho/ Oficinas setoriais / Reprodução de material didático e de divulgação.
20. Relatórios das atividades realizadas qualitativamente e quantitativamente / Plantões sociais e jurídicos/ Evento mensal com lideranças locais e institucionais para informar sobre o andamento do trabalho/ Oficinas setoriais / Reprodução de material didático e de divulgação.
21. Relatórios das atividades realizadas qualitativamente e quantitativamente / Plantões sociais e jurídicos/ Evento mensal com lideranças locais e institucionais para informar sobre o andamento do trabalho/ Oficinas setoriais / Reprodução de material didático e de divulgação.
22. Relatórios das atividades realizadas qualitativamente e quantitativamente / Plantões sociais e jurídicos/ Evento mensal com lideranças locais e institucionais para informar sobre o andamento do trabalho/ Oficinas setoriais / Reprodução de material didático e de divulgação.
23. Relatórios das atividades realizadas qualitativamente e quantitativamente / Plantões sociais e jurídicos/ Evento mensal com lideranças locais e institucionais para informar sobre o andamento do trabalho/ Oficinas setoriais / Reprodução de material didático e de divulgação.
24. Realização de Assembleia Final – Devolutiva.

**10.4 - Setorização da(s) área(s) e Monitoramento do trabalho de regularização – 4.408 domicílios**

**Apresentação:**

- a) Relatório encadernado com a Metodologia de setorização para os trabalhos de campo na área, a partir de suas complexidades e características, no formato A4, com os documentos acondicionados de modo a possibilitar sua retirada, e mais duas cópias, além do mesmo em meio digital na extensão DOC.
- b) Planta(s) da setorização fornecida(s) na escala 1:1000 ou conforme orientação da SEAC.



c) Relatório encadernado com o Monitoramento dos trabalhos, com a avaliação de adesão e das pendências referentes aos trabalhos de campo na área, no formato A4, com os documentos acondicionados de modo a possibilitar sua retirada, e mais duas cópias, além do mesmo em meio digital na extensão DOC.

**Prazo: 450 dias**

**Obs:** Medição conforme cronograma (início no 3º mês de contrato). Os desembolsos corresponderão aos seguintes produtos:

1. Metodologia e plantas de setorização da área. Plantas da área com os setores identificados para a realização dos trabalhos de campo;
2. Relatório de monitoramento, com mapeamento de adesão e das pendências encontradas nos levantamentos físicos e cadastros de qualificação;
3. Relatório de monitoramento, com mapeamento de adesão e das pendências encontradas nos levantamentos físicos e cadastros de qualificação;
4. Relatório de monitoramento, com mapeamento de adesão e das pendências encontradas nos levantamentos físicos e cadastros de qualificação; Metodologia e planta de setorização da área. Planta da área com os setores identificados para a realização dos trabalhos de campo;
5. Relatório de monitoramento, com mapeamento de adesão e pendências encontradas nos levantamentos físicos e cadastros de qualificação.
6. Relatório de monitoramento, com mapeamento de adesão e das pendências encontradas nos levantamentos físicos e cadastros de qualificação.
7. Relatório de monitoramento, com mapeamento de adesão e das pendências encontradas nos levantamentos físicos e cadastros de qualificação.
8. Relatório de monitoramento, com mapeamento de adesão e das pendências encontradas nos levantamentos físicos e cadastros de qualificação.
9. Relatório de monitoramento, com mapeamento de adesão e das pendências encontradas nos levantamentos físicos e cadastros de qualificação.
10. Relatório de monitoramento, com mapeamento de adesão e das pendências encontradas nos levantamentos físicos e cadastros de qualificação.
11. Relatório de monitoramento, com mapeamento de adesão e das pendências encontradas nos levantamentos físicos e cadastros de qualificação.
12. Relatório de monitoramento, com mapeamento de adesão e das pendências encontradas nos levantamentos físicos e cadastros de qualificação.
13. Relatório de monitoramento, com mapeamento de adesão e das pendências encontradas nos levantamentos físicos e cadastros de qualificação.



14. Relatório de monitoramento, com mapeamento de adesão e das pendências encontradas nos levantamentos físicos e cadastros de qualificação.

15. Relatório final de monitoramento e avaliação do trabalho de campo para a regularização da área, compilando as informações resultantes de todas as etapas

#### **10.5 Auto de Demarcação Urbanística – 41 ha Apresentação:**

a) Planta do Auto de Demarcação Urbanística (item 9.6), conforme orientação da SEAC, que será encaminhada ao respectivo Ofício do Registro de Imóveis, na escala 1:1000 ou segundo definição da SEAC. Relatório com as certidões das matrículas ou transcrições das áreas a serem regularizadas, emitidas pelo respectivo Registro de Imóveis, ou, diante de sua inexistência, das circunscrições imobiliárias anteriormente competentes, devendo ser entregue em papel, no formato A4, e também em meio digital, na extensão DOC.

b) Memorial descritivo da área a ser regularizada, em conformidade com a Lei Nº 13.465/2017, devendo ser entregue em papel, no formato A4, e também em meio digital, na extensão DOC.

c) Planta de sobreposição da área demarcada com a situação das áreas constantes no Registro de Imóveis, conforme orientação da SEAC, que será encaminhada ao respectivo Ofício do Registro de Imóveis, na escala 1:1000 ou segundo definição da SEAC.

d) Resumo do Auto de Demarcação Urbanística, com a descrição que permita a identificação da área a ser demarcada, além do desenho simplificado da área, com a formatação da minuta do Edital de Notificação ao proprietário(s) da(s) área(s) incluída(s) no auto de demarcação, bem como seus confrontantes, conforme formato de publicação do Diário Oficial do Estado. Este material deve ser entregue em papel, no formato A4, e em meio digital, na extensão DOC.

e) Planta com as vias de circulação existentes ou projetadas e, se possível, as outras áreas destinadas a uso público situadas na área a ser regularizada, conforme orientação da SEAC, que será encaminhada ao respectivo Ofício do Registro de Imóveis, na escala 1:1000 ou segundo definição da SEAC.

#### **Prazo: 90 dias**

**Obs:** Medição conforme cronograma (início no 4º mês de contrato). Os desembolsos corresponderão aos seguintes produtos:

1. Plantas dos Autos de Demarcação contendo medidas perimetrais, área total, confrontantes e coordenadas georreferenciadas, com base no levantamento cadastral e na análise de certidões das matrículas ou transcrições das áreas a serem regularizadas, emitidas pelo registro de imóveis, ou, diante de sua inexistência, das circunscrições imobiliárias anteriormente competentes. Relatório com os documentos que serviram de referência para a



elaboração da planta (certidões, transcrições, etc.);

2. Memoriais descritivos da área objeto do Auto de Demarcação Urbanística e Plantas de sobreposição do perímetro da área demarcada com os perímetros dos imóveis registrados no RI, permitindo a identificação das áreas atingidas pelos Autos de Demarcação;
3. Resumo com a descrição da área a ser demarcada, bem como seu desenho simplificado, com a formatação das minutas dos Editais de Notificação ao(s) proprietário(s) do(s) imóvel(s) incluído(s) nos autos de demarcação, bem como seus confrontantes e Plantas com as vias de circulação existentes ou projetadas e outras áreas destinadas a uso público.

#### **10.5 - Selagem e capacitação das equipes de campo – 4.408 un Apresentação:**

- a) Relatório encadernado, no formato A4, com as atas, fotos e lista de presença das Reuniões de capacitação e treinamento das equipes de campo e mais duas cópias, além do mesmo em meio digital na extensão DOC. Formatação da base cartográfica da área para início da Selagem.
- b) Selagem das unidades, com a utilização da codificação quadra/lote e unidade e Relatório com o quantitativo de lotes e unidades seladas e suas respectivas identificações na planta(s) da área, fornecida(s) na escala 1:1000 ou conforme orientação da SEAC.
- c) Relatório final com o quantitativo de lotes e unidades seladas e suas respectivas identificações em planta(s), encadernado no formato A4, acompanhado de planta(s) da área, fornecida(s) na escala 1:1000 ou conforme orientação da SEAC.

**Prazo: 210 dias**

**Obs:** Medição conforme cronograma (início no 3º mês de contrato). Os desembolsos corresponderão aos seguintes produtos:

1. Reuniões de Capacitação e treinamento das equipes de campo – Formatação da base cartográfica para início da selagem – Selagem 448 unidades, com a identificação em planta(s) da área;
2. Selagem 660 unidades, com a identificação em planta(s) da área
3. Selagem 660 unidades, com a identificação em planta(s) da área
4. Selagem 660 unidades, com a identificação em planta(s) da área
5. Selagem 660 unidades, com a identificação em planta(s) da área
6. Selagem 660 unidades, com a identificação em planta(s) da área
7. Selagem 660 unidades, com a identificação em planta(s) da área



## **10.6 - Projeto de Regularização Urbanística e Fundiária (por comunidade) – 41 ha**

### **Apresentação:**

- a) Planta(s) preliminar(es) na escala 1:1000 ou conforme orientação da SEAC, segundo o item 9.8, sobre a base cartográfica, contemplando as informações da área a ser regularizada (legislação, alinhamentos, FNAs, vias de circulações existentes ou projetadas, áreas destinadas a uso público etc.), bem como a localização dos lotes a serem regularizados e, se for o caso, das unidades a serem relocadas.
- b) Relatório fotográfico, conforme item 9.10, realizado para esclarecimentos das situações de dúvida, com a identificação das fotos na(s) planta(s).
- c) Planta(s) preliminar(es) para divulgação junto à comunidade. A fiscalização definirá a forma de apresentação da referida planta (como escala, formatação, tipo de material, etc.).
- d) Projeto final de Regularização Urbanística e Fundiária, composto de planta(s) contemplando todos os elementos para os projetos Arruamento e de parcelamento, tais como lotes, vias públicas, espaços de uso coletivo, entre outros. Planta(s) para divulgação junto à população.

### **Prazo: 60 dias**

**Obs:** Medição conforme cronograma (início no 3º mês de contrato). Os desembolsos corresponderão aos seguintes produtos:

- 1. Planta(s) preliminar(es) contemplando as informações da área a ser regularizada, a localização dos lotes e, se for o caso, de edificações a serem relocadas, com a marcação da(s) gleba(s) e Planta(s) com Relatório fotográfico das situações de dúvida, com as fotos devidamente identificadas na(s) planta(s);
- 2. Projeto final de Regularização Urbanística e Fundiária;

## **10.7 - Cadastro Técnico Imobiliário – 4408 un**

### **Apresentação:**

#### **10.7.1 – Cadastro físico**

Formulários de cadastro físico, conforme modelos anexos, que conterão a identificação do lote, das unidades com suas características físicas e seus titulares, e ainda o seguinte:

Planta do lote e das unidades realizada sobre o levantamento topográfico, assinado pelo técnico de edificações na escala 1:100 ou 1:200. Todas as áreas e medidas serão em metro com aproximação de duas casas decimais ou conforme orientação da SEAC, em que deverá constar:

- a) situação do lote e da unidade
- b) endereço atual e numeração proposta - quadra, lote e unidade habitacional;
- c) o perímetro do lote cotado



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Especial de Ação Comunitária**  
**Subsecretaria de Intervenções Comunitárias e Regularização**  
**Coordenação de Regularização Urbanística e Fundiária**  
Campo de São Cristóvão, Nº 268 – 4 º andar

- d) as áreas construídas e livres do lote e a projeção das unidades com as respectivas cotas;
- e) a identificação dos acessos à unidade;
- f) vias confrontantes com suas larguras cotadas;
- g) a indicação do norte;
- h) as FNA's e as FMPs;
- i) escadas;
- j) prismas de iluminação e ventilação.
- k) Identificação do titular;
- l) Identificação do responsável técnico pelo levantamento.

**10.7.1.1** - O memorial descritivo do lote com a identificação dos confrontantes é parte integrante do cadastro físico, bem como as fotos do imóvel conforme o item 9.8.

**10.7.1.2** - Deverá ser feita correlação do imóvel (planta) e do cadastro de qualificação do morador com a codificação quadra/ lote/ unidade (selagem)

A cada lote corresponderá um cadastro físico, composto do formulário descrito acima, da planta do lote com a projeção das unidades e as características físicas e fotos de cada unidade.

Os cadastros deverão ser entregues em papel e também em meio digital, na extensão DOC.

**10.7.2 – Cadastro de qualificação**

Formulário de cadastro de qualificação individual da unidade, conforme modelo em anexo, com qualificação do(s) titular(es) dos imóveis que conterà também a identificação do imóvel e um campo para assinatura do morador, onde o mesmo concordará com as informações prestadas. Deverão ser solicitados os seguintes dados:

- filiação
- Identidade (órgão e data da emissão)
- CPF
- data de nascimento
- renda
- profissão
- escolaridade
- nacionalidade e naturalidade
- estado civil (se casado, regime e data de casamento)
- qualificação do companheiro
- relação do proprietário com o imóvel: cedido, alugado, próprio
- data do cadastramento e assinaturas do morador e do funcionário/ cadastrador.

Além do preenchimento do cadastro com os dados descritos acima, deverão ser feitas



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Especial de Ação Comunitária**  
**Subsecretaria de Intervenções Comunitárias e Regularização**  
**Coordenação de Regularização Urbanística e Fundiária**  
Campo de São Cristóvão, Nº 268 – 4º andar

fotografias digitais dos documentos, abaixo relacionados, dos moradores que serão beneficiados com a titulação do imóvel, conforme itens 9.10 e 11.10.

**Documentos obrigatórios:**

- Carteira de identidade e CPF do(a) beneficiário(a) e do(a) companheiro(a);
- Certidão de casamento;
- Certidão de casamento e de óbito do cônjuge, quando for o caso;

**Documentos complementares:**

- Comprovante de residência - Guia de IPTU, se for o caso, ou Notas Fiscais ou Contas das concessionárias de serviços, como Light ou CEDAE, ou ainda carnês de pagamento de compras efetuadas. Estes documentos deverão conter o endereço do imóvel;
- Comprovante de renda ou declaração na ficha de cadastro do morador, assinada pelo mesmo;
- Documento de compra e venda do imóvel/posse (se houver);
- Procuração, quando for o caso.

Relatório com os documentos dos moradores coletados para a titulação, com as impressões dos documentos acondicionados de modo a possibilitar sua retirada, além dos relatórios em meio digital na extensão DOC ou EXCEL.

**Obs.:** fotografia digital dos documentos conforme itens 9.10 e 11.10.

Nota: Os formulários do cadastro de qualificação dos beneficiários deverão ser preenchidos a caneta, com letra legível, de maneira que não suscite dúvidas quanto às informações prestadas, e serem referenciados ao material resultante do levantamento de lotes e edificações.

**10.7.3 – Preenchimento do formulário de habite-se**

Com os dados recolhidos no Cadastro Físico, da avaliação em conjunto com a fiscalização das restrições à ocupação realizada pela contratada no produto 5.8 (Projeto de Regularização Urbanística e Fundiária) e com a legislação de Uso e Ocupação do Solo resultante do produto 9.14 (Plantas para o reconhecimento de logradouros e Uso e Ocupação do Solo), a contratada irá preencher os formulários de Habite-se das unidades aptas a tal.

A empresa deverá coletar junto ao morador todas as assinaturas pertinentes do formulário, conforme modelos em anexo. Junto a cada formulário deverão constar as plantas do levantamento físico de lotes e edificações, conforme formulários em anexo.

Todas as áreas e medidas serão em metro com aproximação de duas casas decimais. As plantas serão apresentadas na escala 1:100 ou conforme orientação da fiscalização.





#### **10.7.4. – Termo de Regularização de Moradia – TRM**

Expedir a cada etapa de cadastramento o TRM dos moradores cadastrados, conforme modelo constante no item 13 - Modelos de Formulários e Documentos.

##### **Notas:**

1. O beneficiário/titular é o proprietário da benfeitoria.
2. No caso de a benfeitoria pertencer a mais de uma pessoa, deverão ser cadastrados e recolhidos cópias de documentos de todos os beneficiários.
3. No caso de moradores casados, deverão ser cadastrados os cônjuges e/ou companheiros, quando se tratar de união estável.
4. Quando se tratar de unidades autônomas justapostas ou superpostas num mesmo lote, para cada unidade serão identificadas as áreas comuns.
5. A cada unidade corresponderá um cadastro de qualificação, composto dos formulários descritos acima e assinados pelo(s) beneficiário(s), dos documentos pessoais e complementares, do relatório de documentos.
6. Deverão ser entregues os originais dos cadastros de qualificação, assinado(s) pelo(s) beneficiário(s).
7. Os formulários dos cadastros físicos e de qualificação, relatórios dos documentos dos beneficiários e relatório de sistematização deverão ser entregues também em meio digital nas extensões DOC, XLS e JPEG.
8. O Cadastro Técnico Imobiliário é composto pelo cadastro físico, pelo cadastro de qualificação e pelo Relatório de Sistematização das Informações acima descrito.
9. Os cadastros técnico-imobiliários, juntamente com as fotos referentes às unidades, deverão ser catalogados e acondicionados em pastas, arquivos, “boxes” etc., (de modo a possibilitar sua retirada e permitir seu fácil manuseio) e entregues à SEAC.

##### **Prazo: 390 dias**

**Obs:** Medição conforme cronograma (início no 4º mês de contrato). Os desembolsos corresponderão aos seguintes produtos:

1. Cadastros técnico-imobiliários (físico, de qualificação, formulário de Habite-se, TRM e relatório de sistematização) desenho do lote com a projeção das unidades e uma cópia das fotos digitais das unidades e documentos dos moradores – 328 unidades;
2. Cadastros técnico-imobiliários (físico, de qualificação, formulário de Habite-se, TRM e relatório de sistematização) desenho do lote com a projeção das unidades e uma cópia das fotos digitais das unidades e documentos dos moradores – 340 unidades;
3. Cadastros técnico-imobiliários (físico, de qualificação, formulário de Habite-se, TRM e relatório de sistematização) desenho do lote com a projeção das unidades e uma cópia das





fotos digitais das unidades e documentos dos moradores – 340 unidades;

4. Cadastros técnico-imobiliários (físico, de qualificação, formulário de Habite-se, TRM e relatório de sistematização) desenho do lote com a projeção das unidades e uma cópia das fotos digitais das unidades e documentos dos moradores – 340 unidades;

5. Cadastros técnico-imobiliários (físico, de qualificação, formulário de Habite-se, TRM e relatório de sistematização) desenho do lote com a projeção das unidades e uma cópia das fotos digitais das unidades e documentos dos moradores – 340 unidades;

6. Cadastros técnico-imobiliários (físico, de qualificação, formulário de Habite-se, TRM e relatório de sistematização) desenho do lote com a projeção das unidades e uma cópia das fotos digitais das unidades e documentos dos moradores – 340 unidades;

7. Cadastros técnico-imobiliários (físico, de qualificação, formulário de Habite-se, TRM e relatório de sistematização) desenho do lote com a projeção das unidades e uma cópia das fotos digitais das unidades e documentos dos moradores – 340 unidades;

8. Cadastros técnico-imobiliários (físico, de qualificação, formulário de Habite-se, TRM e relatório de sistematização) desenho do lote com a projeção das unidades e uma cópia das fotos digitais das unidades e documentos dos moradores – 340 unidades;

9. Cadastros técnico-imobiliários (físico, de qualificação, formulário de Habite-se, TRM e relatório de sistematização) desenho do lote com a projeção das unidades e uma cópia das fotos digitais das unidades e documentos dos moradores – 340 unidades;

10. Cadastros técnico-imobiliários (físico, de qualificação, formulário de Habite-se, TRM e relatório de sistematização) desenho do lote com a projeção das unidades e uma cópia das fotos digitais das unidades e documentos dos moradores – 340 unidades;

11. Cadastros técnico-imobiliários (físico, de qualificação, formulário de Habite-se, TRM e relatório de sistematização) desenho do lote com a projeção das unidades e uma cópia das fotos digitais das unidades e documentos dos moradores – 340 unidades;

12. Cadastros técnico-imobiliários (físico, de qualificação, formulário de Habite-se, TRM e relatório de sistematização) desenho do lote com a projeção das unidades e uma cópia das fotos digitais das unidades e documentos dos moradores – 340 unidades;

13. Cadastros técnico-imobiliários (físico, de qualificação, formulário de Habite-se, TRM e relatório de sistematização) desenho do lote com a projeção das unidades e uma cópia das fotos digitais das unidades e documentos dos moradores – 340 unidades;

#### **10.8- Levantamento Fotográfico – 4.408 un**

##### **Apresentação:**

a) Relatório encadernado, no formato A4, com as fotos identificadas pelo número da



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Especial de Ação Comunitária**  
**Subsecretaria de Intervenções Comunitárias e Regularização**  
**Coordenação de Regularização Urbanística e Fundiária**  
Campo de São Cristóvão, Nº 268 – 4º andar

quadra, lote/ unidade, no tamanho 10x15, além do mesmo em meio digital na extensão DOC, conforme orientação da SEAC;

**b)** Fornecimento dos arquivos digitais identificados de acordo com a orientação da SEAC, na extensão JPEG.

**Obs.: Deverá ser fornecida uma cópia de cada uma das fotos junto com o cadastro técnico imobiliário a que correspondam.**

**Prazo: 390 dias**

**Obs:** Medição conforme cronograma (início no 4º mês de contrato). Os desembolsos corresponderão aos seguintes produtos:

1. Fotos dos imóveis e de documentação dos moradores, com índice, relativas à – 328 unidades;
2. Fotos dos imóveis e de documentação dos moradores, com índice, relativas à – 340 unidades;
3. Fotos dos imóveis e de documentação dos moradores, com índice, relativas à – 340 unidades;
4. Fotos dos imóveis e de documentação dos moradores, com índice, relativas à – 340 unidades;
5. Fotos dos imóveis e de documentação dos moradores, com índice, relativas à – 340 unidades;
6. Fotos dos imóveis e de documentação dos moradores, com índice, relativas à – 340 unidades;
7. Fotos dos imóveis e de documentação dos moradores, com índice, relativas à – 340 unidades;
8. Fotos dos imóveis e de documentação dos moradores, com índice, relativas à – 340 unidades;
9. Fotos dos imóveis e de documentação dos moradores, com índice, relativas à – 340 unidades;
10. Fotos dos imóveis e de documentação dos moradores, com índice, relativas à – 340 unidades;
11. Fotos dos imóveis e de documentação dos moradores, com índice, relativas à – 340 unidades;
12. Fotos dos imóveis e de documentação dos moradores, com índice, relativas à – 340 unidades;
13. Fotos dos imóveis e de documentação dos moradores, com índice, relativas à – 340 unidades;



**10.8 - Projeto Aprovado de Alinhamento e de Loteamento – PAA/PAL – 41 ha Apresentação:**

- a) Planta(s) do (item 9.10), conforme orientação da SEAC, que será analisada pelo Grupo Especial de Trabalho, criado pelo Decreto 21.227 de 1º de abril de 2002, na escala 1:1000 ou conforme orientação da SEAC.
- b) Memorial descritivo do loteamento, em conformidade com o art. 9º, § 2º da Lei Federal nº 6.766/1979, devendo ser entregue em papel, no formato A4, e também em meio digital, na extensão DOC.
- c) Minuta de Certidão do PAA/PAL, devendo ser entregue em papel, no formato A4, e também em meio digital, na extensão DOC, em modelo a ser fornecido pela SEAC

**Prazo: 90 dias**

**Obs:** Medição conforme cronograma (início no 6º mês do contrato). Os desembolsos corresponderão aos seguintes produtos:

- 1. Mapa preliminar com a definição do(s) projeto(s) de Legalização de Parcelamento, segundo a situação fundiária da(s) área(s), com ruas e outras áreas públicas, quadras e lotes;
- 2. Planta(s) consolidada(s) do(s) projeto(s) de Legalização do Parcelamento PAA/ PAL;
- 3. Memorial(is) descritivo(s) do(s) loteamento(s) e minuta(s) de certidão;

**10.9 - Digitalização dos Cadastros de Qualificação – 4.408 un Apresentação:**

- a) Arquivos dos formulários preenchidos e com a assinatura do(s) beneficiário(s), digitalizados e identificados com a utilização da codificação quadra-lote-unidade, na extensão JPEG e organizados conforme orientação da SEAC.
- b) Índice das unidades x beneficiários/ beneficiários x unidades para a consulta e localização de arquivos, no programa Excel ou Access.

**Prazo: 390 dias**

**Obs:** Medição conforme cronograma (início no 7º mês de contrato). Os desembolsos corresponderão aos seguintes produtos:

- 1. Fornecimento de arquivo digital de cad. de qualificação e índice parcial– 328 unidades; Fornecimento de arquivo digital de cad. de qualificação e índice parcial– 340 unidades;
- 2. Fornecimento de arquivo digital de cad. de qualificação e índice parcial– 340 unidades;
- 3. Fornecimento de arquivo digital de cad. de qualificação e índice parcial– 340 unidades;
- 4. Fornecimento de arquivo digital de cad. de qualificação e índice parcial– 340 unidades;
- 5. Fornecimento de arquivo digital de cad. de qualificação e índice parcial– 340 unidades;
- 6. Fornecimento de arquivo digital de cad. de qualificação e índice parcial– 340 unidades;



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Especial de Ação Comunitária**  
**Subsecretaria de Intervenções Comunitárias e Regularização**  
**Coordenação de Regularização Urbanística e Fundiária**  
Campo de São Cristóvão, Nº 268 – 4º andar

7. Fornecimento de arquivo digital de cad. de qualificação e índice parcial– 340 unidades;
8. Fornecimento de arquivo digital de cad. de qualificação e índice parcial– 340 unidades;
9. Fornecimento de arquivo digital de cad. de qualificação e índice parcial– 340 unidades;
10. Fornecimento de arquivo digital de cad. de qualificação e índice parcial– 340 unidades;
11. Fornecimento de arquivo digital de cad. de qualificação e índice parcial– 340 unidades;
12. Fornecimento de arquivo digital de cad. de qualificação e índice parcial– 340 unidades;
13. Fornecimento de arquivo digital de cad. de qualificação e índice parcial– 340 unidades;

**10.10- Georreferenciamento e alimentação de banco de dados de informações habitacionais – 4.408 un**

**Apresentação:**

- a) Base georreferenciada em formato *shape-file* utilizando as informações do Projeto de Regularização Urbanística e Fundiária, dos levantamentos físicos e da Elaboração do PAA/PAL, tendo como chave comum para os elementos a codificação Área-Quadra-Lote-Unidade;
- b) Banco de Dados em EXCEL ou ACCESS constando as informações colhidas nos formulários de Cadastros Técnicos com chave comum na codificação Área-Setor- Quadra-Lote-Unidade; conforme modelo a ser aprovado pela fiscalização;
- c) Relatório de análise do Banco de Dados, em papel formato A4 e em meio digital extensão DOC.

**Prazo: 390 dias**

**Obs:** Medição conforme cronograma (início no 7º mês de contrato). Os desembolsos corresponderão aos seguintes produtos:

1. Georreferenciamento / Inclusão de dados referentes a 328 unidades;
2. Georreferenciamento / Inclusão de dados referentes a 340 unidades;
3. Georreferenciamento / Inclusão de dados referentes a 340 unidades;
4. Georreferenciamento / Inclusão de dados referentes a 340 unidades;
5. Georreferenciamento / Inclusão de dados referentes a 340 unidades;
6. Georreferenciamento / Inclusão de dados referentes a 340 unidades;
7. Georreferenciamento / Inclusão de dados referentes a 340 unidades;
8. Georreferenciamento / Inclusão de dados referentes a 340 unidades;
9. Georreferenciamento / Inclusão de dados referentes a 340 unidades;
10. Georreferenciamento / Inclusão de dados referentes a 340 unidades;
11. Georreferenciamento / Inclusão de dados referentes a 340 unidades;
12. Georreferenciamento / Inclusão de dados referentes a 340 unidades;
13. Georreferenciamento / Inclusão de dados referentes a 340 unidades;



**10.11- Plantas para Reconhecimento de logradouros, uso e ocupação do solo – 41 ha**  
**Apresentação:**

Plantas na escala 1:1000 ou conforme orientação da fiscalização. Memorial descritivo, contendo a largura, comprimento, a distância das vias a serem reconhecidas até o logradouro reconhecido mais próximo com fotos do início e fim do logradouro a ser reconhecido. As plantas deverão ser apresentadas em duas versões, em cores e em tons de cinza, com vistas a publicação em Diário Oficial, conforme orientações da fiscalização. Fará parte deste memorial a documentação a ser coletada junto aos moradores referente a sugestão de nomes para os logradouros a serem reconhecidos, resultante das oficinas realizadas no item 9.3 (Atividades de Comunicação, sensibilização e divulgação).

**Prazo: 90 dias**

**Obs:** Medição conforme cronograma (início no 18º mês de contrato). Os desembolsos corresponderão aos seguintes produtos:

1. Elaboração de mapas temáticos
  - Planta geral com a delimitação da AEIS, com georreferenciamento e Memorial Descritivo;
  - Planta geral da área com os pavimentos existentes;
  - Planta geral das áreas impróprias para ocupação;
2. Elaboração de Plantas de Uso e Ocupação do Solo
  - Planta geral com os usos existentes;
  - Planta geral com a delimitação das áreas públicas e privadas.
3. Planta para Reconhecimento de logradouros
  - Planta na escala 1:1000 ou conforme orientação da fiscalização;
  - Memorial descritivo.

**10.12- Reprodução do Instrumento Jurídico para titulação – 4.408 un Apresentação:**

A empresa reproduzirá os títulos de igual forma e teor, de acordo com minuta apresentada pela Secretaria Especial de Ação Comunitária, inserindo nos mesmos: a qualificação do titular, dados dos imóveis obtidos do banco de dados, das fichas cadastrais, do memorial descritivo, preenchimento dos dados de publicação dos títulos - impressão de frente e verso no título (publicação e autenticação, se for o caso), devendo, após aprovação da fiscalização, ser entregue em papel, no formato A4, em até 04 (quatro) cópias, conforme a orientação da fiscalização.

**Obs.:** O tipo de título a ser utilizado será definido após a conclusão da Pesquisa Fundiária.



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Especial de Ação Comunitária**  
**Subsecretaria de Intervenções Comunitárias e Regularização**  
**Coordenação de Regularização Urbanística e Fundiária**  
Campo de São Cristóvão, Nº 268 – 4º andar

Caso haja situação de propositura de ação de USUCAPIÃO, deverá ser reunida a documentação necessária juntamente com a planta do imóvel, de acordo com modelo anexo, a ser fornecida ao interessado.

A coleta da assinatura do beneficiário necessária à formalização dos Títulos será feita pela SEAC com a participação da empresa contratada.

**Prazo: 180 dias**

**Obs:** Medição conforme cronograma (início no 19º mês do contrato). Os desembolsos corresponderão aos seguintes produtos:

1. Reprodução instrumento jurídico de titulação;
2. Reprodução instrumento jurídico de titulação;
3. Reprodução instrumento jurídico de titulação;
4. Reprodução instrumento jurídico de titulação;
5. Reprodução instrumento jurídico de titulação;
6. Reprodução instrumento jurídico de titulação.

**11 - LEGISLAÇÃO APLICADA:**

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- Lei Federal nº 13.105 de 16.03.2015;
- Lei Federal nº 10.257 de 10.07.2001;
- Lei Federal nº 14.133 de 01.04.2021
- Lei Federal nº 6.766 de 19.12.1979;
- Decreto-Lei nº 271 de 28.02.1967;
- Medida Provisória nº 2.220 de 04.09.2001;
- Lei Federal nº 13.465/2017;
- Decreto 9310/2018
- Lei Orgânica do Município;
- Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro;
- Código de Administração Financeira e Contábil e respectivo Regulamento Geral RGCAF;
- Decreto nº 34.012 de 20/06/2011 quanto aos procedimentos para atestação de despesa, aplicação de multas contratuais e outras providências,
- Legislação Municipal, Decretos e Portarias Municipais acerca da matéria;

**Obs.:** Cabe informar, que outras legislações poderão ser aplicadas, não podendo, no entanto, confrontar com as elencadas.



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Especial de Ação Comunitária**  
**Subsecretaria de Intervenções Comunitárias e Regularização**  
**Coordenação de Regularização Urbanística e Fundiária**  
Campo de São Cristóvão, Nº 268 – 4º andar

## **12- PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA**

### **SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA APOIO A SEAC - RIO PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA E FUNDIÁRIA NA COMUNIDADE URBANIZADA VILA JOANIZA A CARGO DA PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

#### **PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA** **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

A qualificação técnica do Licitante será comprovada através do seguinte documentação:

- a) Registro do empresa no CAU no Ramo de Arquitetura e Urbanismo ou no CREA no ramo da Engenharia Civil.
- b) Comprovação do Licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, em assentamentos precários, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto do Licitação.
- c) Comprovação do Licitante de que tenha executado serviços, em semelhantes características e em montante mínimo de 40% do quantitativo que se pretende contratar.

<b>1</b>	<b>Levantamento Topográfico, planialtimétrico e cadastral em áreas de favelas</b>
<b>2</b>	<b>Serviços de elaboração de Cadastro Técnico Imobiliário e Aplicação de Cadastro de Qualificação ao morador para fins de Regularização Urbanística e Fundiária</b>
<b>3</b>	<b>Auto de Demarcação Urbanística: elaboração de Planta e Memorial Descritivo da área a ser regularizada</b>

**As parcelas acima foram escolhidas por serem as mais significativas na execução do contrato e não constituem a totalidade dos serviços a serem executados.**



Documento assinado digitalmente  
ANA CRISTINA DIEGUEZ MARTINS  
Data: 18/05/2026 15:09:03-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>





**LEGENDA:**

— Limite da Comunidade Vila Joaniza

COORDENAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA E FUNDIÁRIA

LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE VILA JOANIZA  
Galeão – AP3 – XX R.A





CRONOGRAMA FÍSICO - VILA JOANIZA

MESES		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	R\$	30	60	90	120	150	180	210	240	270	300	330	360	390	420	450	480	510	540	570	600	630	660	690	720
1. Plano e Metodologia de Trabalho		Plano de trabalho																							Plano de trabalho
Etapas Financeiras																									
2. Topografia			Topografia	Topografia	Topografia																				
Etapas Financeiras																									
3. Trabalho Técnico Social (Comunicação, sensibilização e divulgação)		Ativ Com Divulg. Articul./ Apres. Procl	Ativ. Com. Divulg. Assembleia	Ativ. Comunicação e Divulgação	Ativ. Comunicação e Divulgação	Ativ. Comunicação e Divulgação	Ativ. Comunicação e Divulgação	Ativ. Comunicação e Divulgação	Ativ. Comunicação e Divulgação	Ativ. Comunicação e Divulgação	Ativ. Comunicação e Divulgação	Ativ. Comunicação e Divulgação	Ativ. Comunicação e Divulgação	Ativ. Comunicação e Divulgação	Ativ. Comunicação e Divulgação	Ativ. Comunicação e Divulgação	Ativ. Comunicação e Divulgação	Ativ. Comunicação e Divulgação	Ativ. Comunicação e Divulgação	Ativ. Comunicação e Divulgação	Ativ. Comunicação e Divulgação	Ativ. Comunicação e Divulgação	Ativ. Comunicação e Divulgação	Ativ. Comunicação e Divulgação	Ativ. Com. Divulg. Reunião
Etapas Financeiras																									
4. Setorização				Metodologia e pl. de setorização	Rel. monitoram.	Rel. monitoram.	Rel. monitoram.	Rel. monitoram.	Rel. monitoram.	Rel. monitoram.	Rel. monitoram.	Rel. monitoram.	Rel. monitoram.	Rel. monitoram.	Rel. monitoram.	Rel. monitoram.	Rel. monitoram.	Rel. monitoram.	Rel. monitoram.						
Etapas Financeiras																									
5. Auto de Demarcação					Plantas do Auto de Demarcação	Memorial descrit. da área dos Auto	Entrega do Auto de Demarcação consolidado																		
Etapas Financeiras																									
6. Selagem e capacitação das equipes de campo				Reunião Capac. e Sel. 448 dom	selagem 660 dom.	selagem 660 dom.	selagem 660 dom.	selagem 660 dom.	selagem 660 dom.	selagem 660 dom.															
Etapas Financeiras																									
7. Projeto de Regularização Urbanística e Fundiária				Pl. preliminar Reg Fundiária		Proj Reg. Fundiária																			
Etapas Financeiras																									
8. Cadastro Técnico Imobiliário					328 cadastros	340 cadastros	340 cadastros	340 cadastros	340 cadastros	340 cadastros	340 cadastros	340 cadastros	340 cadastros	340 cadastros	340 cadastros	340 cadastros	340 cadastros								
Etapas Financeiras																									
9. Levantamento fotografico					Fotos relativas a 328 domicilios	Fotos relativas a 340 domicilios	Fotos relativas a 340 domicilios	Fotos relativas a 340 domicilios	Fotos relativas a 340 domicilios	Fotos relativas a 340 domicilios	Fotos relativas a 340 domicilios	Fotos relativas a 340 domicilios	Fotos relativas a 340 domicilios	Fotos relativas a 340 domicilios	Fotos relativas a 340 domicilios	Fotos relativas a 340 domicilios	Fotos relativas a 340 domicilios								
Etapas Financeiras																									
10. Projetos de Legalização de Parcelamento – PAA/PAL							Mapa preliminar		PAA/ PAL - consolidado		Minuta de certidão e Mem. descritivo														
Etapas Financeiras																									
11. Digitalização de cadastros								Digitalização 328 cadastros	Digitalização 340 cadastros	Digitalização 340 cadastros	Digitalização 340 cadastros	Digitalização 340 cadastros	Digitalização 340 cadastros	Digitalização 340 cadastros	Digitalização 340 cadastros	Digitalização 340 cadastros	Digitalização 340 cadastros	Digitalização 340 cadastros	Digitalização 340 cadastros	Digitalização 340 cadastros					
Etapas Financeiras																									
12. Georreferenciamento/ Alim. B. de Dados								Georrefer. 328 unidades	Georrefer. 340 unidades	Georrefer. 340 unidades	Georrefer. 340 unidades	Georrefer. 340 unidades	Georrefer. 340 unidades	Georrefer. 340 unidades	Georrefer. 340 unidades	Georrefer. 340 unidades	Georrefer. 340 unidades	Georrefer. 340 unidades	Georrefer. 340 unidades	Georrefer. 340 unidades					
Etapas Financeiras																									
13. Plantas para Rec. Logradouros e Uso/ocupação do solo																			Mapas Temáticos			Plantas de uso e ocup. do solo			Plantas reconhec. de logradouros
Etapas Financeiras																									
14. Reprodução do instrumento jurídico de titulação																				Titulação	Titulação	Titulação	Titulação	Titulação	Titulação
Etapas Financeiras																									
TOTAL R\$																									
TOTAL ACUMULADO R\$																									

<b>CADASTRO DE QUALIFICAÇÃO</b>	Cadastrador:	Nº de cadastro:
Área de Intervenção:	Bairro:	

Caracterização do Imóvel							
Campo	Quadra		Lote		Nº de unidades:		Fração:
	Endereço:						Nº:
	Complemento:					CEP:	

Situação do Imóvel	
Uso: <input type="checkbox"/> Residencial <input type="checkbox"/> Institucional – Qual? _____ <input type="checkbox"/> Comercial – Qual? _____ <input type="checkbox"/> Outros _____	Condição: <input type="checkbox"/> O beneficiário reside no imóvel <input type="checkbox"/> O beneficiário aluga para outros <input type="checkbox"/> O beneficiário cedeu para outros <input type="checkbox"/> Está vazio

Qualificação do Beneficiário			
Nome:			CPF:
Filiação: Pai _____ Mãe _____			Sexo: <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M
Tel.: (    )	Doc. ident.:	Órgão	Emissão
Data nasc.:	Naturalidade:	Nacionalidade:	
Estado civil: <input type="checkbox"/> Solteiro(a) <input type="checkbox"/> Viúvo(a) <input type="checkbox"/> Divorciado(a) <input type="checkbox"/> Separado(a) judicialmente <input type="checkbox"/> Casado(a)		Regime do casamento: <input type="checkbox"/> Comunhão Parcial de bens <input type="checkbox"/> Comunhão total de bens <input type="checkbox"/> Separação de bens Data do casamento: _____	
Possui cobeneficiário? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Quantos? _____ Tipo de relação: <input type="checkbox"/> União Estável <input type="checkbox"/> Sócio(a) <input type="checkbox"/> Amigo(a) <input type="checkbox"/> Parente: _____			
Profissão:	Renda:	Relação de trabalho:	

Qualificação do Cônjuge			
Nome:			CPF:
Filiação: Pai _____ Mãe _____			Sexo: <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M
Tel.: (    )	Doc. ident.:	Órgão	Emissão
Data nasc.:	Naturalidade:	Nacionalidade:	
Profissão:	Renda:	Relação de trabalho:	

Qualificação do Cobeneficiário			
Nome:			CPF:
Relação com o beneficiário: <input type="checkbox"/> União Estável <input type="checkbox"/> Sócio(a) <input type="checkbox"/> Amigo(a) <input type="checkbox"/> Parente: _____			Sexo: <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M
Tel.: (    )	Doc. ident.:	Órgão	Emissão
Data nasc.:	Naturalidade:	Nacionalidade:	
Estado civil: <input type="checkbox"/> Solteiro(a) <input type="checkbox"/> Viúvo(a) <input type="checkbox"/> Divorciado(a) <input type="checkbox"/> Separado(a) judicialmente <input type="checkbox"/> Casado(a)			
Regime do casamento: <input type="checkbox"/> Comunhão parcial de bens <input type="checkbox"/> Comunhão total de bens <input type="checkbox"/> Separação de bens Data do casamento: _____			
Profissão:	Renda:	Relação de trabalho:	

Observação:

**Dados e Registros do Beneficiário**

Desde quando reside no imóvel: \_\_\_\_\_ anos

Possui IPTU do imóvel? ☐ sim (lote) ☐ sim (edificação/benfeitoria) ☐ Não

Nº insc. fiscal:

Possui outro(s) imóvel (eis)? ☐ Sim ☐ Não

Endereço:

Possui imóvel (eis) registrado(s) em Cartório? ☐ Sim ☐ Não

Endereço:

Inscrito no CADÚNICO? ☐ Sim ☐ Não NIS:             -

Inscrito em programa social? ☐ Sim ☐ Não Qual?

1ª Visita	2ª Visita	3ª Visita	4ª Visita
Data:	Data:	Data:	Data:
Hora:	Hora:	Hora:	Hora:

RECUSA:

Assinatura do beneficiário

Cadastrador:

Supervisão:

Data:

De acordo com as informações prestadas:

Assinatura do beneficiário

Cadastrador:

Supervisão:

Data:

Pendências: ☐ Sim ☐ Não

Quais?

Situação: ☐ Concluído ☐ Pendente

Supervisão:

Data da conclusão:

Qualificação do Cobeneficiário			
Nome:		CPF:	
Relação com o beneficiário: <input type="checkbox"/> União Estável <input type="checkbox"/> Sócio(a) <input type="checkbox"/> Amigo(a) <input type="checkbox"/> Parente: _____		Sexo: <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M	
Tel.: (    )	Doc. ident.:	Órgão	Emissão
Data nasc.:	Naturalidade:	Nacionalidade:	
Estado civil: <input type="checkbox"/> Solteiro(a) <input type="checkbox"/> Viúvo(a) <input type="checkbox"/> Divorciado(a) <input type="checkbox"/> Separado(a) judicialmente <input type="checkbox"/> Casado(a)			
Regime do casamento: <input type="checkbox"/> Comunhão parcial de bens <input type="checkbox"/> Comunhão total de bens <input type="checkbox"/> Separação de bens		Data do casamento: _____	
Profissão:	Renda:	Relação de trabalho:	

Qualificação do Cobeneficiário			
Nome:		CPF:	
Relação com o beneficiário: <input type="checkbox"/> União Estável <input type="checkbox"/> Sócio(a) <input type="checkbox"/> Amigo(a) <input type="checkbox"/> Parente: _____		Sexo: <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M	
Tel.: (    )	Doc. ident.:	Órgão	Emissão
Data nasc.:	Naturalidade:	Nacionalidade:	
Estado civil: <input type="checkbox"/> Solteiro(a) <input type="checkbox"/> Viúvo(a) <input type="checkbox"/> Divorciado(a) <input type="checkbox"/> Separado(a) judicialmente <input type="checkbox"/> Casado(a)			
Regime do casamento: <input type="checkbox"/> Comunhão parcial de bens <input type="checkbox"/> Comunhão total de bens <input type="checkbox"/> Separação de bens		Data do casamento: _____	
Profissão:	Renda:	Relação de trabalho:	

Qualificação do Cobeneficiário			
Nome:		CPF:	
Relação com o beneficiário: <input type="checkbox"/> União Estável <input type="checkbox"/> Sócio(a) <input type="checkbox"/> Amigo(a) <input type="checkbox"/> Parente: _____		Sexo: <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M	
Tel.: (    )	Doc. ident.:	Órgão	Emissão
Data nasc.:	Naturalidade:	Nacionalidade:	
Estado civil: <input type="checkbox"/> Solteiro(a) <input type="checkbox"/> Viúvo(a) <input type="checkbox"/> Divorciado(a) <input type="checkbox"/> Separado(a) judicialmente <input type="checkbox"/> Casado(a)			
Regime do casamento: <input type="checkbox"/> Comunhão parcial de bens <input type="checkbox"/> Comunhão total de bens <input type="checkbox"/> Separação de bens		Data do casamento: _____	
Profissão:	Renda:	Relação de trabalho:	

Qualificação do Cobeneficiário			
Nome:		CPF:	
Relação com o beneficiário: <input type="checkbox"/> União Estável <input type="checkbox"/> Sócio(a) <input type="checkbox"/> Amigo(a) <input type="checkbox"/> Parente: _____		Sexo: <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M	
Tel.: (    )	Doc. ident.:	Órgão	Emissão
Data nasc.:	Naturalidade:	Nacionalidade:	
Estado civil: <input type="checkbox"/> Solteiro(a) <input type="checkbox"/> Viúvo(a) <input type="checkbox"/> Divorciado(a) <input type="checkbox"/> Separado(a) judicialmente <input type="checkbox"/> Casado(a)			
Regime do casamento: <input type="checkbox"/> Comunhão parcial de bens <input type="checkbox"/> Comunhão total de bens <input type="checkbox"/> Separação de bens		Data do casamento: _____	
Profissão:	Renda:	Relação de trabalho:	



<b>LEVANTAMENTO FÍSICO</b>	Cadastrador:	Nº de cadastro:
Área de Intervenção:		Bairro:

Identificação do Lote								
Campo	Quadra		Lote		Nº de unidades:		Fração:	
	Endereço:						Nº:	
	Complemento:					CEP:		

Qualificação do beneficiário por unidade				
A	Nome:			
	Doc. ident.:	Órgão:	Emissão	CPF:
B	Nome:			
	Doc. ident.:	Órgão:	Emissão	CPF:
C	Nome:			
	Doc. ident.:	Órgão:	Emissão	CPF:

PLANTA DE SITUAÇÃO		
Área do Lote:	Área Livre do Lote:	Área total construída:
Data:	Escala:	Técnico/CREA:
Observação:		

**ANEXO V**  
**FORMULÁRIO ESPECIAL PARA AUTORIZAÇÃO DE OBRAS E CONCESSÃO DE HABITE-SE**  
**PARA A COMUNIDADE \_\_\_\_\_**

**1. LOCAL DA OBRA**

Endereço:	Bairro:	RA

**2. IDENTIFICAÇÃO**

<b>2.1. Requerente</b>		
Endereço:	Bairro:	Cep.:
CIC:		
2.2 . Solicitação: <input type="checkbox"/> Licença <input type="checkbox"/> Habite-se		Prazo de Licença:

**3. CARACTERÍSTICAS DA OBRA**

3.1. Licença <input type="checkbox"/> Construção <input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Legalização		
3.2. Uso: <input type="checkbox"/> Residencial <input type="checkbox"/> Comercial <input type="checkbox"/> Misto		
3.3. Número de pavimentos: <input type="checkbox"/> 1(um) <input type="checkbox"/> 2(dois) <input type="checkbox"/> 3(três)		
3.4. Unidades - quantidade: _____ tipo _____ salas _____ casas _____ apartamentos _____ lojas _____		

**4. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE**

4.1. Posição: <input type="checkbox"/> Frente <input type="checkbox"/> Fundos	
4.2. Área construída: _____	
4.3. Número de pavimentos: _____	

**5. QUADRO DE ÁREAS**

5.1 – Área do terreno	m2
5.2 – Área do acréscimo	m2
5.3 – Área total construída	m2 (no caso de nova construção)
De acordo com as informações preenchidas nos campos 3 e 4 deste formulário.	
Em _____ / _____ / _____	_____
	Assinatura - SMH

**6. OBSERVAÇÕES**

--

Concedo a Licença    Em _____ / _____ / _____
Concedo o Habite-se    Em _____ / _____ / _____



## **TERMO DE RESPONSABILIDADE CIVIL**

**O RESPONSÁVEL PELO IMÓVEL (INQUILINO OU MORADOR) REFERENCIADO NO ANVERSO, DECLARA, PARA FINS DE DIREITO, QUE ASSUME TOTAL RESPONSABILIDADE POR EVENTUAIS DANOS E INDENIZAÇÕES DE QUALQUER NATUREZA, QUE FOREM CAUSADOS A TERCEIROS EM DECORRÊNCIA DE ATOS RELACIONADOS COM EXECUÇÃO DE OBRAS NO ALUDIDO IMÓVEL.**

**DECLARO AINDA QUE O IMÓVEL POSSUI AS SEGUINTE INSTALAÇÕES:**

	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
<b>Luz e força</b>		
<b>Esgoto</b>		
<b>Água Potável</b>		
<b>Telefone</b>		

**O PRESENTE DOCUMENTO SE DESTINA A COMPROVAR A EXISTÊNCIA LEGAL DA EDIFICAÇÃO E SUA ADEQUAÇÃO À LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA VIGENTE.**

---

**Responsável pelo imóvel**



EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

## SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA

### ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

Código da Obra: 8.823  
Processo: HBT-PRO-2024/03976  
Ano/ Mes de referencia: 2026/02  
Prazo Previsto: 720 Dias Corridos  
EAP: EAP GERAL  
Aplicação de Percentuais: FATOR K  
Tipo de Preço SCO: DESONERADO  
Obra / Serviço: SERVIÇOS TECNICOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA APOIO A SMH PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO URBANISTICA E FUNDIARIA NA COMUNIDADE URBANIZADA VILA JOANIZA A CARGO DA PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

### LOCAL DA OBRA / SERVIÇO

AP	RA	BAIRRO	LOGRADOURO	COMPLEMENTO
AP 3.7	20	Ilha do Governador		



SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA  
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: PLANO METODOLOGIA DE TRAB. COM DIAGNOSTICO

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	SE19150251(/)	Plano e Metodologia de Trabalho com diagnosticos da area. Relatorio contendo o diagnostico da area, envolvendo aspectos fisicos e sociais, bem como planta(s) com as informacoes relativas ao diagnostico em papel, na escala 1:1000 ou conforme orientacao da SMH e em arquivo digital na extensao DWG. Plano de Metodologia de Trabalho incluindo os de campo, como levantamentos e cadastros, assim como as atividades de comunicacao, sensibilizacao e divulgacao que contarao com a presenca da equipe contratada no local. Devera ser apresentada a concepcao metodologica com descricao e o dimensionamento das atividades, mao de obra, produtos e periodo de execucao em relatorio encadernado, no formato A4, com os documentos acondicionados de modo a possibilitar sua retirada, e mais duas copias, alem do mesmo em meio digital na extensao DOC (desonerado).	ha	41,0000	6.589,55	270.171,55
Total da Planilha						270.171,55 3,9837(%)
Total do Subsistema						270.171,55 3,9836 (%)
Total do Sistema						270.171,55 3,9836 (%)



**SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**  
**ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL**

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: TOPOGRAFIA

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	SE19100256(A)	Levantamento topografico, planialtimetrico e cadastral, incluindo seus dados dendrometricos, executado de acordo com as especificacoes da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em terreno de orografia acidentada, vegetacao rala e edificacao densa, com area acima de 10 ha (escala 1:250 ou 1:500), incluindo-se a apresentacao em papel vegetal e em meio digital (preferencia por Autocad R 14).(desonerado)	ha	31,0000	19.812,04	614.173,24
2	SE19102050(A)	Levantamento topografico, planialtimetrico e cadastral, executado de acordo com as especificacoes da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em favelas, considerando cotas de soleira e sanitarios, medicao de lotes, posteamento e demais elementos naturais existentes, com ate 10ha, elaborado na escala 1:500.(desonerado)	m2	100000,0000	3,54	354.000,00
Total da Planilha						968.173,24 <b>14,2757(%)</b>
Total do Subsistema						968.173,24 <b>14,2757 (%)</b>
Total do Sistema						968.173,24 <b>14,2757 (%)</b>



**SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**  
**ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL**

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

**SISTEMA:** SERVICOS TECNICOS

**SUBSISTEMA:** SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

**PLANILHA:** ATIVIDADES DE COMUN. SENSIBILIZAÇÃO E DIVULGA

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	IE00046029	Atividades de Comunicação, Sensibilização e Divulgação. Execução de Trabalhos de Identificação e articulação com lideranças, representantes das comissoes e instituições públicas e privadas que atuam na co-munidade para conhecimento da realidade local e articulação de ações. Reunioes com as lideranças, re-presentante das comissoes e Instituições públicas ou privadas. Apresentação da proposta de trabalho com a setorização das áreas, objetivando colaboração das lideranças na divulgação da Assembleia Inicial. Estabelecimento de canal permanente de comunicação e colaboração. Assembleia Inicial; Assembleias setorizadas por quadras; plantoes sociais / jurídico para esclarecimentos e orientações aos moradores; visitas domiciliares a serem realizadas por Técnico Social/Agentes Comunitários. Encontros mensais com lideranças - Reunioes mensais com as lideranças locais e institucionais para informar o desenvolvimento do trabalho. Oficinas Setoriais sobre Reconhecimento de logradouros, Uso e Ocupação do solo, Instru-mento jurídico de titulação e apresentação dos Trabalhos. Deverao ser utilizados, técnicas e instrumentos que visem estimular o protagonismo dos participantes no processo de reflexão e apreensão de conteúdos, ampliando seus conhecimentos. Assembleia Final. A reprodução de panfletos, cartazes, cartilhas, folders, carro de som e outros meios julgados necessários, em número suficiente para o atendimento do projeto, ficarao sob a responsabilidade da empresa contratada, com prévia aprovação da SEAC-Rio, assim como a elaboração e confecção dos projetos gráficos, ilustrações, fotografias, fotolito, artes-finais e impressao do material a ser distribuído, da comunidade de Vila Joaniza (Desonerado).	un	4408,0000	178,38	786.299,04
					Total da Planilha	786.299,04 <b>11,5940(%)</b>
					Total do Subsistema	786.299,04 <b>11,5939 (%)</b>
					Total do Sistema	786.299,04 <b>11,5939 (%)</b>



SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA  
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS						
SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO						
PLANILHA: SETORIZACAO DAS AREAS E MONITORAMENTO						
Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	IE00046031	Monitoramento do trabalho de regularização. Execução do monitoramento contínuo do trabalho de campo na(s) comunidade(s), visando o acompanhamento da adesao dos moradores ao processo e das pendências e resoluções referentes ao trabalho de campo, com a produção de relatório de monitора-mento mensal composto de texto descritivo das dificuldades encontradas e soluções adotadas, ocor-rências no período e de mapa indicativo da adesao e pendências nos levantamentos físicos e cadas-tros das comunidades da comunidade de Vila Joaniza (Desonerado).	un	4408,0000	91,02	401.216,16
					Total da Planilha	401.216,16
						5,9159(%)
					Total do Subsistema	401.216,16
						5,9159(%)
					Total do Sistema	401.216,16
						5,9159(%)



SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA  
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS  
SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO  
PLANILHA: AUTO DE DEMARCAÇÃO URBANISTICA

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	SE19150151(/)	Auto de Demarcacao Urbanistica: Elaboracao de planta e memorial descritivo da area a ser regularizada, nos quais constem suas medidas perimetrais, area total, confrontantes, coordenadas georreferenciadas dos vertices definidores de seus limites, bem como o no de matricula ou transcricoes e a indicacao dos proprietarios constantes no Registro de Imoveis, se houver, das areas atingidas pelo Auto de Demarcacao Urbanistica e de seus confrontantes. Devera tambem ser elaborada planta de sobreposicao da area demarcada com a situacao das areas constantes no registro de imoveis e a planta das areas remanescentes com seus respectivos memoriais; e serem apresentadas certidoes das matriculas ou transcricoes das areas pelo RI. Fornecimento de planta com as vias de circulacao existentes ou projetadas e outras areas destinadas a uso publico situadas na area e resumo do auto de demarcacao urbanistica, com a descricao que permita a identificacao da area, alem do seu desenho simplificado, com a formatacao da minuta do Edital de Notificacao ao proprietario(s) da(s) area(s), bem como seus confrontantes. As plantas deverao ser apresentadas em papel na escala 1:1000 ou conforme orientacao da SMH e em arquivo digital na extensao DWG, e o restante do material devera ser entregue em papel, no formato A4, e tambem em meio digital, na extensao DOC (desonerado).	ha	41,0000	15.306,90	627.582,90
					Total da Planilha	627.582,90 9,2537(%)
					Total do Subsistema	627.582,90 9,2537 (%)
					Total do Sistema	627.582,90 9,2537 (%)





SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA  
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: SELAGEM DE IMOVEIS E CAPACITAÇÃO DE EQUIPES

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	SE19150131(/)	Selagem de imoveis e Capacitacao das equipes de campo - reunioes de capacitacao, realizacao de identificacao preliminar de lotes e unidades de uso habitacional e outros em campo e em planta(s) fornecidas na escala 1:1000 ou conforme orientacao da SMUIH/SUBH, utilizando base cartografica existente e selos com a codificacao quadra/lote/unidade, com fornecimento do quantitativo de unidades de cada quadra em relatorio. (desonerado)	un	4408,0000	41,71	183.857,68
Total da Planilha						183.857,68
						2,7110(%)
Total do Subsistema						183.857,68
						2,7109 (%)
Total do Sistema						183.857,68
						2,7109 (%)



SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA  
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: PROJETO DE REGULARIZAÇÃO URBANISTICA E FUNDIARIA

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	SE19150350(/)	Projeto de Regularizacao Urbanistica e Fundiaria, utilizando a base cadastral com a demarcacao do Plano de intervencao para a area, identificando as moradias em areas de risco a serem reassentadas, as "faixas non aedificandi" (FNA's), alem dos projetos de alinhamento, adutoras e outras restricoes a ocupacao, bem como as vias existentes e suas nomenclaturas reconhecidas oficialmente ou nao. As plantas deverao ser apresentadas em papel na escala 1:1000 ou conforme orientacao da SMH e em arquivo digital na extensao DWG. Alem disso devera ser apresentado relatorio fotografico para esclarecimento de duvidas quanto ao levantado na area e planta(s) para divulgacao junto a comunidade cuja forma de apresentacao sera definida pela fiscalizacao (como escala, formatacao, tipo de material etc)(desonerado).	ha	41,0000	9.972,73	408.881,93
Total da Planilha						408.881,93 6,0290(%)
Total do Subsistema						408.881,93 6,0289 (%)
Total do Sistema						408.881,93 6,0289 (%)



**SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**  
**ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL**

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: CADASTRO TECNICO IMOBILIARIO

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	SE19150101(/)	Servicos de elaboracao de cadastro tecnico imobiliario e aplicacao de cadastro de qualificacao ao morador para fins de Regularizacao Urbanistica e Fundiaria, contendo memorial descritivo das benfeitorias, idade, estado de conservacao, padrao construtivo, areas uteis, areas de construcao, identificacao dos ocupantes com recolhimento dos documentos necessarios a titulacao, natureza da ocupacao, destinacao que vem sendo dada ao imovel, e demais anotacoes necessarias a regularizacao urbanistica e fundiaria, de acordo com as orientacoes da SMH (desonerado).	un	4408,0000	304,75	1.343.338,00
Total da Planilha						1.343.338,00 <b>19,8075(%)</b>
Total do Subsistema						1.343.338,00 <b>19,8075 (%)</b>
Total do Sistema						1.343.338,00 <b>19,8075 (%)</b>



SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA  
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: LEVANTAMENTO FOTOGRAFICO DE IMOVEIS E DOCUMEN

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	SE19150055(/)	Levantamento fotografico de aspecto de area urbana, de imoveis ou de documentos com fornecimento de arquivo digital e de impressao colorida no tamanho (10x15)cm, de acordo com as orientacoes da SMH. (desonerado)	un	44080,0000	7,48	329.718,40
Total da Planilha						329.718,40 4,8617(%)
Total do Subsistema						329.718,40 4,8616 (%)
Total do Sistema						329.718,40 4,8616 (%)



**SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**  
**ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL**

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: PROJETOS PARA LEGALIZAÇÃO - PAA / PAL

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	SE19150300(/)	Projetos para Legalizacao de Parcelamento - Elaboracao de plantas(s) de subsidios para os projetos de legalizacao de alinhamento e loteamento (PAA's / PAL's), de uso e ocupacao do solo e de reconhecimento de logradouros; Elaboracao dos projetos de legalizacao de alinhamento e parcelamento (PAA's / PAL's) para aprovacao junto a SMU. As plantas deverao ser apresentadas em papel na escala 1:1000 ou conforme orientacao da SMH e em arquivo digital na extensao DWG. Elaboracao de Memorial Descritivo do Loteamento, a ser entregue em papel, no formato A4 e em meio digital, na extensao DOC, e Minuta de Certidao, a ser entregue em papel no formato A4 e em meio digital, na extensao DOC. (desonerado)	ha	41,0000	14.545,27	596.356,07
					Total da Planilha	596.356,07 8,7933(%)
					Total do Subsistema	596.356,07 8,7932 (%)
					Total do Sistema	596.356,07 8,7932 (%)



SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA  
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: DIGITALIZAÇÃO DE FICHAS CADASTRAIS

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	SE19150121(/)	Servicos de digitalizacao de fichas cadastrais tecnico - imobiliaria de qualificacao para fins de Regularizacao Urbanistica e Fundiaria, assinados pelos beneficiarios e organizacao em arquivo digital necessario ao acompanhamento do processo de regularizacao das unidades habitacionais, de acordo com as orientacoes da SMUIH/SUBH. (desonerado)	un	4408,0000	11,90	52.455,20
Total da Planilha						52.455,20 0,7735(%)
Total do Subsistema						52.455,20 0,7734 (%)
Total do Sistema						52.455,20 0,7734 (%)



SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA  
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA:		SERVICOS TECNICOS					
SUBSISTEMA:		SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO					
PLANILHA:		GEORREFERENCIAMENTO					
Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)	
1	SE19150141(/)	Georreferenciamento em shapes no AutoCAD Map ou no ArchiGIS dos poligons referentes aos lotes e unidades levantadas em campo, identificados atraves da codificacao quadra-lote-unidade e alimentacao do Banco de Dados da SMUIH/SUBH, para a inclusao de todas as informacoes no Sistema de Informacoes Urbanas - SIURB. (desonerado)	un	4408,0000	84,54	372.652,32	
						Total da Planilha	372.652,32 5,4948(%)
						Total do Subsistema	372.652,32 5,4947 (%)
						Total do Sistema	372.652,32 5,4947 (%)





**SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**  
**ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL**

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS							
SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO							
PLANILHA: PLANTAS PARA RECONHECIMENTO DE LOGRADOURO							
Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)	
1	SE19150400(/)	Plantas para o Reconhecimento de Logradouros na escala 1:1000 ou conforme orientacao da SMUIH/SUBH, contendo a largura, comprimento e distancia das vias a serem reconhecidas ate o logradouro reconhecido mais proximo. O item devera ser medido pela(s) planta(s) dos logradouros e pelo relatorio contendo os historicos dos nomes escolhidos para cada logradouro, sendo que para cada um deverao ser apresentadas tres sugestoes de nomes. (desonerado)	ha	41,0000	4.916,02	201.556,82	
						Total da Planilha	201.556,82
							<b>2,9720(%)</b>
						Total do Subsistema	201.556,82
							<b>2,9719 (%)</b>
						Total do Sistema	201.556,82
							<b>2,9719 (%)</b>



SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA  
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS							
SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO							
PLANILHA: INSTRUMENTO JURIDICO PARA TITULAÇÃO							
Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)	
1	IE00046030	Instrumento Jurídico para Titulação. Execução de Trabalhos para Emissao de títulos de Concessao de Direito Real de Uso (CDRU), Concessao Especial para fins de Moradia (CUEM), Termo de Compra e Venda ou outros, de acordo com minuta apresentada pela SEAC-Rio, para áreas de domínio público. Título de Legitimação da Posse no caso de Auto de Demarcação ou documentação necessária a pro-positura de ação de usucapiao para áreas particulares devendo, após aprovação da fiscalização, ser entregue em papel, no formato A4, em 04 (quatro) vias, da comunidade de Vila Joaniza (Desonerado).	un	4408,0000	54,38	239.707,04	
						Total da Planilha	239.707,04
							3,5345(%)
						Total do Subsistema	239.707,04
							3,5344 (%)
						Total do Sistema	239.707,04
							3,5344 (%)

TOTAL ORÇADO: R\$ 5.747.612,06      BDI(%): 18,00      VALOR DO BDI: R\$ 1.034.354,29      VALOR TOTAL: R\$ 6.781.966,35

SIX MILLION SEVEN HUNDRED EIGHTY-ONE THOUSAND NINE HUNDRED SIXTY-SIX AND 35 / 100

Orçamentista:      /      -      Rubrica

Matrícula



**SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**  
**ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL**

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

FOLHA RESUMO COM OS TOTAIS DAS PLANILHAS		Valor(R\$)	Percentual(%)
PLANO METODOLOGIA DE TRAB. COM DIAGNOSTICO		270.171,55	3,9836
TOPOGRAFIA		968.173,24	14,2757
ATIVIDADES DE COMUN. SENSIBILIZAÇÃO E DIVULGA		786.299,04	11,5939
SETORIZAÇÃO DAS AREAS E MONITORAMENTO		401.216,16	5,9159
AUTO DE DEMARCAÇÃO URBANISTICA		627.582,90	9,2537
SELAGEM DE IMOVEIS E CAPACITAÇÃO DE EQUIPES		183.857,68	2,7109
PROJETO DE REGULARIZAÇÃO URBANISTICA E FUNDIARIA		408.881,93	6,0289
CADASTRO TECNICO IMOBILIARIO		1.343.338,00	19,8075
LEVANTAMENTO FOTOGRAFICO DE IMOVEIS E DOCUMEN		329.718,40	4,8616
PROJETOS PARA LEGALIZAÇÃO - PAA / PAL		596.356,07	8,7932
DIGITALIZAÇÃO DE FICHAS CADASTRAIS		52.455,20	0,7734
GEORREFERENCIAMENTO		372.652,32	5,4947
PLANTAS PARA RECONHECIMENTO DE LOGRADOURO		201.556,82	2,9719
INSTRUMENTO JURIDICO PARA TITULAÇÃO		239.707,04	3,5344
SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO	Total por Subsistema:	6.781.966,35	99,9999
SERVICOS TECNICOS	Total por Sistema:	6.781.966,35	99,9999
TOTAL DO ORÇAMENTO:		6.781.966,35	100,00



**SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**  
**ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL**

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

**TOTAL ORÇADO:**    **R\$ 5.747.612,06**      **BDI(%):**    **18,00**      **VALOR DO BDI:**    **R\$ 1.034.354,29**      **VALOR TOTAL:**    **R\$ 6.781.966,35**

**SIX MILLION SEVEN HUNDRED EIGHTY-ONE THOUSAND NINE HUNDRED SIXTY-SIX AND 35 / 100**

Orçamentista:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_  
Matrícula

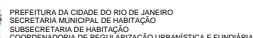
\_\_\_\_\_  
Rubrica

MEMÓRIA DE CÁLCULO						
OBRA / SERV. TEC.: REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA E FUNDIÁRIA NA COMUNIDADE URBANIZADA - VILA JOANIZA						
ENDEREÇO: ILHA DO GOVERNADOR						
SC - SERVIÇOS COMPLEMENTARES						
Item	Código	Especificação	Unid	Custo Unitário(R\$)	Quantidade	Custo Parcial(R\$)
1	SE19.15.0251	Plano e Metodologia de Trabalho com diagnósticos da área. Relatório contendo o diagnóstico da área, envolvendo aspectos físicos e sociais, bem como planta(s) com as informações relativas ao diagnóstico em papel, na escala 1:1000 ou conforme orientação da SMH e em arquivo digital na extensão DWG. Plano de Metodologia de Trabalho incluindo os de campo, como levantamentos e cadastros, assim como as atividades de comunicação, sensibilização e divulgação que contarão com a presença da equipe contratada no local. Deverá ser apresentada a concepção metodológica com descrição e o dimensionamento das atividades, mão de obra, produtos e período de execução em relatório encadernado, no formato A4, com os documentos acondicionados de modo a possibilitar sua retirada, e mais duas cópias, além do mesmo em meio digital na extensão DOC (desonerado).	ha	R\$ 6.589,55	41,00	R\$ 270.171,55
41,00 ha						
2	SE19.10.2050	Levantamento topográfico, planialtimétrico e cadastral, executado de acordo com as especificações da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em favelas, considerando cotas de soleira e sanitários, medição de lotes, posteamento e demais elementos naturais existentes, com até 10ha, elaborado na escala 1:500.(desonerado)	m2	R\$ 3,54	100.000,00	R\$ 354.000,00
100.000,00 m2						
3	SE19.10.0256	Levantamento topográfico, planialtimétrico e cadastral, incluindo seus dados dendrométricos, executado de acordo com as especificações da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em terreno de orografia acidentada, vegetação rala e edificação densa, com área acima de 10 ha (escala 1:250 ou 1:500), incluindo-se a apresentação em papel vegetal e em meio digital (preferência por Autocad R 14).(desonerado)	ha	R\$ 19.812,04	31,00	R\$ 614.173,24
31,00 ha						
4	SE19.15.0151	Auto de Demarcação Urbanística: Elaboração de planta e memorial descritivo da área a ser regularizada, nos quais constem suas medidas perimetrais, área total, confrontantes, coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites, bem como o nº de matrícula ou transcrições e a indicação dos proprietários constantes no Registro de Imóveis, se houver, das áreas atingidas pelo Auto de Demarcação Urbanística e de seus confrontantes. Deverá também ser elaborada planta de sobreposição da área demarcada com a situação das áreas constantes no registro de imóveis e a planta das áreas remanescentes com seus respectivos memoriais; e serem apresentadas certidões das matrículas ou transcrições das áreas pelo RI. Fornecimento de planta com as vias de circulação existentes ou projetadas e outras áreas destinadas a uso público situadas na área e resumo do auto de demarcação urbanística, com a descrição que permita a identificação da área, além do seu desenho simplificado, com a formatação da minuta do Edital de Notificação ao proprietário(s) da(s) área(s), bem como seus confrontantes. As plantas deverão ser apresentadas em papel na escala 1:1000 ou conforme orientação da SMH e em arquivo digital na extensão DWG, e o restante do material deverá ser entregue em papel, no formato A4, e também em meio digital, na extensão DOC (desonerado).	ha	R\$ 15.306,90	41,00	R\$ 627.582,90
41,00 ha						
5	SE19.15.0131	Selagem de imóveis e Capacitação das equipes de campo - reuniões de capacitação, realização de identificação preliminar de lotes e unidades de uso habitacional e outros em campo e em planta(s) fornecidas na escala 1:1000 ou conforme orientação da SMUIH/SUBH, utilizando base cartográfica existente e selos com a codificação quadra/lote/unidade, com fornecimento do quantitativo de unidades de cada quadra em relatório. (desonerado)	un	R\$ 41,71	4.408,00	R\$ 183.857,68
4.408,00 un						
6	SE19.15.0350	Projeto de Regularização Urbanística e Fundiária, utilizando a base cadastral com a demarcação do Plano de intervenção para a área, identificando as moradias em áreas de risco a serem reassentadas, as "faixas non aedificandi" (FNA's), além dos projetos de alinhamento, adutoras e outras restrições à ocupação, bem como as vias existentes e suas nomenclaturas reconhecidas oficialmente ou não. As plantas deverão ser apresentadas em papel na escala 1:1000 ou conforme orientação da SMH e em arquivo digital na extensão DWG. Além disso deverá ser apresentado relatório fotográfico para esclarecimento de dúvidas quanto ao levantado na área e planta(s) para divulgação junto a comunidade cuja forma de apresentação será definida pela fiscalização (como escala, formatação, tipo de material etc)(desonerado).	ha	R\$ 9.972,73	41,00	R\$ 408.881,93
41,00 ha						



14	IE00.04.5923	Monitoramento do trabalho de regularização. Execução do monitoramento contínuo do trabalho de campo na(s) comunidade(s), visando o acompanhamento da adesão dos moradores ao processo e das pendências e resoluções referentes ao trabalho de campo, com a produção de relatório de monitoramento mensal composto de texto descritivo das dificuldades encontradas e soluções adotadas, ocorrências no período e de mapa indicativo de adesão e pendências nos levantamentos físicos e cadastros. (desonerado)	un	R\$ 91,02	4.408,00	R\$ 401.216,16
4.408,00 un						
15	IE00.04.5922	Instrumento Jurídico para Titulação. Execução de Trabalhos para Emissão de títulos de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), Concessão Especial para fins de Moradia (CUEM), termo de Compra e Venda ou outros, de acordo com minuta apresentada pela SMH/SUBH, para áreas de domínio público. Título de Legitimação da Posse no caso de Auto de Demarcação ou documentação necessária a propositura de ação de usucapião para áreas particulares devendo, após aprovação da fiscalização, ser entregue em papel, no formato A4, em 04 (quatro) vias. (desonerado).	un	R\$ 54,38	4.408,00	R\$ 239.707,04
4.408,00 un						
Total da planilha						R\$ 6.781.966,35





**CRONOGRAMA FÍSICO - VILA JOANIZA**

[illegible]



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**

**ANEXO II - QUADRO ESTIMATIVO DE VALORES E CRONOGRAMA FÍSICO  
FINANCEIRO**



EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

## SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA

### ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

Código da Obra: 8.823  
Processo: HBT-PRO-2024/03976  
Ano/ Mes de referencia: 2026/02  
Prazo Previsto: 720 Dias Corridos  
EAP: EAP GERAL  
Aplicação de Percentuais: FATOR K  
Tipo de Preço SCO: DESONERADO  
Obra / Serviço: SERVIÇOS TECNICOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA APOIO A SMH PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO URBANISTICA E FUNDIARIA NA COMUNIDADE URBANIZADA VILA JOANIZA A CARGO DA PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

### LOCAL DA OBRA / SERVIÇO

AP	RA	BAIRRO	LOGRADOURO	COMPLEMENTO
AP 3.7	20	Ilha do Governador		



SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA  
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: PLANO METODOLOGIA DE TRAB. COM DIAGNOSTICO

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	SE19150251(/)	Plano e Metodologia de Trabalho com diagnosticos da area. Relatorio contendo o diagnostico da area, envolvendo aspectos fisicos e sociais, bem como planta(s) com as informacoes relativas ao diagnostico em papel, na escala 1:1000 ou conforme orientacao da SMH e em arquivo digital na extensao DWG. Plano de Metodologia de Trabalho incluindo os de campo, como levantamentos e cadastros, assim como as atividades de comunicacao, sensibilizacao e divulgacao que contarao com a presenca da equipe contratada no local. Devera ser apresentada a concepcao metodologica com descricao e o dimensionamento das atividades, mao de obra, produtos e periodo de execucao em relatorio encadernado, no formato A4, com os documentos acondicionados de modo a possibilitar sua retirada, e mais duas copias, alem do mesmo em meio digital na extensao DOC (desonerado).	ha	41,0000	6.589,55	270.171,55
Total da Planilha						270.171,55 3,9837(%)
Total do Subsistema						270.171,55 3,9836 (%)
Total do Sistema						270.171,55 3,9836 (%)



**SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**  
**ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL**

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: TOPOGRAFIA

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	SE19100256(A)	Levantamento topografico, planialtimetrico e cadastral, incluindo seus dados dendrometricos, executado de acordo com as especificacoes da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em terreno de orografia acidentada, vegetacao rala e edificacao densa, com area acima de 10 ha (escala 1:250 ou 1:500), incluindo-se a apresentacao em papel vegetal e em meio digital (preferencia por Autocad R 14).(desonerado)	ha	31,0000	19.812,04	614.173,24
2	SE19102050(A)	Levantamento topografico, planialtimetrico e cadastral, executado de acordo com as especificacoes da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em favelas, considerando cotas de soleira e sanitarios, medicao de lotes, posteamento e demais elementos naturais existentes, com ate 10ha, elaborado na escala 1:500.(desonerado)	m2	100000,0000	3,54	354.000,00
Total da Planilha						968.173,24 <b>14,2757(%)</b>
Total do Subsistema						968.173,24 <b>14,2757 (%)</b>
Total do Sistema						968.173,24 <b>14,2757 (%)</b>



**SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**  
**ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL**

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: ATIVIDADES DE COMUN. SENSIBILIZAÇÃO E DIVULGA

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	IE00046029	Atividades de Comunicação, Sensibilização e Divulgação. Execução de Trabalhos de Identificação e articu-lação com lideranças, representantes das comissoes e instituições públicas e privadas que atuam na co-munidade para conhecimento da realidade local e articulação de ações. Reunioes com as lideranças, re-presentante das comissoes e Instituições públicas ou privadas. Apresentação da proposta de trabalho com a setorização das áreas, objetivando colaboração das lideranças na divulgação da Assembleia Inicial. Estabelecimento de canal permanente de comunicação e colaboração. Assembleia Inicial; Assembleias setorizadas por quadras; plantoes sociais / jurídico para esclarecimentos e orientações aos moradores; visitas domiciliares a serem realizadas por Técnico Social/Agentes Comunitários. Encontros mensais com lideranças - Reunioes mensais com as lideranças locais e institucionais para informar o desenvolvimento do trabalho. Oficinas Setoriais sobre Reconhecimento de logradouros, Uso e Ocupação do solo, Instru-mento jurídico de titulação e apresentação dos Trabalhos. Deverao ser utilizados, técnicas e instrumentos que visem estimular o protagonismo dos participantes no processo de reflexão e apreensão de conteúdos, ampliando seus conhecimentos. Assembleia Final. A reprodução de panfletos, cartazes, cartilhas, folders, carro de som e outros meios julgados necessários, em número suficiente para o atendimento do projeto, ficarao sob a responsabilidade da empresa contratada, com prévia aprovação da SEAC-Rio, assim como a elaboração e confecção dos projetos gráficos, ilustrações, fotografias, fotolito, artes-finais e impressao do material a ser distribuído, da comunidade de Vila Joaniza (Desonerado).	un	4408,0000	178,38	786.299,04
					Total da Planilha	786.299,04 11,5940(%)
					Total do Subsistema	786.299,04 11,5939 (%)
					Total do Sistema	786.299,04 11,5939 (%)



SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA  
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: SETORIZAÇÃO DAS AREAS E MONITORAMENTO

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	IE00046031	Monitoramento do trabalho de regularização. Execução do monitoramento contínuo do trabalho de campo na(s) comunidade(s), visando o acompanhamento da adesao dos moradores ao processo e das pendências e resoluções referentes ao trabalho de campo, com a produção de relatório de monitора-mento mensal composto de texto descritivo das dificuldades encontradas e soluções adotadas, ocor-rências no período e de mapa indicativo da adesao e pendências nos levantamentos físicos e cadas-tros das comunidades da comunidade de Vila Joaniza (Desonerado).	un	4408,0000	91,02	401.216,16
Total da Planilha						401.216,16 5,9159(%)
Total do Subsistema						401.216,16 5,9159(%)
Total do Sistema						401.216,16 5,9159(%)



SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA  
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS  
SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO  
PLANILHA: AUTO DE DEMARCAÇÃO URBANISTICA

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	SE19150151(/)	Auto de Demarcacao Urbanistica: Elaboracao de planta e memorial descritivo da area a ser regularizada, nos quais constem suas medidas perimetrais, area total, confrontantes, coordenadas georreferenciadas dos vertices definidores de seus limites, bem como o no de matricula ou transcricoes e a indicacao dos proprietarios constantes no Registro de Imoveis, se houver, das areas atingidas pelo Auto de Demarcacao Urbanistica e de seus confrontantes. Devera tambem ser elaborada planta de sobreposicao da area demarcada com a situacao das areas constantes no registro de imoveis e a planta das areas remanescentes com seus respectivos memoriais; e serem apresentadas certidoes das matriculas ou transcricoes das areas pelo RI. Fornecimento de planta com as vias de circulacao existentes ou projetadas e outras areas destinadas a uso publico situadas na area e resumo do auto de demarcacao urbanistica, com a descricao que permita a identificacao da area, alem do seu desenho simplificado, com a formatacao da minuta do Edital de Notificacao ao proprietario(s) da(s) area(s), bem como seus confrontantes. As plantas deverao ser apresentadas em papel na escala 1:1000 ou conforme orientacao da SMH e em arquivo digital na extensao DWG, e o restante do material devera ser entregue em papel, no formato A4, e tambem em meio digital, na extensao DOC (desonerado).	ha	41,0000	15.306,90	627.582,90
					Total da Planilha	627.582,90 9,2537(%)
					Total do Subsistema	627.582,90 9,2537 (%)
					Total do Sistema	627.582,90 9,2537 (%)





SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA  
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: SELAGEM DE IMOVEIS E CAPACITAÇÃO DE EQUIPES

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	SE19150131(/)	Selagem de imoveis e Capacitacao das equipes de campo - reunioes de capacitacao, realizacao de identificacao preliminar de lotes e unidades de uso habitacional e outros em campo e em planta(s) fornecidas na escala 1:1000 ou conforme orientacao da SMUIH/SUBH, utilizando base cartografica existente e selos com a codificacao quadra/lote/unidade, com fornecimento do quantitativo de unidades de cada quadra em relatorio. (desonerado)	un	4408,0000	41,71	183.857,68
					Total da Planilha	183.857,68
						2,7110(%)
					Total do Subsistema	183.857,68
						2,7109 (%)
					Total do Sistema	183.857,68
						2,7109 (%)



SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA  
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: PROJETO DE REGULARIZAÇÃO URBANISTICA E FUNDIARIA

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	SE19150350(/)	Projeto de Regularizacao Urbanistica e Fundiaria, utilizando a base cadastral com a demarcacao do Plano de intervencao para a area, identificando as moradias em areas de risco a serem reassentadas, as "faixas non aedificandi" (FNA's), alem dos projetos de alinhamento, adutoras e outras restricoes a ocupacao, bem como as vias existentes e suas nomenclaturas reconhecidas oficialmente ou nao. As plantas deverao ser apresentadas em papel na escala 1:1000 ou conforme orientacao da SMH e em arquivo digital na extensao DWG. Alem disso devera ser apresentado relatorio fotografico para esclarecimento de duvidas quanto ao levantado na area e planta(s) para divulgacao junto a comunidade cuja forma de apresentacao sera definida pela fiscalizacao (como escala, formatacao, tipo de material etc)(desonerado).	ha	41,0000	9.972,73	408.881,93
Total da Planilha						408.881,93 6,0290(%)
Total do Subsistema						408.881,93 6,0289 (%)
Total do Sistema						408.881,93 6,0289 (%)



**SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**  
**ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL**

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: CADASTRO TECNICO IMOBILIARIO

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	SE19150101(/)	Servicos de elaboracao de cadastro tecnico imobiliario e aplicacao de cadastro de qualificacao ao morador para fins de Regularizacao Urbanistica e Fundiaria, contendo memorial descritivo das benfeitorias, idade, estado de conservacao, padrao construtivo, areas uteis, areas de construcao, identificacao dos ocupantes com recolhimento dos documentos necessarios a titulacao, natureza da ocupacao, destinacao que vem sendo dada ao imovel, e demais anotacoes necessarias a regularizacao urbanistica e fundiaria, de acordo com as orientacoes da SMH (desonerado).	un	4408,0000	304,75	1.343.338,00
Total da Planilha						1.343.338,00 <b>19,8075(%)</b>
Total do Subsistema						1.343.338,00 <b>19,8075 (%)</b>
Total do Sistema						1.343.338,00 <b>19,8075 (%)</b>



SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA  
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: LEVANTAMENTO FOTOGRAFICO DE IMOVEIS E DOCUMEN

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	SE19150055(/)	Levantamento fotografico de aspecto de area urbana, de imoveis ou de documentos com fornecimento de arquivo digital e de impressao colorida no tamanho (10x15)cm, de acordo com as orientacoes da SMH. (desonerado)	un	44080,0000	7,48	329.718,40
Total da Planilha						329.718,40 4,8617(%)
Total do Subsistema						329.718,40 4,8616 (%)
Total do Sistema						329.718,40 4,8616 (%)



SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA  
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: PROJETOS PARA LEGALIZAÇÃO - PAA / PAL

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	SE19150300(/)	Projetos para Legalizacao de Parcelamento - Elaboracao de plantas(s) de subsidios para os projetos de legalizacao de alinhamento e loteamento (PAA's / PAL's), de uso e ocupacao do solo e de reconhecimento de logradouros; Elaboracao dos projetos de legalizacao de alinhamento e parcelamento (PAA's / PAL's) para aprovacao junto a SMU. As plantas deverao ser apresentadas em papel na escala 1:1000 ou conforme orientacao da SMH e em arquivo digital na extensao DWG. Elaboracao de Memorial Descritivo do Loteamento, a ser entregue em papel, no formato A4 e em meio digital, na extensao DOC, e Minuta de Certidao, a ser entregue em papel no formato A4 e em meio digital, na extensao DOC. (desonerado)	ha	41,0000	14.545,27	596.356,07
					Total da Planilha	596.356,07 8,7933(%)
					Total do Subistema	596.356,07 8,7932 (%)
					Total do Sistema	596.356,07 8,7932 (%)



SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA  
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: DIGITALIZAÇÃO DE FICHAS CADASTRAIS

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	SE19150121(/)	Servicos de digitalizacao de fichas cadastrais tecnico - imobiliaria de qualificacao para fins de Regularizacao Urbanistica e Fundiaria, assinados pelos beneficiarios e organizacao em arquivo digital necessario ao acompanhamento do processo de regularizacao das unidades habitacionais, de acordo com as orientacoes da SMUIH/SUBH. (desonerado)	un	4408,0000	11,90	52.455,20
Total da Planilha						52.455,20 0,7735(%)
Total do Subsistema						52.455,20 0,7734 (%)
Total do Sistema						52.455,20 0,7734 (%)



SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA  
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: GEORREFERENCIAMENTO

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	SE19150141(/)	Georreferenciamento em shapes no AutoCAD Map ou no ArchiGIS dos poligons referentes aos lotes e unidades levantadas em campo, identificados atraves da codificacao quadra-lote-unidade e alimentacao do Banco de Dados da SMUIH/SUBH, para a inclusao de todas as informacoes no Sistema de Informacoes Urbanas - SIURB. (desonerado)	un	4408,0000	84,54	372.652,32
					Total da Planilha	372.652,32 5,4948(%)
					Total do Subsistema	372.652,32 5,4947 (%)
					Total do Sistema	372.652,32 5,4947 (%)



**SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**  
**ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL**

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA:		SERVICOS TECNICOS					
SUBSISTEMA:		SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO					
PLANILHA:		PLANTAS PARA RECONHECIMENTO DE LOGRADOURO					
Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)	
1	SE19150400(/)	Plantas para o Reconhecimento de Logradouros na escala 1:1000 ou conforme orientacao da SMUIH/SUBH, contendo a largura, comprimento e distancia das vias a serem reconhecidas ate o logradouro reconhecido mais proximo. O item devera ser medido pela(s) planta(s) dos logradouros e pelo relatorio contendo os historicos dos nomes escolhidos para cada logradouro, sendo que para cada um deverao ser apresentadas tres sugestoes de nomes. (desonerado)	ha	41,0000	4.916,02	201.556,82	
						Total da Planilha	201.556,82
							<b>2,9720(%)</b>
						Total do Subistema	201.556,82
							<b>2,9719 (%)</b>
						Total do Sistema	201.556,82
							<b>2,9719 (%)</b>





SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA  
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS							
SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO							
PLANILHA: INSTRUMENTO JURIDICO PARA TITULAÇÃO							
Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)	
1	IE00046030	Instrumento Jurídico para Titulação. Execução de Trabalhos para Emissao de títulos de Concessao de Direito Real de Uso (CDRU), Concessao Especial para fins de Moradia (CUEM), Termo de Compra e Venda ou outros, de acordo com minuta apresentada pela SEAC-Rio, para áreas de domínio público. Título de Legitimação da Posse no caso de Auto de Demarcação ou documentação necessária a pro-positura de ação de usucapiao para áreas particulares devendo, após aprovação da fiscalização, ser entregue em papel, no formato A4, em 04 (quatro) vias, da comunidade de Vila Joaniza (Desonerado).	un	4408,0000	54,38	239.707,04	
						Total da Planilha	239.707,04
							3,5345(%)
						Total do Subsistema	239.707,04
							3,5344 (%)
						Total do Sistema	239.707,04
							3,5344 (%)

TOTAL ORÇADO: R\$ 5.747.612,06      BDI(%): 18,00      VALOR DO BDI: R\$ 1.034.354,29      VALOR TOTAL: R\$ 6.781.966,35

SIX MILLION SEVEN HUNDRED EIGHTY-ONE THOUSAND NINE HUNDRED SIXTY-SIX AND 35 / 100

Orçamentista:      /      -      Rubrica

Matrícula



**SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**  
**ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL**

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

FOLHA RESUMO COM OS TOTAIS DAS PLANILHAS

	Valor(R\$)	Percentual(%)
PLANO METODOLOGIA DE TRAB. COM DIAGNOSTICO	270.171,55	3,9836
TOPOGRAFIA	968.173,24	14,2757
ATIVIDADES DE COMUN. SENSIBILIZAÇÃO E DIVULGA	786.299,04	11,5939
SETORIZAÇÃO DAS AREAS E MONITORAMENTO	401.216,16	5,9159
AUTO DE DEMARCAÇÃO URBANISTICA	627.582,90	9,2537
SELAGEM DE IMOVEIS E CAPACITAÇÃO DE EQUIPES	183.857,68	2,7109
PROJETO DE REGULARIZAÇÃO URBANISTICA E FUNDIARIA	408.881,93	6,0289
CADASTRO TECNICO IMOBILIARIO	1.343.338,00	19,8075
LEVANTAMENTO FOTOGRAFICO DE IMOVEIS E DOCUMEN	329.718,40	4,8616
PROJETOS PARA LEGALIZAÇÃO - PAA / PAL	596.356,07	8,7932
DIGITALIZAÇÃO DE FICHAS CADASTRAIS	52.455,20	0,7734
GEORREFERENCIAMENTO	372.652,32	5,4947
PLANTAS PARA RECONHECIMENTO DE LOGRADOURO	201.556,82	2,9719
INSTRUMENTO JURIDICO PARA TITULAÇÃO	239.707,04	3,5344
SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO	Total por Subsistema: 6.781.966,35	99,9999
SERVICOS TECNICOS	Total por Sistema: 6.781.966,35	99,9999
TOTAL DO ORÇAMENTO:	6.781.966,35	100,00



**SEAC-RIO - SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**  
**ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL**

EMITIDO EM 27/04/2026 17:35:18

Código : 8.823      Processo : HBT-PRO-2024/03976      Ano/ Mes de referencia : 2026/02      Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

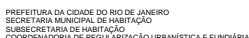
**TOTAL ORÇADO:**    **R\$ 5.747.612,06**      **BDI(%):**    **18,00**      **VALOR DO BDI:**    **R\$ 1.034.354,29**      **VALOR TOTAL:**    **R\$ 6.781.966,35**

**SIX MILLION SEVEN HUNDRED EIGHTY-ONE THOUSAND NINE HUNDRED SIXTY-SIX AND 35 / 100**

Orçamentista:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_  
Matrícula

\_\_\_\_\_  
Rubrica



**CRONOGRAMA FÍSICO - VILA JOANIZA**

[illegible]

---

**ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO**  
**(PREGÃO ELETRÔNICO SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA)**

**Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio do \_\_\_\_\_ [órgão da Administração Direta], ou a (o) \_\_\_\_\_ [entidade da Administração Indireta], como CONTRATANTE, e a \_\_\_\_\_, como CONTRATADA, para a execução de serviços comuns de engenharia, na forma abaixo.**

Aos dias \_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_, na \_\_\_\_\_ [endereço do órgão contratante], o **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, por meio do \_\_\_\_\_ [órgão da Administração Direta], ou \_\_\_\_\_ a(o) [entidade da Administração Indireta], a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo [autoridade administrativa competente para firmar o contrato], e a sociedade \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_ [endereço da sociedade CONTRATADA], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por \_\_\_\_\_ [representante da sociedade adjudicatária] têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO - PE- – [SIGLA DO ÓRGÃO OU ENTIDADE LICITANTE] Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, realizado por meio do processo administrativo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e

Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF, instituído pela Lei nº 207/1980, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/1990, pelo Regulamento Geral do Código supra citado – RGCAF, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/1981, e suas alterações, pela **Lei Municipal nº 2.816/1999**, pela **Lei Municipal nº 4.352/06** e pelos **Decretos Municipais nº 17.907/99, 21.083/02, 21.253/02, 21.682/02, 27.078/06, 27.715/07, 31.349/09, 33.971/11, 46.195/2019, 49.415/2021, 51.078/2022, 51.260/2022, 51.628/2022, 51.629/2022, 51.631/2022, 51.632/2022, 51.634/2022 e 51.635/2022**, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO**

O objeto do presente Contrato é a prestação dos serviços comuns de engenharia de \_\_\_\_\_, sob regime de \_\_\_\_\_ [*Empreitada por Preço Unitário / Empreitada por Preço Global / Empreitada Integral / Contratação por Tarefa/Contratação Integrada/Contratação Semi-Integrada/ Fornecimento e Prestação de Serviço Associado*], conforme as especificações constantes do Termo de Referência ou Projeto Básico (Anexo\_\_\_\_) e/ou, quando for o caso, do Projeto Executivo, da Descrição dos Serviços, do Escopo dos Serviços e do Memorial Descritivo de fls. \_\_\_\_\_ do processo administrativo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

**Parágrafo Primeiro** – Os serviços serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_, no Projeto Básico e/ou, quando for o caso, no Projeto Executivo, na Descrição dos Serviços, no Escopo dos Serviços ou no Memorial Descritivo, no Cronograma Físico-Financeiro, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução e conservação dos serviços.

**Parágrafo Segundo** – A cada alteração contratual, por acréscimo ou redução do objeto, valor ou prazo do Contrato, observados os limites legais estabelecidos nos arts. 125 e 128 da Lei Federal

nº 14.133/2021, será acordado novo Cronograma, atendido o interesse do CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR**

O valor total do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (por extenso), cuja composição se encontra especificada na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, às fls. \_\_\_\_, do processo administrativo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

### **CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO**

Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as etapas estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro (Anexo\_\_), observada a obrigatoriedade da reserva do percentual de 10% (dez por cento) do valor do Contrato ou da Nota de Empenho para a última etapa, e obedecido o sistema de medições estabelecido neste Edital.

**Parágrafo Primeiro** – Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no(a) \_\_\_\_\_ [*setor competente do órgão ou entidade licitante*].

**Parágrafo Segundo** – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

**Parágrafo Terceiro** – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no(a) \_\_\_\_\_ [*setor competente do órgão ou entidade contratante*].

**Parágrafo Quarto** – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços efetivamente executados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro, sem que o(a) \_\_\_\_\_ [*órgão ou entidade licitante*] esteja obrigado(a) a pagar o valor total do Contrato.

**Parágrafo Quinto** – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

**Parágrafo Sexto** – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no \_\_\_\_\_ [*setor competente do órgão ou entidade licitante*] e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

**Parágrafo Sétimo** – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

**Parágrafo Oitavo** – Será retida a título de garantia complementar da perfeita execução e funcionamento dos serviços, de preferência a conta da fatura final, parcela igual a 10% do valor do Contrato ou da Nota de Empenho, não devendo, conseqüentemente, a última fatura ser inferior a esta última percentagem, conforme dispõe o art. 463 do RGCAF.

**Parágrafo Nono** – A garantia complementar, constituída pelas retenções sobre as faturas, será liberada logo após a aceitação provisória dos serviços, quando for o caso.

**Caso se estabeleça exigência de subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do art. 7º do Decreto Municipal nº 31.349/2009, o parágrafo décimo deve ser acrescido à cláusula quarta do contrato, com a seguinte redação:**

**Parágrafo Décimo** – Os pagamentos referentes às parcelas subcontratadas pela CONTRATADA com as microempresas e empresas de pequeno porte por ela indicadas serão efetuados diretamente às subcontratadas responsáveis pela sua execução.



### **CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE**

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de \_\_\_\_\_ ( ) meses contados da data do orçamento estimado (Consolidação da Pesquisa de Preços), \_\_\_\_\_ (indicar a data do orçamento), observada a Lei Federal no 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

**Parágrafo Primeiro** – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA–E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

**Onde:**

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA–E mensal relativo ao mês do orçamento estimado;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

**Parágrafo Segundo** – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

**[Sendo o serviço por escopo, incluir a seguinte previsão:]**

**Parágrafo Terceiro** – A CONTRATADA não terá direito ao reajuste do preço das etapas do serviço que, comprovadamente, sofrerem atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também das que forem executadas fora do prazo, sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação, de acordo com o estabelecido no art. 518 do RGCAF.

### **CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO**

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até xx (XX) dias, da data do requerimento ou da

data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – FISCALIZAÇÃO**

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

**Parágrafo Primeiro** – A Fiscalização da execução dos serviços caberá a comissão designada por ato do \_\_\_\_\_ [*titular do órgão ou entidade licitante*]. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

**Parágrafo Terceiro** – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

**Parágrafo Quarto** – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços/obras contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

**Parágrafo Quinto** – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

Os serviços objeto deste Contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica do Engenheiro(a) \_\_\_\_\_ [*Arquiteto(a), se for o caso*], que fica autorizado a representar a CONTRATADA em suas relações com o CONTRATANTE em matéria técnica.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA se obriga a manter o profissional indicado nesta Cláusula como Responsável Técnico na direção dos serviços e no local da sua execução até o respectivo encerramento.

**Parágrafo Segundo** – O Responsável Técnico indicado pela CONTRATADA poderá ser substituído por outro de mesma qualificação e experiência, cuja aceitação ficará a exclusivo critério do CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA NONA – MEDIÇÕES**

As medições dos serviços obedecerão ao Cronograma Físico-Financeiro (Anexo \_\_\_\_\_), que será ajustado em função de inícios e reinícios de etapas do serviço, em dias diferentes, no primeiro dia útil do mês.

**[A redação da cláusula pode ser adaptada em razão da natureza, volume e regime de execução do serviço – preço global ou unitário. Os parágrafos primeiro, terceiro e quinto devem ser adotados em todos os contratos, independentemente do regime de execução do serviço. Os demais são recomendações para a medição de contratos executados sob o regime de empreitada por preço unitário.]**

**Parágrafo Primeiro** – As medições serão processadas independentemente da solicitação da CONTRATADA. A primeira medição será realizada em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da ordem de início, e as subsequentes a cada período de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do encerramento da medição anterior. O último dia de uma medição

coincidirá obrigatoriamente com o último dia útil do mês calendário da sua realização. Poderão ser realizadas medições intermediárias cujo último dia não coincida com o último dia útil do mês calendário de sua realização, a critério do CONTRATANTE.

**Parágrafo Segundo** – O processamento das medições obedecerá à seguinte sistemática:

- a) Todos os itens constantes da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo\_\_\_), originalmente ou em virtude de alterações contratuais, serão apontados em impresso próprio, assinado pela Fiscalização.
- b) O preço unitário dos itens não contemplados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo\_\_\_), incluídos em virtude de alterações contratuais, observados os limites legais, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PUEII = \frac{PLO \times PUEII}{PO}$$

Onde:

PUEII = Preço unitário do item incluído, referido ao mês base do orçamento;

PEO = Preço (SCO-RIO) do serviço, referido ao mês base do orçamento;

PLO = Preço da licitante para o serviço, referido ao mês base do orçamento;

PUEII = Preço unitário (SCO-RIO), do item incluído, referido ao mês base do orçamento.

**Parágrafo Terceiro** – Não serão considerados nas medições quaisquer serviços executados, mas não discriminados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo \_\_\_), ou em suas eventuais alterações no curso deste Contrato.

**Parágrafo Quarto** – Para obtenção do valor de cada medição, será observado, quando cabível, o seguinte procedimento, respeitadas as quantidades constantes do orçamento oficial eventualmente alteradas no curso deste Contrato:

- a) as quantidades medidas serão multiplicadas pelos respectivos preços unitários;

- b) o valor de cada medição corresponderá ao somatório dos produtos finais obtidos nos termos da alínea anterior;
- c) para efeito de faturamento o valor de cada medição deverá considerar o percentual de redução ou acréscimo proposto pela CONTRATADA.

**Parágrafo Quinto** – Na medição final ou na medição única será anexado cadastro técnico dos serviços realizados, com todas as plantas, detalhes e especificações.

### CLÁUSULA DÉCIMA – ALTERAÇÃO DE QUANTITATIVOS

Na vigência do Contrato, as quantidades dos itens constantes da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo \_\_\_\_), poderão ser acrescidas em até 30% (trinta por cento), por item, da quantidade primitiva, a juízo exclusivo da Fiscalização, desde que o acréscimo não altere o valor do Contrato e nem transfigure o objeto da contratação, na forma do disposto nos arts. 124, 125 e 126 da Lei Federal nº 14.133/2021, e sejam observadas as demais disposições deste Contrato. *[A adoção desta cláusula é recomendável apenas em contratos com regime de execução serviço de empreitada por preço unitário].*

**Parágrafo Primeiro** – Em circunstâncias especiais, devidamente justificadas e mediante prévia autorização do CONTRATANTE, as quantidades referidas no caput desta Cláusula poderão ser acrescidas em percentual superior a 30% (trinta por cento), por item, da quantidade primitiva, ou substituídos, total ou parcialmente, por outras quantidades de itens novos constantes da tabela de preços adotada neste Contrato dentro do limite de 10% (dez por cento) do valor do Contrato, desde que as substituições sejam imprescindíveis à perfeita execução do serviço e os respectivos preços unitários conservem o valor da proposta de preços obtido por meio da seguinte fórmula:

$$\text{PUEII} = \frac{\text{PLO} \times \text{PUEII}}{\text{PO}}$$

Onde:

PUEII – Preço Unitário do Item Incluído, referido ao mês base do orçamento;

PO – Preço do serviço na data do orçamento;

PLO – Preço da Licitante para o serviço referido à data do documento;

PUEII – Preço Unitário (SCO-RIO) do Item Incluído, referido ao mês base do orçamento.

**Parágrafo Segundo** – Para a preservação do valor do Contrato, aos acréscimos corresponderão, sempre que possível e recomendável, supressões de outros itens, em igual proporção, desde que não haja comprometimento do serviço e nem se transfigure o objeto do contrato, conforme o art. 126 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo Terceiro** – Itens simples ou compostos que não constem originariamente na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo\_\_\_\_), e que eventualmente se façam necessários, deverão ser incluídos sempre com base nos insumos, composições ou itens relacionados na tabela de preços adotada no Contrato.

**Parágrafo Quarto** – Poderão ser aceitas variantes do Projeto Executivo, quando houver, para a execução dos serviços, que, depois de analisadas pela Fiscalização, conduzam à redução do preço contratado. Esta variante será acompanhada de uma Planilha de Quantitativos e Preços Unitários que demonstre a efetiva redução do preço referencial. A aceitação das variantes implicará [*O parágrafo serve também aos contratos com regime de execução do serviço seja de empreitada por preço global*]:

a) a contemplação dos seus quantitativos e preços na Planilha Oficial de Quantitativos e Preços Unitários, procedendo-se às adaptações necessárias, com as substituições e modificações indispensáveis e pertinentes;

b) a inalterabilidade dos preços e dos quantitativos das variantes.

**Parágrafo Quinto** – O CONTRATANTE poderá modificar o projeto ou as suas especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos, com alteração ou não do valor contratual, observado o disposto nos arts. 124, inciso I, e 130, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo Sexto** – A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária, conforme o art. 128 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo Sétimo** – Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

- a) para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;
- b) por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 desta Lei;
- c) por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46 desta Lei;
- d) por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA**

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de \_\_\_\_\_, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ equivalente a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato.

**Parágrafo Primeiro** – O (a) \_\_\_\_\_ [órgão ou entidade] se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

**Parágrafo Segundo** – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão **descontados da garantia** caso não venham a ser quitados no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**Parágrafo Terceiro** – Em caso de extinção decorrente de ato praticado pela CONTRATADA, a garantia reverterá ao CONTRATANTE para execução na forma do inciso III, do art. 139 da Lei

14.133/2021. Quando a garantia for insuficiente, o CONTRATANTE promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada.

**1) Caso seja utilizada garantia modalidade de Caução em Dinheiro (art. 96, § 1º, I, 1ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):**

**Parágrafo Quarto** – Na hipótese de **descontos da garantia** a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de **7 (sete) dias úteis**, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de **48 (quarenta e oito) horas**, sempre contados da utilização ou da notificação pelo \_\_\_\_\_ [órgão ou entidade], o que ocorrer por último, sob pena de extinção administrativa do Contrato.

**Parágrafo Quinto** – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

**Parágrafo Sexto** – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o **art. 465 do RGCAF** e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

**2) Caso seja utilizada garantia na modalidade de Seguro–Garantia (art. 96, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021)**

**Parágrafo Quarto** – A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de **XX (XXX) dias** para apuração de eventual inadimplemento da Contratada — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

**Parágrafo Quinto** – A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.



**Parágrafo Sexto** – No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro–garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Contratante, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar-se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

**Parágrafo Sétimo** – As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

**Parágrafo Oitavo** – A CONTRATADA encaminhará ao Contratante cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato.

**Parágrafo Nono** – A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, – fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

**Parágrafo Décimo** – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF.

3) **Caso seja utilizada a garantia na modalidade Fiança–Bancária (art. 96, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133/2021):**

**Parágrafo Quarto** – A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

**Parágrafo Quinto** – A fiança bancária será apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

**Parágrafo Sexto** – A fiança bancária deverá ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de **XX (XXX)** dias para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira.

**Parágrafo Sétimo** – No instrumento de fiança bancária constará renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro, bem como sua expressa afirmação que, como devedor solidário, fará o pagamento ao Contratante, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações.

**Parágrafo Oitavo** – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

**Parágrafo Nono** – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o **art. 465 do RGCAF**.

**4) Caso seja utilizada garantia modalidade Caução Títulos Públicos (art. 96, § 1º, I, 2ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):**

**Parágrafo Quarto** – A contratada entregará, até a data da assinatura do contrato, os Títulos da Dívida Pública emitidos na forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia ou órgão que o suceder, no Órgão responsável pela contratação, para aferição de sua legalidade, registro e anexação ao processo de contratação.

**Parágrafo Quinto** – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

**Parágrafo Sexto** – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o **art. 465 do RGCAF**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PRAZO**

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por \_\_\_\_\_ dias/meses contados da referida publicação ou da data estabelecida no memorando de início, se posterior.

**Parágrafo Primeiro** – Os prazos de cumprimento das etapas são aqueles constantes do Cronograma Físico-Financeiro (Anexo \_\_\_\_).

**Parágrafo Segundo** – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo Terceiro** – No caso de serviços contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

**Parágrafo Quarto** – O período de conservação por conta da CONTRATADA será de \_\_\_\_\_ dias, a contar do aceite provisório, na forma do art. 462 do RGCAF, sem prejuízo da garantia legal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CRONOGRAMA**

O programa mínimo de progressão dos trabalhos e do desenvolvimento dos serviços obedecerá à previsão das etapas constantes do Cronograma Físico-Financeiro (Anexo \_\_\_\_).

**Parágrafo Primeiro** – No decorrer da execução dos serviços será exigida uma produção que, aos preços contratuais originários, corresponda às etapas mínimas, em dias corridos, estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro, em percentagens acumuladas em relação ao valor global dos serviços contratados, que são:

até o \_\_\_\_\_ dias corridos, até o \_\_\_\_\_ dias corridos.

até o \_\_\_\_\_ dias corridos, até o \_\_\_\_\_ dias corridos.

até o \_\_\_\_\_ dias corridos, até o \_\_\_\_\_ dias corridos.

até o \_\_\_\_\_ dias corridos, até o \_\_\_\_\_ dias corridos.

até o \_\_\_\_\_ dias corridos, até o \_\_\_\_\_ dias corridos.

**Parágrafo Segundo** – Havendo progressão no Cronograma Físico maior do que a previsão original, a Fiscalização poderá adaptar o Cronograma Financeiro para atender essa situação, até o limite da dotação consignada no orçamento anual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REGIME E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços objeto do presente Contrato serão executados sob o regime de \_\_\_\_\_  
[*Empreitada por Preço Unitário / Empreitada por Preço Global / Empreitada Integral / Contratação por Tarefa/Contratação Integrada/Contratação Semi-Integrada/ Fornecimento e Prestação de Serviço Associado*], conforme as especificações constantes do Termo de Referência ou Projeto Básico e, quando for o caso, do Projeto Executivo, da Descrição dos Serviços, do Escopo dos Serviços ou do Memorial Descritivo, de fls. \_\_\_\_ do processo administrativo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da CONTRATADA:

**I** – realizar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência ou Projeto Básico e, quando for o caso, no Projeto Executivo na Descrição dos Serviços, no Escopo dos Serviços ou no Memorial Descritivo (fls.\_\_\_\_) e na Proposta;

**II** – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;

**III** – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

**IV** – apresentar o documento de responsabilidade técnica relativo aos serviços nas datas devidas, responsabilizando-se integralmente pelas penalidades decorrentes da falta de apresentação;

**V** – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

**VI** – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;

**VII** – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:

a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município do Rio de Janeiro ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

c) as retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município do Rio de Janeiro ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município do Rio de Janeiro ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

d) eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

**VIII** – responsabilizar-se integralmente pela iluminação, instalações e despesas dela provenientes, pelos equipamentos acessórios necessários à fiel execução dos serviços contratados, assim como pela limpeza final do local de trabalho;

**IX** – responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Projeto Básico/Termo de Referência, com as normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo(a) \_\_\_\_\_

*[setor do órgão ou entidade contratante responsável pela fiscalização da execução do contrato]*, assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

**X** – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital durante todo prazo de execução contratual;

**XI** – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

**XII** – responsabilizar-se pelo licenciamento integral do serviço perante entidades e órgãos públicos, inclusive o licenciamento ambiental;

**XIII** – observar o disposto nos **Decretos Municipais nº 21.682/02, 23.103/03 e 27.715/07 e suas alterações posteriores**, no que couber.

**XIV** – cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**XV** – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

**XVI** – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**XVII** – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

**XVIII** – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações;

**XIX** – entregar o Questionário Eletrônico de Integridade e Transparência devidamente preenchido, conforme o parágrafo único do art. 7º do Decreto Rio nº 49.415/2021;

**XX** - observar as vedações contidas no Decreto Rio nº 51.260/2022, que dispõe sobre a obrigatoriedade de observância dos princípios e regras de integridade pública por parte dos agentes públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro;

**XXI** – comprovar a implantação de programa de integridade nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, de que trata o § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**XXII** – efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoas físicas e jurídicas, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, observando a alíquota aplicável e o procedimento disposto no Decreto Rio nº 49.593, de 18 de outubro de 2021, e alterações posteriores;

**XXIII** - Promover, sem ônus para o contratante, nos casos de remoção de vegetação, a solicitação de autorização para a remoção e posterior implantação das medidas compensatórias correspondentes, nos termos da legislação em vigor;

**XXIV** - Manter o registro da medida compensatória realizada de modo a ser apresentada ao contratante quando solicitado;

**XXV** - Realizar prova da disponibilidade de veículos e equipamentos, em conformidade com o Quadro de Equipamentos (Anexo \_\_\_\_), indispensáveis à execução do objeto do contrato, em todas as suas fases, mediante apresentação de relação explícita e declaração formal das disponibilidades exigidas, quando for o caso.

**XXVI** - Manter as condições apresentadas na proposta vencedora, caso a execução do presente contrato importe na sua exclusão do regime do SIMPLES NACIONAL.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

São obrigações do CONTRATANTE:

I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;

II – Realizar a fiscalização do objeto contratado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

***Obs.: A presente cláusula é necessária para cumprimento da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD). Contudo, caso se trate de contrato que tenha como objeto o tratamento de dados, as obrigações específicas com relação a execução do seu objeto e o respectivo cumprimento da LGPD devem ser minudenciadas pela Pasta.***

**I** - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da execução do presente contrato administrativo independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**II** - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da adequação, o da necessidade e o da finalidade específica, bem como as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE.

**III** - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei e nesse contrato.

**IV** - Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, restringindo-se ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, hipótese em que a SUBCONTRATADA ficará sujeita aos mesmos limites e obrigações legais e contratuais relativos à LGPD impostos à CONTRATADA, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável por garantir a sua observância perante o CONTRATANTE.

**V** - É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**VI** - A CONTRATADA é responsável pelo uso indevido e em desconformidade com a LGPD e com este contrato que seus empregados, colaboradores, prepostos, consultores ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados pessoais.

**VII** - A CONTRATADA deve adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas



de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**VIII** - O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo realizar diligências, inspeções e auditorias, a fim de zelar pelo cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender, no prazo indicado pelo CONTRATANTE, eventuais pedidos de comprovações formulados.

**IX** - A fiscalização do CONTRATANTE não exime, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da LGPD e desse ajuste.

**X** - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**XI** - Na hipótese de ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, a CONTRATADA deve comunicar ao CONTRATANTE o fato em, no máximo, 24 horas, contados da sua ciência, para que este possa comunicar à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e ao Titular, na forma do art. 48 da LGPD.

**XII** - A CONTRATADA deverá manter banco de dados – art. 5º, IV da LGPD – em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, disponibilizando-o quando solicitado, na forma dos arts. 25 e 37 da LGPD.

**XII.1** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**XIII** - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, os dados pessoais serão transferidos ao CONTRATANTE, assegurada a integridade e disponibilidade dos dados recebidos, e eliminados definitivamente pela CONTRATADA.

**XIII.1** - O CONTRATANTE manterá os dados pessoais necessários ao cumprimento do art. 16 da LGPD somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**XIV** - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

*Obs.: Em contratos que envolvam o tratamento de dados no seu objeto, recomenda-se avaliar a inclusão de disposição sobre transferência internacional de dados, estabelecendo a sua vedação ou alguma rotina para sua eventual realização.*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO**

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pelo\_\_\_\_\_ [autoridade competente], na forma do art. 501 do RGCAF, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência.

**Parágrafo Primeiro** – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

**Parágrafo Segundo** – Os serviços executados em desacordo com a especificação do Edital e seus Anexos, e da Proposta deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotarà em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

**Parágrafo Terceiro** – Na hipótese de recusa de recebimento, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**Parágrafo Quarto** – O objeto do presente Contrato será recebido:

**a)** provisoriamente, na forma dos art. 501 a 504 do RGCAF e do art. 140, II, “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**b)** definitivamente, após o decurso do prazo de conservação e verificada a perfeita adequação do objeto aos termos contratuais, na forma dos arts. 501 a 503 e 505, todos do RGCAF e do art. 140, II, “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo Quinto** – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO**

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO**

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, o(a) \_\_\_\_\_ [órgão ou entidade] poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF:

- (e) **Advertência;**
- (f) **Multa;**
- (g) **Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;**
- (h) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

**Parágrafo Primeiro** – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

**1)** 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela/etapa em atraso do Contrato, nos primeiros 15 (quinze) dias de atraso na execução dos serviços;

- 2) 0,3% (três décimos por cento) até 0,4% (quatro décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, a partir do 16º (décimo sexto) dia útil de atraso na execução dos serviços;
- 3) após o 15º (décimo quinto) dia útil de atraso na execução do serviço, a Administração poderá optar pela extinção unilateral da avença e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato;
- 4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a extinção do Contrato e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato.
- 6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 7) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**TABELA 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**TABELA 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano	05

	físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução dos serviços;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços/obras contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar providência determinada pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

**Parágrafo Segundo** – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

**Parágrafo Terceiro** – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de extinção unilateral do Contrato.

**Parágrafo Quarto** – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO do ato que as impuser.

**Parágrafo Quinto**- O valor das multas vencidas e não pagas deverá ser compensado com as quantias devidas à CONTRATADA e/ou executada a garantia.

**Parágrafo Sexto** - Quando do vencimento da penúltima e/ou da última fatura do contrato, o valor de eventual multa ainda pendente de recurso ou não vencida deverá ser retido das quantias devidas à CONTRATADA.

**Parágrafo Sétimo** - Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção administrativa do Contrato.

**Parágrafo Oitavo** - As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

**Parágrafo Nono** - A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do caput desta Cláusula é da competência do(a) *[setor competente do órgão ou entidade contratante]* e a da alínea “d” é da competência exclusiva do titular do órgão ou autoridade máxima da entidade CONTRATANTE \_\_\_\_\_

*[Secretário Municipal da Secretaria por meio da qual celebrado o contrato ou a que vinculada a entidade contratante].*

**Parágrafo Décimo** - A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – RECURSOS**

A CONTRATADA poderá apresentar:

- a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do caput da Cláusula anterior;
- b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “e” do caput da Cláusula anterior;

**Parágrafo Único** – Os recursos a que aludem as **alíneas “a” e “b”** do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO**

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 529, do RGCAF, e no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo Primeiro** – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**Parágrafo Segundo** – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

**Parágrafo Terceiro** – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

**Parágrafo Quarto** – A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

**Parágrafo Quinto** – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

**Parágrafo Sexto** – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da extinção do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

**Parágrafo Sétimo** – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

**Parágrafo Único** – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.



**[Caso se estabeleça exigência de subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do art. 7º do Decreto Municipal nº 31.349/2009, a cláusula vigésima quarta deverá ter a seguinte redação:]**

Excetuada a subcontratação obrigatória, não poderá haver cessão ou subcontratação independentemente da prévia e expressa anuência do \_\_\_\_\_ [*órgão ou entidade contratante*].

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA se compromete a substituir as microempresas ou empresas de pequeno porte subcontratadas, na hipótese de extinção da subcontratação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, mantendo o percentual obrigatório originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o(a) \_\_\_\_\_ [*órgão ou entidade contratante*] do ocorrido, sob pena de extinção e sem prejuízo das sanções cabíveis.

**Parágrafo Segundo** – A substituição da microempresa ou empresa de pequeno porte subcontratada dependerá de prévia e expressa anuência do \_\_\_\_\_ [*órgão ou entidade contratante*] e se dará mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

**Parágrafo Terceiro** – Demonstrada a inviabilidade da substituição das microempresas ou empresas de pequeno porte subcontratadas, a CONTRATADA ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

**Parágrafo Quarto** – A CONTRATADA será responsável pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação, ficando solidariamente responsável com a SUBCONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos necessários à execução dos serviços ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho, Código de Despesa \_\_\_\_\_, tendo sido empenhada a importância de R\$ \_\_\_\_\_, por meio da Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_,

ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – FORO**

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo estabelecido no art. 441 do RGCAF, além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Município na forma da legislação aplicável.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

- a) A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas no Edital por meio do qual foi licitada a aquisição objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de extinção do Contrato;
- b) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- c) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em \_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**Agente Público competente do órgão ou entidade contratante**

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

---

**Representante Legal da Empresa contratada**

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

---

**Testemunha**

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

---

**Testemunha**

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA**

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

**AGENTE PÚBLICO**

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

---

**REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

**ANEXO V**  
**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO**

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

**CONTRATADA**  
**REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO REF. ARTIGO 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO RIO Nº**  
**19.381/2001 E ART. 9º, § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

(em papel timbrado da empresa)

*[denominação/razão social da sociedade empresarial]*

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº \_\_\_\_\_.

*[endereço da sociedade empresarial]*

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não participam dos nossos quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do parágrafo único do artigo 2º do Decreto Rio nº 19.381/01.

DECLARAMOS, de igual turno, sob as penalidades cabíveis, que não dispomos em nosso quadro societário de nenhum familiar de agente público vinculado direta ou indiretamente a unidades administrativas na linha hierárquica daquela encarregada da contratação, independentemente da modalidade adotada, nos termos do art. 7º do Decreto Rio nº 49.414/2021.

DECLARAMOS, ainda, que não participam de nossos quadros funcionais agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**CONTRATADA**

**REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**

**ANEXO VII**

**DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO RIO Nº 23.445/2003**

*(em papel timbrado da empresa)*

\_\_\_\_\_ [órgão ou entidade licitante] Ref. Licitação nº  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ [denominação/razão social da  
sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº  
\_\_\_\_\_, por intermédio do seu(sua) representante legal o(a) Sr.(a)  
\_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de identidade nº  
\_\_\_\_\_ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº  
\_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei  
Federal nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,  
perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: ( ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**

**ANEXO VIII  
DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO RIO Nº 27.715/07**

*(em papel timbrado da empresa)*

*[denominação/razão social da sociedade empresarial]*

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº \_\_\_\_\_.

*[endereço da sociedade empresarial]*

Em conformidade com o disposto no Decreto Rio nº 27.715/2007, DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que, para a execução do objeto deste Contrato, somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira que tenham procedência legal.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**CONTRATADA**  
**REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**ANEXO IX**

**DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO**

**ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

*(em papel timbrado da empresa)*

*[denominação/razão social da sociedade empresarial]*

*Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº \_\_\_\_\_.*

*[endereço da sociedade empresarial]*

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**CONTRATADA**

**REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**

**(Nome, cargo e carimbo da empresa)**

**ANEXO X**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA**

*(em papel timbrado da empresa)*

*[denominação/razão social da sociedade empresarial]*

*Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº \_\_\_\_\_.*

*[endereço da sociedade empresarial]*

Em atendimento à previsão legal contida no art. 67, VI da Lei Federal nº 14.133/2021,  
\_\_\_\_\_  
[nome completo do representante legal da empresa],  
DECLARO que o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_ [nome completo  
do profissional indicado da empresa], profissional indicado por essa empresa, realizou visita  
para fins de vistoria técnica ao \_\_\_\_\_ [local ou equipamento  
visitado], acompanhado do respectivo responsável, tendo tomado ciência de todas as condições  
locais para o cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da licitação na modalidade  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, as quais serão consideradas quando da elaboração da proposta que vier  
a ser apresentada.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Agente Público

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

\_\_\_\_\_  
Profissional indicado pela Empresa

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

\_\_\_\_\_  
Representante Legal da Empresa

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

**ANEXO XI**

**DECLARAÇÃO ME/EPP**

(em papel timbrado da empresa)

\_\_\_\_\_ [denominação/razão social da sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu(sua) representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no item \_\_\_\_\_ do Edital de nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ e sob as penas da lei, atender os requisitos para enquadramento como microempresa/empresa de pequeno porte e não incorrer em qualquer dos impedimentos para se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado correspondente conferido pela legislação em vigor, nos termos do artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/06.

RESSALVA: ( ) Há regularidade fiscal ( ) Não há regularidade fiscal

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

*A presente Declaração deverá ser acompanhada de certidão expedida pela Junta Comercial da sede ou do domicílio da microempresa ou empresa de pequeno porte licitante para comprovação do respectivo enquadramento como tal, apresentada no original ou em cópia autenticada, conforme Instrução Normativa nº 103/2007 do DNRC, publicada no DOU de 22/05/2007.*



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**

**ANEXO XII**  
**MODELO DE PROPOSTA**

Carimbo do CNPJ

À PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Secretaria Especial de Ação Comunitária

Campo de São Cristóvão, 268. São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ

A Empresa .....estabelecida  
execução de serviços técnicos de engenharia e arquitetura, de natureza comum, para apoio à  
SEAC-RIO para a regularização urbanística e fundiária na comunidade Vila Joaniza, a cargo  
da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. E terá prazo inicial de execução de 720( setecentos  
e vinte dias) dias, em regime continuado, até a conclusão do processo de implantação, sob  
regime de Empreitada por Preço Unitário conforme as especificações constantes do Termo de  
Referência, objeto do Pregão Eletônico n.º 90XXX/2025, publicado pela Secretaria Especial  
de Ação Comunitária da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Considerando os preços unitários constantes da planilha de preços da SEAC (Anexo II),  
apresentamos uma proposta comercial no valor global de R\$  
.....(.....).

O preço refere-se ao mês da apresentação desta proposta, nas condições estipuladas no Edital  
e seus anexos, às quais declara submeter-se inteiramente

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(Nome, Carteira de Identidade, Cargo)

Carimbo da Empresa

---



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**

**ANEXO XIII**

**MODELO DE INDICAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES**

*(em papel timbrado da empresa)*

*[denominação/razão social da sociedade empresarial]*

*Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº \_\_\_\_\_.*

*[endereço da sociedade empresarial]*

Informamos que as instalações dedicadas ao desempenho das nossas atividades relacionadas ao cumprimento do contrato objeto desta licitação estão localizadas na \_\_\_\_\_ *[endereço das instalações]*, acompanhando a presente declaração cópia do respectivo Alvará de Funcionamento.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

**CONTRATADA**

**REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**

**(Nome, cargo e carimbo da empresa)**



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**

**ANEXO XIV**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO  
TRABALHO**

DECLARO, sob a penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto ao(à)  
\_\_\_\_\_ [órgão ou entidade CONTRATANTE], que, na execução do presente  
contrato, são devidamente observadas as normas de saúde e segurança do trabalho pertinentes.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**

**ANEXO XV**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63, IV, DA  
LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial] Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº \_\_\_\_\_. [endereço da sociedade empresarial] Considerando o disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA**

**ANEXO XVI**

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA**

(em papel timbrado da empresa)

DECLARO, sob a penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto à Secretaria Especial de Ação Comunitária, que o pagamento dos salários e dos respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários (competência \_\_mês\_\_/\_ano\_\_) referentes aos empregados vinculados à execução do objeto contratado por meio do Pregão Eletrônico– PE SEAC Nº \_\_\_\_/2025 encontram-se regularmente quitados. Conforme previsto no subitem 18.3 do edital de Pregão Eletrônico PE SEAC Nº \_\_\_\_/2025, encaminho em anexo o comprovante de pagamento das guias de FGTS e INSS relativas ao mês de \_\_mês\_\_/\_ano\_\_.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)